Lusíada
Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Mingas, Ângela Cristina Branco Lima

Centro histórico da cidade de Luanda : história, caracterização e estratégias de intervenção para a salvaguarda

http://hdl.handle.net/11067/3092

Metadados

Data de Publicação 2011

Resumo A designação "Centro Histórico de Luanda" refere-se à zona histórica classificada pela SECULT através do Despacho n.° 51/92 cm 1992. O objectivo deste trabalho foi a caracterização do Sítio no contexto Arquitectónico e Urbanístico. Os métodos de pesquisa foram o bibliográfico, o trabalho de campo (observação etnográfica e actualização iconográfica) e entrevistas divididos em três áreas de pesquisa (Centro Histórico de Luanda; Património Cultural de Luanda; Sensibilização e Divulgação) e definido...

The designation of "Centro Histórico de Luanda" (Historic Centre of Luanda) refers to the historic area classifled by Seculi (Secretaria de Estado da Cultura) in the dispatch nr. 5 1/92 of 1992. The purpose of this study is to characterize the Site in an architectural and urban context. Research methods comprehend literature review, field work (ethnographic observation and iconographic update) and interviews divided into three areas of researeh (Centro Histórico de Luanda / Historic Centre of Lu...

Palavras Chave Arquitectura, Arquitectura e urbanismo, Cidade de Luanda, Evolução urbana, Séc. 13-21, Centro histórico, Património arquitectónico, Preservação

Tipo masterThesis

Revisão de Pares Não

Coleções [ULP-FAA] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-24T00:11:22Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

UNIVERSIDADE LUSÍADA DO PORTO

CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE LUANDA

História, Caracterização e

Estratégias de Intervenção para a Salvaguarda

ÂNGELA CRISTINA BRANCO LIMA MINGAS

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

PORTO 2011

UNIVERSIDADE LUSÍADA DO PORTO

CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE LUANDA

História, Caracterização e

Estratégias de Intervenção para a Salvaguarda

ÂNGELA CRISTINA BRANCO LIMA MINGAS

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR SÉRGIO INFANTE

PORTO 2011

Agradecimentos

Em Angola
Núcleo de Estudos de Artes, Arquitectura, Urbanismo e Design da Universidade Lusíada de Angola
Arquivo Histórico Nacional de Angola
Governo Provincial de Luanda
Instituto Nacional do Património Cultural

Em Portugal
Universidade Lusíada do Porto
Instituto de Investigação Científica Tropical

Em Espanha
Universidade de Sevilla

Consultores
José Deodoro Faria Troufa Real
Eleutério Freire
Amélia Arlete Vieira Dias Mingas
André Vieira Dias Rodrigues Mingas
Ruy Duarte Carvalho

Colegas
José Godinho e Graça Pinto da Costa

Equipa
Denilson Gonçalves
Carla Karol Lima Granado Silva
Jair Amed Ribeiro Traça
Nilda Rosana Batalha
Délcio Aparício
Ana Cláudia Martins
Chelsea Nunes
Evandro Rodrigues
Patrick Bicho

Família
Leta, Ruy, Katila, Nayma e Cayo.

Índice

Introdução 1

Capítulo I 7

1. Génese e evolução da cidade do Século XIII ao XX 8

1.1 Os estados Bantu. (1º Período – 1200 A 1482) 9

1.1.1 O Império do Kongo (XIII-XIX). 10

1.1.2 O Reino do Ndongo (XIV – XVII). 13

1.1.3 Organização Proto-Urbana 15

1.1.4 Arquitectura Local 16

1.2 A aquisição originária (2º Período – 1482 A 1575) 17

1.2.1 Contexto Histórico-Social 17

1.2.2 Ilha de Luanda 19

1.3 A criação de Luanda (3º Período - 1576 A 1750) 20

1.3.1 Contexto Histórico-Social 20

1.3.2 O Urbanismo Tardo-Medieval 25

1.3.3 Arquitectura Chã 30

1.4 A reforma pombalina (4º Período de 1750 A 1836) 35

1.4.1 Contexto Histórico-Social 35

1.4.2 O Urbanismo Iluminista 36

1.4.3 Arquitectura Chã. A Influência Barroca 38

1.5 A colónia de Angola (5º Período – 1886 a 1974) 40

1.5.1 Contexto Histórico-Social 40

1.5.2 O Urbanismo Colonial 43

1.5.3 Arquitectura Colonial 49

1.6 A república de Angola (6º Período – 1975 a 2002) 54

1.6.1 Contexto Histórico-Social 54

1.6.2 Urbanismo e Arquitectura 54

Capítulo II 55

2. Caracterização do Território no Século XXI 56

2.1 Caracterização da província de Luanda 56

2.2 Caracterização do município da Ingombota 58

2.2.1 Divisão Administrativa 58

2.2.2 Uso de Solos 64

2.2.3 Património 71
2.2.4 Toponímia 74
Capítulo III 76
3 Luanda como Centro Histórico 77
3.1 Centro Histórico de Luanda no Contexto Africano 77
3.1.1 Cidades Fundação 77
3.1.2 Semelhanças Identitárias nos Centros Históricos PALOP 78
3.2 Centro Histórico de Luanda no Contexto Angolano 85
3.2.1 Identificação e caracterização 85
3.2.2 Património Mundial da Humanidade 86
3.3 Centro Histórico de Luanda 87
3.3.1 O Sítio 88
3.3.2 Centralidade histórico-metropolitana 89
Capítulo IV 90
4 O espaço geo-antropológico do Centro histórico de Luanda 92
4.1 O Território 92
4.2 A Paisagem 95
4.3 O Lugar 98
4.4 O Ambiente 100
4.5 A População 101
4.5.1 Caracterização 102
4.5.2 Densidade Populacional 105
Capítulo V 107
5 Estratégias para a Preservação do Centro Histórico de Luanda 108
5.1 A preservação da integridade territorial 108
5.2 A Salvaguarda 109
5.3 Malha Urbana 110
5.3.1 Características Identitárias 111
5.4 O Património 113
5.4.1 Protecção e Recuperação 115
Conclusões 120
Bibliografia 123

Resumo

A designação "Centro Histórico de Luanda" refere-se à zona histórica **classificada** pela SECULT através do Despacho n.º 51/92 em 1992.

O **objectivo** deste trabalho foi a caracterização do *Sítio* no contexto Arquitectónico e Urbanístico.

Os **métodos** de pesquisa foram o bibliográfico, o trabalho de campo (observação etnográfica e actualização iconográfica) e entrevistas divididos em três áreas de pesquisa (Centro Histórico de Luanda; Património Cultural de Luanda; Sensibilização e Divulgação) e definidos pelo Conselho Escolar do Departamento de Arquitectura da Universidade Lusíada de Angola que determinou a inter-relação entre o Curso de Arquitectura e o Núcleo de Estudos ao longo de 5 anos de trabalho.

As principais **conclusões** são:

1. Parcerias publico-privadas para desenvolvimento de projectos de Estudos monográficos histórico-arquitectónicos sobre os monumentos e conjuntos de Luanda;

2. Protecção Cautelar Específica para sub-tipologias em vias de extinção, nomeadamente Sobrados e Casas Típicas;

3. Programa Públicos de Benefício e Valorização do Monumento.

4. Programas de Formação Escolar sobre o Património da cidade.

5. Políticas Públicas de fomento a Programas de Turismo Cultural.

6. Plano Territorial Especial, Recuperação, Salvaguarda e Requalificação do Centro Histórico de Luanda e Envolvente Protegida conforme define a Lei de Ordenamento do Território e Urbanismo.

7. Projectos de Sedimentação da população residente como forma de prevenção à desertificação, fazendo prevalecer a componente principal do local: a cultura viva.

Abstract

The designation of "Centro Histórico de Luanda" (Historic Centre of Luanda) refers to the historic area classified by Secult (Secretaria de Estado da Cultura) in the dispatch nr. 51/92 of 1992.

The purpose of this study is to characterize the Site in an architectural and urban context.

Research methods comprehend literature review, field work (ethnographic observation and iconographic update) and interviews divided into three areas of research (Centro Histórico de Luanda /Historic Centre of Luanda; Património Cultural de Luanda / Cultural Heritage of Luanda; Sensibilizaçao e Divulgaçao / Awareness and Disclosure or Divulgation) and defined by the Conselho Escolar do Departamento de Arquitectura (School / Cientific Board of the Department of Arquitecture) of the Universidade Lusíada de Angola that determined the interrelationship between the Curso de Arquitectura and the Núcleo de Estudos over a period of 5 years.

The main conclusions are:

1. Public-private partnerships to develop projects of monographic studies on the historical and architectural monuments and ensembles of Luanda;
2. Precautionary protection for specific sub-types in danger of extinction, namely town and typical houses;
3. Creation of programs of public benefit and appreciation of the monuments;
4. Creation of educational programs on the city,s heritage;
5. Adoption of public policies that promote cultural tourism programs;
6. Special Territorial Planning, Recovery, Preservation and Rehabilitation of the Historic Centre of Luanda and Surrounding Protected Areas as defined by the Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo (law of land planning and urbanism);
7. Creation of projects of sedimentation of the resident population in order to prevent desertification, thus enforcing the main component of the local: live culture.

Palavras-chave

Salvaguarda
Património
Centro
Histórico
Luanda
Angola

Lista das Abreviaturas

ANGOP – Angola Press

CHL – Centro Histórico de Luanda

DR – Diário da República

GPL – Governo Provincial de Luanda

GURN - Governo de União e Reconciliação Nacional. República de Angola.

ICOMOS – International Council of Monuments and Sites

INPC – Instituto Nacional para o Património Nacional.

KALU – Associação dos Naturais, Residentes e Amigos de Luanda

MAT – Ministério da Administração do Território. República de Angola

MINCULT – Ministério da Cultura. República de Angola

NEAAUD-ULA – Núcleo de Estudos de Artes, Arquitectura, Urbanismo e Design da ULA

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PP CHL – Projecto de Pesquisa Centro Histórico de Luanda

PP PCL – Projecto de Pesquisa Património Cultural de Luanda

SECULT – Secretaria de Estado da Cultura. República Popular de Angola. 1ª Constituição

ULA – Universidade Lusíada de Angola

UNESCO - United Nations for Science, Culture and Education Organisation

WIC - West-Indische Compagnie

Introdução

A inexistência de estudo arquitectónicos e urbanísticos sobre o património da província de Luanda, levou o Núcleo de Estudos de Artes, Arquitectura, Urbanismo e Design da Universidade Lusíada de Angola (NEAAUD-ULA) a abrir uma área sobre património com diversas linhas temática entre elas a referente aos Centros Históricos de Angola, para a qual se propôs o Projecto de Pesquisa com o tema "CHL".

Como factor importante para a compreensão deste trabalho, é fundamental esclarecer que a designação "Centro Histórico" prende-se com o facto da mesma estar mais perto do conceito de centralidade como categoria urbana embora o objecto de estudo enquanto entidade patrimonial esteja referenciado como "Zona Histórica" (ANEXO 1).

O objecto de estudo deste trabalho pretende caracterizar o Centro histórico da cidade de Luanda sob dois pontos de vista, o arquitectónico e o urbanístico. Tal pretensão implica fazer metodologicamente um caminho sobre o seu conteúdo a duas escalas diferentes; a macro que aborda a parte conceptual da cidade visando os aspectos teóricos que sustentaram a sua génese e evolução e a micro que interpreta estilisticamente o seu edificado caracterizando a arquitectura civil, religiosa e militar.

Através desta caracterização poder-se-á compreender melhor a estrutura complexa do espaço que é o CHL e encontrar a melhor forma de propor soluções que permitam a integração desta entidade na modernidade, no crescimento da cidade no nosso século, respeitando a sua condição de património à luz do estabelecido pela lei. Esta intenção, baseada no conceito de património estabelecido na Carta de Veneza[1], visa em primeira instância a preservação da paisagem do sítio, quer do ponto de vista físico como humano e com isso a melhoria da qualidade de vida do cidadão no perímetro municipal. Este processo passou por diversas etapas como a identificação e registo patrimonial (classificado ou não), definição dos elementos ordenadores da salvaguarda e consequente processo de revitalização local.

O estudo do CHL pretendeu desde o lançamento dos seus trabalhos cumprir três objectivos gerais:

1º Estudos gerais sobre a história, evolução urbana e arquitectónica do centro histórico da cidade de Luanda.

2º Promover Programas associados à Divulgação e Sensibilização sobre a Protecção do CHL, recorrendo para o efeito ou não a parcerias com instituições que pudessem ajudar a consolidar o propósito;

3º Propor indicadores sustentados para a Salvaguarda do Centro Histórico de acordo com o estabelecido na Carta da Salvaguarda das Cidades Históricas de Washington 1986 do

[1] A noção de monumento histórico compreende a criação arquitectónica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. (ICOMOS. 1964)

Conselho Internacional de Sítios e Monumentos (ICOMOS) da Organização das Nações Unidas para a Ciência Cultura e Educação (UNESCO).

No entanto, o desenvolvimento da pesquisa ao longo dos primeiros anos criou a necessidade de criar outros projectos de pesquisa ou programas culturais que dividissem os objectivos de trabalho e assim se constituíram outros complementares em dois campos: o do estudo específico do património imóvel, nomeadamente os Monumentos e o da sensibilização e divulgação da importância do património.

Durante cinco anos de pesquisa em torno de três programas associados com objectivos diferentes, interessa-nos abordar distintamente os seus objectivos e constatações pois os relatórios constituíram a fonte fundamental dos trabalhos desta dissertação.

Projecto de Pesquisa - Património Cultural Imóvel (PP-PCL): O Programa foi criado com o propósito de fazer cumprir o primeiro objectivo no campo particular da arquitectura, especificamente do Monumento. Os objectivos específicos foram: Criar uma Base de Dados sobre os Monumentos e Conjuntos da Província de Luanda segundo os critérios de estudo da Arquitectura; Criar uma Ferramenta de Estudo sobre os Monumentos e Conjuntos da Província de Luanda para a Recuperação Arquitectónica; Promover Programas associados à Divulgação e Sensibilização recorrendo para o efeito a parcerias com instituições que possam consolidar o propósito. As principais constatações foram: Inexistência de estudos monográficos histórico-arquitectónicos sobre os monumentos e conjuntos de Luanda; percentagem de monumentos em estado de preservação alarmante; Possibilidade de extinção dos sobrados e casas típicas; Impossibilidade de travar a demolição permanente de edifícios de património, Acesso Condicionado aos Edifícios de Património para Registo de Imagem, Acesso dificultado a Documentação de Classificação dos Monumentos e Conjuntos; Criação de um foco de interesse de pesquisa válido para a Arquitectura e o apoio das instituições do Governo para a futura constituição de Projectos de Pesquisa sobre a matéria[2].

Programa de Sensibilização e Divulgação : O Programa Reviver foi criado com o propósito de fazer cumprir o segundo objectivo no campo particular da sensibilização e divulgação. Os objectivos específicos foram: Apresentar ao público o "património classificado em risco de extinção"; Reflectir sobre a "importância histórica do património classificado"; Divulgar a "especificidade do objecto arquitectónico"; Divulgação e sensibilização sobre o tema da "preservação patrimonial"; Promover o "turismo cultural". As principais constatações foram: Maioria da população natural e/ou residente em Luanda desconhece a história antiga da cidade (acentuado nas camadas mais jovens, até aos 25 anos), não sabe identificar os monumentos da cidade nem tampouco a sua importância histórica; Espaço público da cidade é apropriado pelo cidadão para acções relacionadas com a economia informal e em percentagem reduzida para actividades de carácter cultural; Disponibilidade social para a criação de novos hábitos associados à vivência do espaço público; A divulgação e sensibilização sobre o Património Cultural de Luanda, aos cidadãos de Luanda contribuíram para a noção de importância da preservação do património bem como da valorização pessoal como luandense através do património.

[2] A Ministra da Cultura, Rosa Cruz e Silva defendeu essa posição, no discurso de abertura da Mesa Redonda "O papel dos Arquitectos na preservação do património edificado" realizada na Universidade Lusíada de Angola realizada aos 10 de Maio de 2010. (JORNAL DE ANGOLA. 2010b)

Salvaguarda do CHL: A proposta do Plano Pormenor, integrado no Projecto de Pesquisa sobre o CHL (PP CHL) foi criado com o propósito de fazer cumprir o terceiro objectivo geral. Os objectivos específicos foram: Estudos Multidisciplinares no campo da; Arquitectura, Urbanismo, Antropologia, Sociologia, Direito e História; Articulação Centro Histórico – Conjunto Cidade num contexto urbanístico-metropolitano; Determinação das Condicionantes Urbano-Arquitectónicas: Património Imóvel (Monumentos e Conjuntos), Património Significante (Edifícios Singulares) e Malha Urbana (Rede Viária Histórica e Estruturante); Melhoria do Habitat indo ao encontro de um princípio constitucional. Para o caso específico, a proposta ateve-se ao princípio do equilíbrio no uso de solos do Sitio; Propor indicadores sustentados para a Salvaguarda do Centro Histórico de acordo com o estabelecido na Carta da Salvaguarda das Cidades Históricas de Washington 1986 da UNESCO-ICOMOS. As principais constatações foram: Levantamento e evolução da forma urbana durante o período de 2005 a 2010 fizeram constatar a assimetria nas componentes de desenvolvimento sustentável do local, nomeadamente: social, cultural e ambiental muito abaixo da económica; Perca irreversível dos elementos mais representativos da estrutura biofísica do lugar nomeadamente os abruptos (colinas) de diferenciação da cidade alta e baixa; a alteração da leitura da orla costeira da baía de Luanda anulando a relação directa com a baía de alguns elementos arquitectónicos e urbanísticos da cidade; Implosão urbana e densificação construtiva alterando a leitura dos coeficientes de ocupação e afectação de solos, sendo que a ocupação é bastante mais expressiva que a afectação; Alteração profunda do território de protecção do centro histórico pondo em causa a continuidade e integridade do objecto de estudo; Provável alteração da estrutura administrativa da província de Luanda a partir do ano de 2011 segundo proposta do Ministério da Administração do Território (MAT).

Estes estudos integrados resultam de uma metodologia definida pelo Conselho Escolar do Departamento de Arquitectura da Universidade Lusíada de Angola (DA-ULA). Através das suas acções públicas nos *Fora* de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010 conseguiu reunir um conjunto de reflexões à volta do tema e que se podem tornar em propostas válidas, sustentadas cientificamente e que poderão estrategicamente afirmar Luanda como elemento matricial do urbanismo angolano e o seu centro histórico como o local mais importante para dinamizar culturalmente a cidade.

Esta ideia de defesa de uma expressão culturalmente híbrida como a cidade de Luanda foi defendida pelo nosso Presidente, Eng. José Eduardo dos Santos no 3º Simpósio de Cultura Nacional[3] subordinado ao tema Forja da Angolanidade no seu discurso de abertura onde dizia que " (…) Já há muito foi reconhecido e aceite que é na diversidade e no cruzamento das formas próprias de expressão de agrupamentos humanos de diversas origens e características que se geram as formas mais complexas de riqueza espiritual e mesmo de realização socio-económica.

[3] O MINCULT realizou no dia 11 de Setembro de 2006,no Palácio dos Congressos, em Luanda, o III Simpósio sobre Cultura Nacional focalizando a análise do estado actual do sector, bem como a recolha de contribuições para o aprofundamento da Política Cultural definida pelo Estado angolano. Com a realização do III Simpósio, o MINCULT pretendeu criar um fórum de reflexão destinado a aperfeiçoar os programas de acção cultural. Constaram igualmente dos objectivos, promover a reflexão sobre as três décadas do conflito armado, seu impacto e consequências no património cultural material e imaterial, criar bases para a constituição de um banco de dados e contribuir para o fomento e a democratização da cultura. Foi ainda seu propósito, a definição de uma política cultural dinâmica, capaz de criar o paradigma que permita projectar um futuro melhor para o entendimento global das várias dimensões da cultura nacional.

Assim sendo, temos de assumir e entender que Angola absorveu ao longo de séculos elementos culturais de povos oriundos do interior e do exterior do Continente, que configuram o seu perfil actual como Nação soberana e independente.

Negar ou escamotear essa realidade, que nos coloca numa posição singular no contexto de África, seria negar-nos a nós próprios ou amputar-nos de elementos essenciais para a definição da nossa identidade.

É tendo em linha de conta todos estes aspectos que consideramos a questão da Cultura como uma variável estratégica de grande importância, com efeitos imediatos na coesão interna da nossa sociedade, bem como na nossa marcha em direcção aos objectivos globais que nos propomos atingir, tais como construir uma nação unida, desenvolvida e próspera com uma cultura fluorescente e um Estado de Direito, Democrático e Social. (…)"

Estas palavras abrem hoje espaço para abordagens a temáticas como esta de propor a revitalização do Centro Histórico para a Cidade de Luanda como referencial cultural angolano.

A génese pluriétnica da cidade exige uma visão estratégica que promova a multiculturalidade que no caso específico tem sido alvo de polémica em múltiplos sectores da sociedade civil.

Em termos humanos, sociais e culturais o centro histórico da cidade de Luanda significa a origem da forma urbana no país e como tal, conhece-lo terá sempre como objectivo a preservação patrimonial, a valorização económica do local através da dinamização do comércio e serviços, gerando emprego e riqueza, a requalificação e novos usos a edifícios do passado à interacção cultural criando produtos turísticos de qualidade com suporte na informação científica. Tudo isso proporcionará a criação de respeito e orgulho pelo património por parte dos seus cidadãos já que estará afecto a esse bem material o testemunho imaterial e como tal a forte representatividade da sua identidade cultural.

A preocupação pela defesa da identidade cultural é patente em Angola, enquanto estado independente, visto existir na sua estrutura governativa uma área para a Cultura. Inicialmente uma Secretaria de Estado foi convertida para Ministério aquando do Governo de União e Reconciliação Nacional (GURN). Este Ministério constituiu o Instituto Nacional para o Património Nacional (INPC), responsável pelo Registo, Inventariação e Indicação para Classificação de Património Cultural, Móvel ou Imóvel. O Ministério da Cultura (MINCULT) foi proponente à Assembleia Nacional da Lei do Património Cultural aprovada como Lei n.º 14/05 e publicada em Diário da República (DR) aos 7 de Outubro de 2005. Esta lei tem sido o instrumento regulador, estando a sua eficácia diminuída por até à presente data a mesma não estar devidamente regulamentada.

Fora do âmbito nacional, Angola é membro activo das instituições internacionais fundamentais na defesa dos interesses da cultura dos povos, nomeadamente: SADC[4]

[4] SADC - *Southern Africa Development Community* é um bloco económico formado pelos países da África Austral. Originalmente SADCC (1980) passa à designação de SADC em 1992. É formada por 14 países-membros e tem entre os seus objectivos principais a reafirmação dos legados sócio- culturais africanos.

(membro fundador), UCCLA[5] (membro desde 28 de Junho de 1985), UNESCO[6] (membro desde 17 de Julho de 1996) e da CPLP[7] (membro fundador)

Este documento pretende ser um subsídio válido para a constituição de um Plano Territorial Especial, Recuperação, Salvaguarda e Requalificação do CHL e Envolvente Protegida conforme define a Lei de Ordenamento do Território e Urbanismo[8].

[5] UCCLA – União das Cidades Capitais Luso-Afro-Americo-Asiáticas. A 28 de Junho de 1985, assinaram o acto de fundação, as cidades de Bissau, Lisboa, Luanda, Macau, Maputo, Praia, Rio de Janeiro e São Tomé/Água Grande.

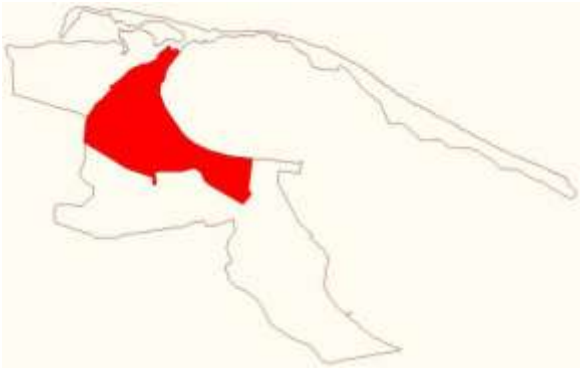
[6] UNESCO – United Nations for Science, Culture and Reeducation Organisation, que em português significa Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

[7] CPLP - A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Criada em 17 de Julho de 1996, a organização tem como objectivos gerais entre outros: "A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social"

[8] Capítulo II – Instrumentos do Ordenamento do Território, Secção II – Planos Territoriais, Artigo 28º, ponto 3º, alínea a; *Planos Especiais: os que abrangem áreas determinadas em função de fins específicos de ordenamento do território, designadamente as áreas agrícolas, área de turismo, áreas de indústria, áreas ecológicas de reserva natural, de repovoamento, de defesa e segurança, recuperação, reconversão, requalificação, revitalização, reabilitação de centros históricos, remodelação de infra-estruturas especiais como portos e aeroportos.*

CAPÍTULO I

CENTRO HISTÓRICO DE LUANDA



GÉNESE E EVOLUÇÃO DA CIDADE DO SÉCULO XIII AO XX

1. Génese e evolução da cidade do Século XIII ao XX

Este capítulo do trabalho tem como ideia base caracterizar a evolução urbanística e arquitectónica na cidade de Luanda em função de períodos ancorados em dados-chave que denunciem transformações nas políticas de abordagem à cidade desde o séc. XV até ao séc. XX.

Questões como as cidades africanas do séc. XV, a fundação da cidade (urbanismo tardo-medieval e a arquitectura chã), o esclavagismo litorâneo (urbanismo iluminista e arquitectura barroca/maneirista), a afirmação territorial-colonial (urbanismo e arquitectura em dialéctica neoclassicista-modernista) e a requalificação urbana pós-guerra servem como fundamento para esta análise evolutiva da cidade.

Como método, cada período será abordado em três partes: a primeira sobre o contexto histórico-social integrando factos e personagens históricos de relevância, a segunda sobre a forma urbana tentando fazer uma leitura sintética dos seus aspectos fundamentais de análise e a terceira e última parte sobre edificações de referência que tenham sido classificados como monumentos ou que sejam fundamentais para a leitura figurativa da paisagem urbana.

Proponho então os momentos de análise seguintes:

1º Período – 1200 a 1482: Os estados Bantu

2º Período – 1482 a 1575: A aquisição originária

3º Período - 1576 a 1750: A criação de Luanda

4º Período de 1750 a 1836: A reforma pombalina

5º Período – 1886 a 1974: A colónia de Angola

6º Período – 1975 a 2002: A república de Angola

1.1. Os estados Bantu (1º Período – 1200 a 1482)

Para uma melhor análise da condição de surgimento da cidade de Luanda, é fundamental fazer a título de enquadramento histórico, referência ao contexto politico-administrativo do território em abordagem. A ideia de que a cidade de Luanda se constitui à revelia do poder local é uma depreensão fácil de ocorrer visto todo o contexto pré-colonial não ser referência enfática nos relatos que são feitos sobre a história da cidade. Considero pertinente, neste capítulo, fazer uma abordagem sintética mas relevante de factos históricos importantes para a compreensão do contexto geo-administrativo e das culturas locais tão importantes para a compreensão da identidade multiculturalista do objecto de estudo. O território hoje conhecido como Angola é habitado desde o período Neolítico (Idade da Pedra) sendo que os povos Bantu com origem na região dos Camarões são os que migram para o nosso local de estudo por volta da Idade do Ferro. Diversas fontes históricas apontam para o surgimento dos primeiros estados Bantu na região do de Angola a partir do séc. X até ao séc. XIII dos quais, o Império do Kongo e o Reino do Ndongo. (NIANE, D.T. (Ed.) 2010)

Fig. 1 – Migração dos Povos Bantu e Localização do Império do Kongo.

1.1.1 Império do Kongo[9] (XIII-XIX).

Wene wa Kongo ou Kongo dya Ntotila. Integrado na região etnolinguística dos Kikongo. Fundado por Ntinu Wene. Era composto por três reinos fundamentais: Ngoy, Kakongo e Loango. O seu território correspondia ao noroeste da República de Angola e à República do Congo, à parte ocidental da República Democrática do Congo e à parte centro-sul da

[9] Adoptamos a designação Império ao invés de Reino por esta corresponder mais à realidade administrativa do Kongo, visto o mesmo integrar vários reinos e exercer influência política sobre os reinos limítrofes.

República do Gabão. O Império dominava toda a região centro-ocidental, a sua economia para além de tradicionalmente agricultora, assentava no comércio de produtos de fabrico artesanal como metais, tecidos e produtos de origem animal e mineral (sal o mais importante não só como alimento mas também como moeda). A moeda utilizada para o comércio era o búzio *nzimbu*[10], se bem que as trocas também eram legítimas. As características sociais assentavam na família poligâmica e religião animista. O poder monárquico de sucessão patrilinear era representado neste portentoso império pela figura do Mwene-Kongo (manicongo, corruptela portuguesa) que geria em regime feudal todas as outras soberanias afectas ao seu território. A hegemonia política da África Central era inquestionavelmente atribuída ao Império do Kongo. A capital do Império chamava-se M'Banza Kongo.

M'banza Kongo

A sua localização é onde hoje se encontra a cidade homónima, capital da província do Zaire no Noroeste de Angola.

Fig. 2 - M'banza Kongo, segundo Olfret Dapper

A cidade foi descrita por Olfret Dapper no seu livro "Description de L'Afrique" de 1686[11] e como tal, era o centro administrativo, político e militar do reino do Kongo.

Caso único em Angola, M'Banza Kongo, originalmente chamada de Mbaji-a-Ekongo foi, até à queda do Império, na Batalha de Ambuíla, a maior cidade da costa ocidental da África Central, com uma população central, sendo que o seu território de influência incluía pólos limítrofes de dependência directa da cidade que contabilizavam aproximadamente 50.000 habitantes.

O seu cidadão tinha estatuto legal definido pela sua actividade sócio-económica sendo perfeitamente diferenciado do estrangeiro[12].

[10] Embora Carlos Couto utilize a forma portuguesa para escrever a palavra, foi opção utilizar o formato que corresponde à língua kimbundo

[11] Segundo Fernando Batalha existirá uma edição deste livro de cerca de 10 anos antes.

[12] Relatos da época identificavam os cidadãos estrangeiros, nomeadamente os portugueses.

Fig. 3 – Ferreiros do Reino do Kongo

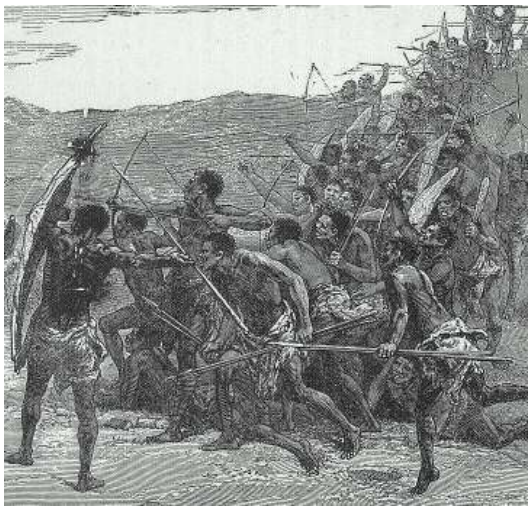


Fig. 4 – Guerreiros do Reino do Kongo

O declínio do Império

A chegada dos Portugueses irá introduzir alterações profundas no sistema de estado, principalmente com o baptismo do Rei Nzinga-a-Nkuwu[13] que impõe o cristianismo como religião oficial do Império dando inicio assim a um período de história comum de três séculos.

Embora as relações entre Kongo e Portugal tenham sido durante os primeiros tempos pautadas pelo civismo, diplomacia e consequentemente com relações comerciais que granjearam benefícios para ambas as partes, com a afirmação pela força do poder dos portugueses, essas relações foram-se degradando até à tristemente famosa Batalha do Ambuíla século XVII que extingue o Império do Kongo como força regional.

A sobrevivência do Kongo resiste por mais dois séculos, mas estando desmantelado é integrado como território sob tutela portuguesa até à sua desagregação completa no séc. XIX.

[13] **Nzinga-a-Nkuwu**. Mwene-Kongo entre 1491 a 1509 adoptou o nome católico de João I após baptismo.

Fig. 5 - Pintura de João I Nzinga a Nkuwu[14]

1.1.2 Reino do Ndongo (XIV – XVII).

Integrada na região etnolinguística dos Ambundo. O mais poderoso reino limítrofe do Império do Kongo.

O seu território correspondia ao território previsto na Carta de Doação a Paulo Dias de Novais (Fig. 9). A sua economia era bastante parecida com a do Império do Kongo, sendo fundamentalmente agricultora e a pecuária já que o comércio estava claramente em segundo plano. De realçar o facto de o Reino ser tributário do Império do Kongo. As características sociais assentavam na família poligâmica e religião animista. O poder monárquico de sucessão matrilinear era representado neste reino pela figura do monarca,

[14] « Jean, Roy de Congo, à la tête de ses armées et le premier fait Chrétien », Histoire des Voyages, Pierre Duflos (1742-1816) – Gravura. New York Public Library's Digital Library.

Ngola[15], título de soberania máxima e nome do ceptro de ferro que a maioria das linhagens Ambundu[16] detinha como símbolo de autoridade.

Fig. 6 - Ngola Ambundo

Kabassa

A cidade capital do Reino chamava-se *Kabassa*. A sua localização desperta algumas dúvidas visto que a sua designação remete em significado directo para o "lugar dos vivos", sendo assim possíveis vários lugares. Essa condição itinerante da Cidade de Kabassa fez com que a sua localização se encontre algures ao redor da actual Vila de Massangano na confluência entre-os-rios Kwanza e Lukala. Estas afirmações são suportadas pelos relatos de Ilídio do Amaral (2000) e Virgílio Coelho (1997), sendo que nenhum avança com um local exacto. A falta de estudos arqueológicos que permitam uma aferição mais exacta, obriga-nos a registar somente uma referência de *lugar*. Era na Cidade de Kabassa onde estavam sedeados os poderes administrativos, jurídicos e militares do Reino do Ndongo. Os dados sobre a população oscilam entre 10000 até 30.000 habitantes. Nenhum nos parece congruente pois as fontes foram impossíveis de confirmar.

O declínio do Reino

Ao contrário do que acontecia entre Kongo e Portugal, as relações entre Ndongo e Portugal sempre foram altamente belicosas. Primeiro porque os limites do Reino do Ndongo

[15] *Ngola* foi confundido pelos portugueses como reino e não como título logo, a palavra Angola é uma corruptela que mais tarde passou a designar todo o território administrado pelas autoridades coloniais.

[16] Para além do Reino do Ndongo, outros reinos Ambundo ganharam expressão ao longo dos séculos, principalmente pela luta contra a invasão portuguesa, a saber os mais representativos: Ilamba, Kissama e Mosseque.

correspondiam ao território "atribuído" aos invasores portugueses. Segundo, devido ao Comércio de Escravos que como tributários do Reino do Kongo eram obrigados a pagar. A animosidade chegou ao ponto do Ngola ter dado ordem de prisão a uma embaixada de missionários portugueses[17] que integrava Paulo Dias de Novais[18].

Já que a irreverência do reino constituía um perigo à dinâmica da aquisição de escravos, os forasteiros portugueses intentaram várias vezes destruir a sua hegemonia na região atacando a cidade em 1590 sem sucesso e após algumas tentativas igualmente goradas em 1618 é vencida, centenas dos seus habitantes são transformados em escravos e como acção de vandalismo e poder é dizimada por um incêndio provocado pelos vencedores.

A importância do Reino prevalece até à morte da Rainha Nginga a Mbande[19].

1.1.3 Organização Proto-Urbana

A sociedade tradicional organiza-se em núcleos pré-urbanos, monocráticos chamadas de *buala*, *kimbo* ou *sanzala* na região norte e de *eumbo* na região sul[20].

Normalmente circulares, são aglomerados rurais funcionando como um espaço de reunião da família alargada, tenho o chefe da mesma localizado ao centro com sua(s) esposa(s) de um lado e os filhos do outro.

[17] Ngola Kiluanji Kiassamba do Reino do Ndongo ordenou a prisão da comitiva de jesuítas e exploradores por volta de 1560 em missão de apostolado e secretamente incumbida de investigar o problema dumas supostas minas de prata em Cambambe. A prisão durou até 1566 altura em que Paulo Dias de Novais regressa a Portugal.

[18] Paulo Dias de Novais (1540, Lisboa – 9 de Maio de 1589, Massangano). Fidalgo e explorador português, neto do grande Bartolomeu Dias. Fundou a Vila de São Paulo de Loanda em 1576 e a Vila de Nossa Senhora da Vitória de Massangano, em 1583 onde faleceu e lá foi sepultado, defronte da Igreja de Nossa Senhora da Vitória, em túmulo de pedra. As suas cinzas foram mais tarde transladadas para a Igreja dos Jesuítas em Luanda, pelo Governador Bento Banha Cardoso, em 1609.

[19] *Vide*, 3º Periodo - 1576 a 1750

[20] *Buala (*Kikongo*)*, *Kimbu* ou *Sanzala* (Ambundo) e *Eumbo* (Ovimbundo) têm o mesmo significado: Aldeia.

Fig. 7 – Representação de um Kimbo. Redinha, José.

Estas configuraçãoes estão carregadas de simbologia e exemplo disso são:

Espaço Privado Disperso

Espaço Social Colectivo Centralizado,

Espaços Trabalho Periféricos (Currais, Armazéns, etc.)

Entradas do Espaço Privado sempre viradas para o interior (Espaço Colectivo),

Organização Funcional Hierarquizada

Acesso ao Conjunto sempre virados para nascente,

A realçar que o espaço privado é o elemento mínimo de constituição do conjunto. Pode-se afirmar que a *buala/kimbo/sanzala/eumbo* é a casa, considerando factores antropológicos como as características familiares e a organização social que como se sabem são fundamentais para a definição de habitação.

O crescimento da formação inicial é constituído por bolsas também circulares anexas à configuração principal cuja localização é determinada pelo Soba, obedecendo a princípios mais sociomórficos do que formais predeterminados.

1.1.4 Arquitectura Local

A casa na região do Império do Kongo e Reino do Ndongo apresentava na generalidade as seguintes características;

Fig. 8 – Habitação. A designação refere-se aos povos Kikongo e Ambundo. (REDINHA. 1964).

Planta rectangular, sem divisões com um único vão de entrada voltado para o interior da casa com cobertura em duas àguas. A técnica construtiva era o Pau-a-Pique e as coberturas em estrutura de madeira com revestimento em fibras vegetais. Esta configuração no

entanto apresenta algumas variações provavelmente associadas ao estatuto do utilizador. Segundo Ferreira Diniz, as populações do Kongo, embora possuíssem as mesmas características exteriores, as suas habitações chegavam a ter duas ou três divisões, incluindo por vezes janelas, sendo o vão de janela considerado por alguns estudos de José Redinha como influência portuguesa. De realçar a estrutura do espaço exterior "individualizado" constituído por um cercado que claramente delimitava o espaço. Estes dois tipos poderiam ser utilizados dependendo da constituição e/ou escala da aldeia.

Embora existam registos de módulos habitacionais com planta circular, ela não é forma predominante nesta região e está associada a construções como celeiros.

1.2. A aquisição originária (2º Período – 1482 a 1575)

1.2.1 Contexto Histórico Social

(A presença portuguesa: de Diogo Cão a Paulo Dias de Novais)

O Reino do Kongo e o Reino do Ndongo foram os primeiros a estabelecer contacto com os forasteiros portugueses no final do século XV quando o navegador Diogo Cão[21] em 1482 adentra o rio Zaire. As suas capitais, M'Banza Kongo e Kabassa (Kongo e Ndongo, respectivamente) eram as grandes referências urbanas da vasta região no séc. XV.

A necessidade de Portugal estabelecer em África um porto para continuar a exploração do tráfico de escravos faz com que a 19 de Setembro de 1571, Dom Sebastião de Portugal conceda ao explorador português Paulo Dias de Novais uma Carta de Doação[22] que lhe conferia o título de *"Governador e Capitão-Mor, conquistador e povoador do Reyno de Sebaste na Conquista da Etiópia ou Guiné Inferior"*. Na posse desta Carta de Doação que o obrigava a propagar o território conquistado entre as fronteiras dos rios Dande e Kwanza (vide cartografia histórica) parte então o explorador de Lisboa a 23 de Outubro de 1574 com uma armada de 7 naus e 700 indivíduos desembarcando na Ilha das Cabras a 20 de Fevereiro de 1575 dia em que se celebrou uma missa em acção de graças na Igreja da Conceição. O território da Capitania atribuído a Paulo Dias de Novais era parte significativa do Reino do Ndongo[23] e como era já hábito da Coroa Portuguesa, a mesma se

[21] Diogo Cão. Navegador português do século XV. Enviado por D. João II, realizou duas viagens de descobrimento da costa sudoeste africana, entre 1482 e 1486. Chegou à foz do Zaire e avançou pelo interior do rio, tendo deixado uma inscrição comprovando a sua chegada às cataratas de Ielala. Estabeleceu as primeiras relações com o Reino do Congo. Introduziu a utilização dos padrões de pedra, em lugar das cruzes de madeira, para assinalar a presença portuguesa nas zonas descobertas.

[22] A Carta de Doação era um documento da Coroa Portuguesa pelo qual esta fazia a concessão de uma Capitania (territórios em que foram divididas algumas das antigas colónias portuguesas) e dos seus direitos sobre ela, a um capitão donatário. Esse documento estabelecia os limites geográficos da capitania e proibia o comércio das suas terras, aceitando a transferência territorial apenas por hereditariedade; regulamentava os limites das capitanias; dava jurisdição civil e criminal sobre a área da capitania.

[23] (…) Pelos termos da Carta de Doação recebida, Novais deveria expandir o território para Norte até às margens do rio Dande (Bengo), para o Sul, e para o interior ao longo do curso do rio Kwanza. Tinha ainda a

concedeu o direito de propriedade por aquisição originária, ou seja, por direito de conquista.

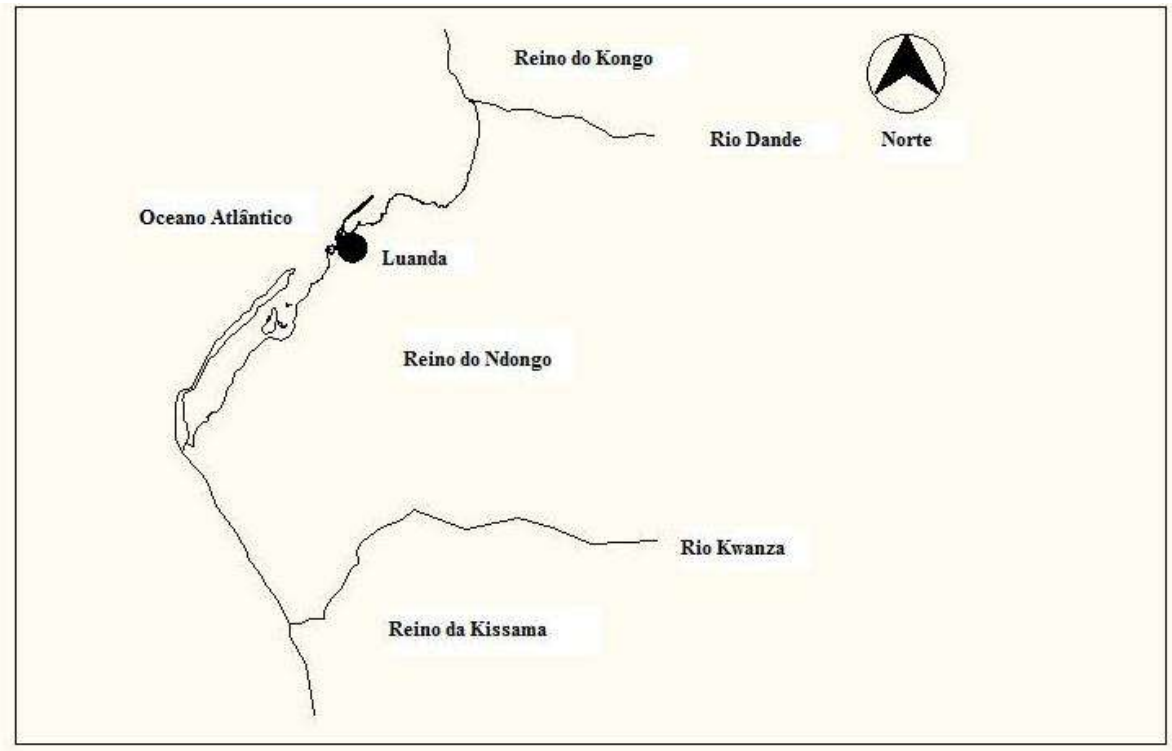


Fig. 9 - Diagrama identificando Luanda e o território previsto na Carta de Doação concedida por Dom Sebastião de Portugal a Paulo Dias de Novais, ou seja, o Reino do Ndongo.

No entanto, as já difíceis relações com o Reino do *Ndongo* não iriam facilitar a empreitada e tão logo a armada acostou na Ilha de Luanda, *Ngola Kiluanji Kiassamba* envia de Kabassa à Ilha de Luanda uma embaixada para negociações.

1.2.2 Ilha de Luanda.

Nesta ilha (*vide* Fig.9) se forma a comunidade que dará origem à população de Luanda. Com uma dimensão de nove mil e trezentos metros quadrados, embora integrada na paisagem territorial do reino do Ndongo, a ilha era um feudo do Reino do Kongo onde se fazia a colecta do *nzimbu*, búzio característico da região e que foi "pedra fundamental do edifício económico daquela coroa e o sustentáculo político da majestade negra" (COUTO. 1973). Era um núcleo pré-urbano[24] de cerca de 3.000 habitantes divididos em sete

obrigação de construir uma igreja, fortalezas e de doar sesmarias, para assentamento dos colonos. (AMARAL. 2000)

[24] "A aldeia é espécie de agrupamento pré-urbano em que ninguém é estranho a ninguém, em que todos os atos e fatos são instantaneamente sabidos por todos. É um núcleo de seres humanos integrados, não por serem homogêneos ou semelhantes, mas por estarem fisicamente próximos uns dos outros. (...) O feedback social é parte do processo integrador de cada um". (MARTINS, 1969, 14)

povoados monocráticos. Estes povoados comungam até os dias de hoje de uma identidade cultural que integrava os grupos desde a Ilha do Mussulo até à Baía de *Kakuako* (DUARTE CARVALHO. 1989)

Durante este primeiro século, dado a característica das relações entre Kongo e Portugal, foi autorizado aos forasteiros que se instalassem na Ilha de Luanda após as batalhas com os Jagas (BATALHA. 2006). Esta comunidade de portugueses atribuiu ao local o nome de Ilha das Cabras, vivia do comércio de escravos e professavam a religião católica na hoje extinta Igreja da Conceição, a primeira da região sobre a qual não existe nenhuma referência de local ou configuração embora se acredito que a actual Igreja da N.ª Sr.ª da Ilha do Cabo tenha sido erguida das suas ruínas ou localização.

Embora não existam vestígios arqueológicos dessas povoações, servem estas referências para fundamentar a ideia da Ilha de Luanda como envolvente protegida pela sua importância histórica associada ao Reino do Kongo e por ser o local de origem de parte da população que inicialmente da origem ao nosso objecto de estudo.

A autorização para que os portugueses se estabelecessem no continente foi concedida ao Capitão-Mor a 29 de Junho de 1575.

1.3 A criação de Luanda (3º Período - 1576 a 1750)

1.3.1 Contexto Histórico-Social

(Marcado pela fundação da Vila de São Paulo de Loanda por Paulo Dias de Novais, a ocupação portuguesa até à conquista do território pela WIC Neerlandesa, pela "Restauração" e criação das Cidades Alta e Baixa.)

Aos 25 de Janeiro de 1576, no alto do morro, se funda a Vila de São Paulo de Loanda no local onde hoje se situa a Fortaleza de São Miguel.

Durante o primeiro quartel e no contexto da União Ibérica[25], a Vila de São Paulo de Luanda foi fazendo a sua afirmação na parte alta através da construção de edifícios fundamentalmente de carácter religioso sendo que para a parte baixa, litoral portanto, ficavam as edificações de menos interesse e afectos à classe menor da população, ou seja, casario habitacional e outros que servissem para comércio com a população da Ilha de Luanda e como apoio aos navios negreiros que faziam o tráfico de escravos.

Alguns factos são de importância fundamental para a compreensão da transformação física da vila pois obrigaram à construção de um conjunto de edifícios, fundamentalmente de

[25] A Dinastia Filipina ou Império da União Ibérica (igualmente conhecida por Terceira Dinastia, Dinastia de Habsburgo, Dinastia de Áustria ou Dinastia de Espanha) foi a dinastia real que reinou em Portugal durante o período de união pessoal entre este país e a Espanha, isto é, em que o Rei de Portugal era simultaneamente o Rei de Espanha. Os três reis da dinastia filipina governaram em Portugal entre 1580 e 1640

carácter temporal e militar obrigatórios para o exercício da cidadania, que consequentemente marcam a mancha ocupacional do território à parte alta do lugar.

- 1583: Fundação da Vila de Nossa Senhora da Vitória de Massangano
- 1596: Criada a Diocese[26] de Luanda, *Archidiœcesis Luandensis*.
- 1606: O primeiro foral[27] da vila.
- 1617: Fundação da Vila de São Filipe de Benguela[28] por Manuel Cerveira Pereira[29]

O crescimento da cidade foi sucedendo tímida com percalços de natureza territorial e política nomeadamente; o agravamento das relações com o Reino do Ndongo por causa da expansão ilegal dos portugueses sobre o seu reino, o declínio das relações comerciais com o Reino do Kongo bem como a ameaça permanente dos Holandeses ao monopólio transoceânico do comércio de escravos.

Durante este período são incontornáveis dois factos que vão desenhar a transformação na cena política de então;

O primeiro facto é sem dúvidas a lendária Nginga a Mbande[30], que entra em cena em São Paulo de Luanda como embaixadora do Reino do Ndongo no ano de 1622

[26] Diocese: Divisão territorial eclesiástica sujeita à jurisdição de um bispo ou de quem legitimamente o substitui

[27] Uma Carta de Foral, ou Foral, é o documento real de concessão de aforamento ou foro jurídico próprio (...). O seu nome é originário de o documento régio estabelecer os foros (direitos, deveres, liberdades e garantias) dos povoadores ou habitantes de uma terra a ser fundada, ou que recebia mercê nova por seu desenvolvimento. (...) A Carta Foral, no Império Português, estabelecia direitos e deveres particulares desses colonos, habitantes ou povoadores na vida municipal, exercício da Justiça, privilégios da terra, organização social e administrativa, etc. A concessão de um foral constituiu muitas vezes uma medida de fomento, visando incentivar o povoamento em terras difíceis de desbravar (IUS LUSITANIE. 2010)

[28] De realçar que o primeiro plano urbanístico alguma vez elaborado para uma povoação no território de Angola data de 1618 e foi para Benguela conforme carta enviada por Cerveira Pereira ao Rei de Espanha (BATALHA. 2006)

[29] Manuel Cerveira Pereira, foi Governador de Angola por dois mandatos não consecutivos, tendo sido o primeiro de 1603 – 1606 e o segundo de 1615 – 1617

[30] Nginga a Mbande (1582 – 1663). Foi Ngola do Reino de Ndongo e Matamba até à sua morte. Converteu-se ainda princesa, *com toda a pompa e circunstância* ao Catolicismo em 1622 como acto de boa vontade perante o reino de Portugal enquanto embaixadora de seu irmão (Ngola Mbandi, Rei do Ndongo) passando a ser conhecida entre os portugueses como Ana de Sousa *(adoptou o apelido do seu padrinho o próprio governador João Correia de Sousa, como era costume.*). Ascende à condição de rainha pela morte do seu irmão em 1624. Morre na Matamba e seu funeral é presidido pelo missionário Capuchinho Giovanni Antonio Cavazzi da Montecuccolo. É considerada uma rainha de referência na historiografia não só angolana como africana pela sua luta contra a invasão europeia e tráfico de escravos.

Fig. 10 - Nginga a Mbande

O segundo é o início das hostilidades entre os Holandeses e Portugueses a partir da constituição da WIC[31] com a primeira tentativa de invasão a Luanda em 1624[32].

Começa então a fortificação da vila que passa a "estar rodeada de obras militares, quer para protecção do lado do mar quer do interior" (PEPETELA. 1990).

A necessidade de centralizar a gestão do território obriga a que a Vila de São Paulo de Luanda seja elevada à categoria de capital administrativa da região de Angola em 1627.

Esta linha de construção de fortins ao longo da praia da baia irá definir o segundo eixo de desenvolvimento urbano da vila conforme se poderá verificar adiante. Presume-se que as

[31] WIC. A Companhia Neerlandesa (Holandesa) das Índias Ocidentais (em neerlandês: *West-Indische Compagnie*) foi uma empresa de mercadores holandeses. Constituída a 3 de Junho de 1621 existiu até 1791 quando as acções da companhia foram adquiridas pelo governo holandês, que passou a controlar os territórios da WIC transformando-os em colónias.

[32] Piet Heyn foi o primeiro corsário holandês a tentar a invasão de Luanda sob as ordens da WIC. "*Piet Heyn left San Salvador on the 5th of August 1624 with seven ships for Sao Paulo de Loanda in Angola. He was ordered to capture this Portuguese city by the WIC. Loanda was an important city that was used for selling and transporting Africans that were captured. Heyn met 3 ships that were under the command of Filips van Zuylen. This squadron had tried to capture the city earlier but had failed and waited for the reinforcements from Brasil. In October 1624 Heyn arrived south of Loanda, missing the squadron of van Zuylen that was waiting to the north of Loanda. He decided to attack Loanda on his own, but failed miserably. His ships got repeatedly stuck in the shallows just outside Loanda and were, during their attempts to free them, easy targets for the enemy cannons. After trying to mobilize a local king of the African kingdom of Sonho who had earlier asked for assistance against the Portuguese he returned unsuccessful to Brazilian waters.* (BRUYNEEL. 2007)

obras da Fortaleza de São Miguel – ex-libris da cidade - tenham tido início nessa altura já que a sua conclusão está registada no ano de 1634.

A Rainha Nginga a Mbande, já em guerra declarada com os portugueses desde 1625 por causa do avanço territorial que os mesmos faziam, constitui em 1635 a Grande Coligação entre os estados de Matamba e Ndongo, Congo, Kassanje, Dembos e Kissamas atentando sempre contra a nefasta invasão sobre os seus domínios.

Agravando a situação dá-se o fim da União Ibérica e com isso a Restauração da Independência de Portugal em 1640. Aliado a estes factos que fragilizam a administração da vila que fica sem defesas acontece um acordo (resultante provavelmente da viagem que representantes do *Mwene-Soyo* e do *Mwene-Kongo* fazem ao Brasil e à Holanda em 1640 para tentarem alianças directas contra os portugueses) entre a Coligação liderada pela Rainha Nginga a Mbande e a Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais com o intuito de expulsar os portugueses.

Deste acordo resulta uma investida sobre a cidade quando as forças da Coligação adentram pelo interior apoiadas pela Grande Armada Holandesa[33] vinda do mar, comandada pelo Capitão Cornelius Jol, o "Houtbeen"[34] e expulsam os portugueses a 24 Agosto de 1641[35]. A 26 de Agosto de 1641 a cidade ficou sob a tutela dos Holandeses e passou a ser conhecida pelo nome atribuído à Fortaleza de São Miguel, Fort Aardenburgh[36].

A ocupação perdurou sete anos e este facto provocou uma angustiosa situação ao Império Português, mais especificamente ao Brasil, o grande interessando nos domínios africanos. A cidade significava acima de tudo a base mercantil do tráfico de escravos e quem a dominasse dominava a rota comercial. Devido à falta de renovação da mão-de-obra para a sua economia fundamentalmente agrícola e dependente do tráfico de escravos, a crise instala-se e esta situação impulsiona o movimento de reconquista da cidade de São Paulo de Loanda para o Império português. É então que se dá a "Restauração" a 24 de Agosto de 1648 liderada por Salvador Correia de Sá e Benevides. Restaurada a colónia o nome da vila foi alterado para São Paulo de Assumpção de Loanda, pois a reconquista deu-se no dia da Assumpção da Virgem. A afirmação da vila como ponto estratégico do triste "Comércio de Escravos" deveu-se ao facto da escravatura ser a prática legal comercialmente mais lucrativa de todas as actividades que os portugueses tinham entre África, Europa e

[33] A Grande Armada da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais era composta por vinte e um navios e três mil homens e sai das costas do Recife no Brasil em Maio de 1641 chegando à costa angolana a 9 de Agosto do mesmo ano.

[34] Cornelius Jol (1597-1641) Famoso corsário flamengo embora a sua patente na marinha fosse a de almirante devia a sua alcunha "Houtbeen" ao facto de ter uma Perna-de-Pau.

[35] O Governador Pedro César de Meneses foge para a Vila de Massangano, seguindo-lhe um boa parte da população o que fez baixar drasticamente a densidade populacional e a dinâmica social da cidade provocando o inevitável declínio.

[36] A análise toponímica permite perceber que se a designação *Aarden* provem de areia/terra e *burgh* de burgo, a expressão Aardenburgh parece à partida carregada de uma conotação pejorativa já que a sua tradução ao pé da letra significa "Burgo de Areia". As características medievais da cidade de São Paulo de Loanda como um núcleo urbano feudal, fundamentalmente comercial cuja estrutura, como os burgos, se desenvolvia em função do castelo, neste caso a fortaleza a designação *Fort Aardenburgh* tem sentido aplicada à cidade.

Américas que ajudou bastante no desenvolvimento da cidade baixa, área mercantil da cidade. O escravo era elemento fundamental da economia da época.

"Por alvarás régios de 28 de Setembro e 9 de Dezembro de 1662, aos oficiais da câmara da cidade de Luanda e seus moradores, foram concedidos os mesmos privilégios dos cidadãos da cidade do porto, em consideração aos serviços prestados à restauração de Angola. O seu brasão de armas fica para sempre registado nos arquivos da Torre do Tombo, entre os das outras cidades e vilas portuguesas." Luanda é assim elevada à condição de cidade.

Com a morte da Rainha Nzinga Mbande, a ocupação do reino do Ndongo tornou-se tão expressiva que na transição para o séc. XVIII d.C. o território português rondava uma área de 65 mil quilómetros quadrados.

Fig.: 11 – Cartografia Histórica (ANEXO 3).

Na figura 24, estão identificados os estados referenciados na Grande Coligação: Matamba, Ndongo, Congo, Kassanje, Dembos e Kissamas.

1.3.2 O Urbanismo Tardo-Medieval

Após estarem criadas as condições para a constituição do centro urbano de assentamento da população de portugueses e só seria necessário encontrar as melhores condições geo-morfológicas para o fazer.

A escolha do local para o futuro núcleo urbano corresponde à ideia geral do urbanismo de expansão atlântica assente no conhecimento e utilização dos padrões da cidade tardo-medieval em Portugal.

Como esclarecimento, a cidade medieval portuguesa instala-se em contraste bipolar, privilegiando locais de relevo acidentado em oposição ao litoral recortado, preferencialmente entre colina e baía criando assim com frequência o fenómeno dialéctico da cidade alta e cidade baixa.

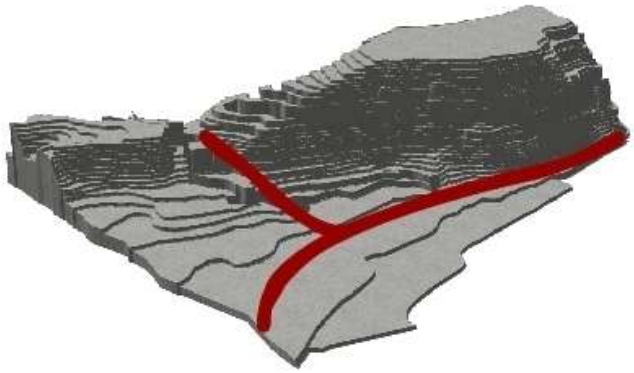


Fig. 12 - Morfologia do local. Morro de São Paulo e litoral da Baia

(...) Deste modo, é reconhecível na cidade portuguesa medieval "uma idiossincrasia que começa pelo próprio 'sentido de lugar (...)" ., o qual se transmitirá depois à esfera insular. Este "gosto" pelo sítio acidentado e ribeirinho, longe de recusar razões de tipo funcional na escolha do lugar, antes as enquadra e sabe dar-lhes um sentido cultural.

O carácter "funcional", num sentido alargado e abrangente do termo, destes factores de "localização" ou de "situação" dos espaços urbanos já foi de resto acentuado por Jorge Gaspar; a ele há que, quanto a nós, acrescentar aqui "...uma complementar leitura antropológica, que ponha em evidência constantes de um 'temperamento' urbanístico colectivo (...)

Em relação aos elementos "naturais" que "atraem" o assentamento da cidade medieval portuguesa, já Orlando Ribeiro tinha apontado alguns dos mais relevantes: "a proximidade de um rio"; "ao longo do vale, a convergência dos caminhos"; "uma colina isolada de um retalho de planalto"; a colina que é simultaneamente "a mais inacessível e a mais próxima da margem"; a confluência onde "a colina fragosa domina a enseada, o estuário ou o curso de água navegável" (...) (FERNANDES. José Manuel)

Com estes dados, está justificada a escolha estratégica do Morro e da Baía como local escolhido para o assentamento da comunidade portuguesa.

Partindo da implementação dos valores teocêntricos, a fundação da cidade assenta em fundamentos estratégicos do urbanismo tardo-medieval que vão defini-la pelos quatro séculos seguintes. Este urbanismo caracteriza-se na conjugação obrigatória de quatro (4) itens distintos: localização, imagem, estrutura e forma e respectivamente temos:

Litoralidade: elemento essencial para o desenvolvimento portuário que promovia acima de tudo o comércio transatlântico que assentava no tristemente célebre "Tráfico de Escravos".

Paisagística: devido à tendência ruralística das políticas de assentamento das populações com a política das Sesmarias, existente em Portugal desde a Lei de 26 de Maio de 1375, que normatiza a distribuição de terras destinadas à produção (IUS LUSITANIAE. 2009) foi este sistema transposto para as colónias portuguesas que deu origem à constituição de sociedades escravistas e rurais. Como o sistema de capitanias hereditárias obrigava os donatários ao pagamento de tributos à coroa, para o efeito os capitães tinham o poder de

doar sesmarias já que não recebiam as terras como proprietários mas sim como administradores.

Linearidade: a organização sequencial das formas urbanas (praças e largos) ao longo de uma eixo principal (Rua Direita) que constitui o elemento identificativo da urbanização portuguesa normalmente terminando em rossios[37] de transição para o espaço rural.

Polimórfica: o seu carácter experimental associada à adequação permanente do objecto urbano e arquitectónico à condicionante geográfica faz da cidade um conjunto de sistemas urbanos agrupados ao eixo definidor, logo à ideia de um conjunto geometricamente regrado e pré-estabelecido à lógica de crescimento é nula. O crescimento da cidade é adaptativo e implícito ao momento e não subjacente a um pensamento previdente e futurista.

Estes fundamentos urbanísticos definirão vivencialmente uma população que produziu uma sociedade por um lado aberta pelo seu carácter comercial e ligações ao mundo transatlântico e por outro tradicionalista e conservadora pelos pressupostos medievais em que assentava toda a dinâmica da sua cidade. A identidade dualista (conservadora/vanguardista) de Luanda afirma-se não só na morfologia mas também na sua expressão vivencial, facto que se mantém até aos dias de hoje.

A Cidade Alta

"O primeiro eixo definidor da cidade é o hoje composto pela Calçada de São Miguel, Rua Diogo Cão e Rua 17 de Setembro, vide figura 19. Estende-se assim a urbe do morro de S. Miguel, passando pelo Largo da Feira (Praça do Palácio) até ao largo defronte do Convento de São José.

[37] Rossio enquanto designação de espaço público estava relacionado com um lugar amplo transitivo entre o urbano e o rural onde a população montava as feiras ou mercados. Na cidade de Luanda, as hoje Praças que se situam ao longo dos eixos principais de ordenamento da malha urbana, (Rua Friederich Engles na Cidade Baixa e Rua 17 de Setembro na Cidade Alta) foram em tempos anteriores Rossios. O exemplo mais conhecido é o Largo do Pelourinho que até ao século XVIII, segundo catografia histórica, era referenciado como Largo da Feira Grande onde se comercializavam, entre outros produtos, os escravos. O fim da escravatura no século XIX encerrou a criação destes espaços de transição no crescimento da cidade.

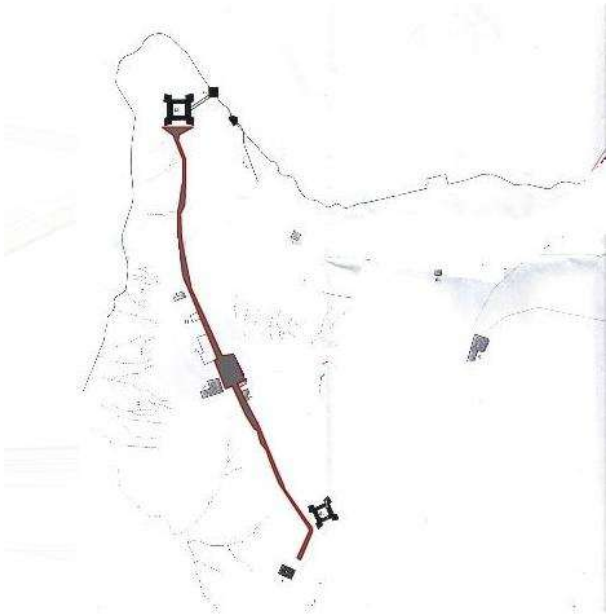


Fig.13 - Primeira Fase de Crescimento da Cidade. Eixo "Cidade Alta" séc. XVI e XVII. Diagrama elaborado com base na Cartografia Histórica de 1647, Nationaal Archief, WIC, Nederlands

Este eixo principal alonga-se por aproximadamente 1650 metros de comprimento. A Superfície segundo a planta mais antiga da cidade seria de aproximadamente 1,2 km2. Considerando que a população da cidade durante este período variou entre 700 habitantes decrescendo até 400, a densidade populacional assumiria valores variável entre 580 hab/km2 até 330 hab/km2 no final do período. Destes dados sobre a população, não fazem parte números referentes aos escravos ou à população autóctone.

A Cidade Baixa

A Restauração foi um pontapé de partida para a consolidação da "Cidade Baixa" que até então era pouco mais do que um conjunto medíocre de casario que servia de ponto de venda de escravos. Segundo Cadornega[38] citado por Manuel da Costa Lobo Cardoso, a cidade teria ficado praticamente destruída, "as igrejas e casas desbaratadas, sem tectos e sem portas, tendo, a maioria dos seus habitantes, sido dizimada pelas guerras, pelo clima e pelas privações, apresentando-se os sobreviventes em penoso estado de esgotamento". Tem início nestas condições o lento processo de recuperação do que havia sido destruído pelos holandeses na Cidade Alta e o surgimento de facto de uma Cidade Baixa. Utilizando os mesmos pressupostos de desenvolvimento "linear e polimórfico" cria-se o segundo eixo de crescimento, localizado na praia e por isso mesmo chamado de Rua da Praia[39].

[38] António de Oliveira de Cadornega (1624 – 1690). Vereador da Câmara de Luanda, foi um exaustivo relator da história dos portugueses em Angola tendo concluido em 1681 os três volumes do livro *História Geral das Guerras Angolanas*. A obra só veio a ser impressa em 1940-1941.

[39] Toponímia: primeiro Rua da Praia, depois, Avenida Salvador Correia e pós independência, Avenida Rainha Ginga.

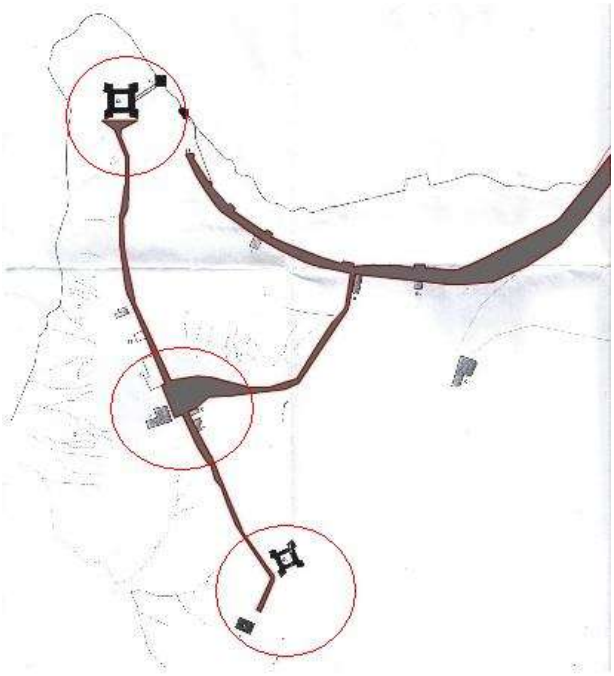


Fig. 14 - Segunda Fase de Crescimento da Cidade. Eixos "Cidade Alta e Baixa" séc. XVII e XVIII. Diagrama elaborado com base na Cartografia Histórica de 1647, Nationaal Archief, WIC, Nederlands

A Rua da Praia foi o elemento estruturante da cidade baixa pois paralelo a ele constituem-se outras duas ruas; uma intermédia e outra a mais interior e que era a fronteira entre as construções de "pedra e cal" e as de "adobe". Estas três ruas, ao serem cruzadas com por Travessas, criaram um sistema viário bastante irregular, "tudo feito anárquica e improvisadamente" (PEPETELA. 1990)

A rua intermédia chamava-se Rua Direita e era traçada desde a Calçada dos Enforcados até à Feira Grande[40] que era o centro mercantil da cidade.

As praças, largos e rossios predominavam, sempre associadas às grandes edificações de habitação ou equipamento como necessidade de espaço público mercantil ou de transição rural. Esta materialização de espaço público não era consequência de planeamento urbano que privilegiava a praça como local de convívio social e político.

A ampliação do território da cidade é marcada pelas construções de duas igrejas; a do Carmo (1661) e a da Nazaré (1664) que foram marcos no desenvolvimento das urbanizações da Ingombota e Nazaré, respectivamente.

O crescimento da Cidade para sul deu-se com a construção do "Forte e a Igreja de S. Amaro, no morro do mesmo nome[41] para defesa dos poços da Maianga, que abasteciam a cidade. (O forte foi construído em 1659)" (BETTENCOURT. 1965 : 12)

[40] Toponímia: primeiro Feira Grande, depois, Largo do Pelourinho e pós-independência, Largo Katadi.

[41] Ao fundo da Praia do Bispo, hoje bairro da Coreia na comuna da Kinanga.

Progressivamente, o centro urbano do Arco-Sul que até então tinha importância portuária foi perdendo importância em benefício do centro urbano do Arco –Norte.

1.3.3 Arquitectura Chã

A arquitectura produzida durante este período está estilisticamente relacionada com a de Portugal. Embora a Europa estivesse num período renascentista a arquitectura gloriosa dessa época não vingou em Portugal. A política austera, com origem na primeira metade do século XVI d.C., vivido sob uma forte crise económica e um período de profunda ligação e subserviência à Igreja Católica em Portugal[42] reforçado pela União Ibérica criou um estilo simplista de influência clássica, anti-decorativo chamado de Estilo Chão[43].

É importante dizer que este estilo tipicamente português foi aplicado em todo o seu império da América à Ásia por ser prática, económica, funcional e facilmente executável e adaptável às condições de qualquer local, especificamente às tecnologias construtivas.

As edificações monumentais da época em Luanda obedeceram todas à mesma regra de composição; austeridade formal reflectindo sempre "clareza, a ordem, a proporção e simplicidade" (CORREIA. 2002). A proporção àurea, as volumetrias paralelepipédicas, a simetria, a linha recta e a ortogonalidade como definidor da forma são denominadores comuns a quase todas as construções na cidade de Luanda durante mais de dois séculos. Somente a partir do século XIX d.C. é que o traçado da arquitectura luandense começa a mudar, estilisticamente falando.

Nos edifícios de habitação, a decoração é inexistente. Já nos edifícios de equipamento, principalmente as tipologias religiosas apresentam alguns elementos decorativos não-formais. O contraste maior é com o interior onde o azulejo e os frescos. Em alguns casos raros, a talha dourada é um elemento decorativo luxuoso que merece por isso uma atenção e estudos mais cuidadosos.

Este estilo produziu uma arquitectura fortificada e atarracada bem típica da austeridade social medievalista dos portugueses.

<u>Os Sobrados</u>

Durante a vigência do Governador Salvador Correia de Sá e Benevides, a reconstrução da Cidade Baixa marca o período de surgimento de uma tipologia habitacional, com características muito particulares chamadas; Sobrados.

“Os Sobrados são edifícios de habitação com características singulares na arquitectura da cidade antiga de Luanda.

[42] Reinado de Dom. João III

[43] Estilo Chão (plain architecture, em inglês, criado pelo americano George Kubler)

A sua composição formal é obrigatoriamente de dois pisos. Sobrado, é uma técnica de assentamento do pavimento em lâminas de madeira sobre vigotas de madeira também. O piso térreo, com as paredes de grande espessura feitas em taipa, ou em alvenaria tosca contando ainda com alguns casos mistos, são o suporte físico da estrutura em madeira que sustenta o pavimento superior que será então chamado de sobrado. Na linguagem popular, chamam-se sobradinho às casas que só têm como piso superior uma peça central com as dimensões do corredor de distribuição, depois, chamam de sobrado aos que têm como piso superior a dimensão completa da edificação.

Características da Construção

Paredes: Construídas em Alvenaria de Terra mista com Pedra Calcária utilizando como ligante argamassa de cal de mabanga. Os Axiluanda eram os produtores da cal utilizada na construção na cidade e essa cal era produzida com a queima das mabangas apanhadas na Baia de Luanda.

Pavimento de Madeira: Eram fundamentalmente produzidos em madeira vinda do Brasil nos navios-negreiros. Esses toros serviam para fazer peso e assim evitar que os navios fundeassem já que a tara dos mesmos não era suficiente. Tão logo os navios chegassem ao Porto, esses toros eram substituídos pelos escravos. Uma vez abandonados eram convertidos em material de construção. As suas dimensões determinavam as dimensões entre as paredes autoportantes dos sobradinhos ou sobrados." (ANEXO 2)

O maior Sobrado da Cidade de Luanda era o Antigo Palácio Dona Ana Joaquina que depois de ter sido reconstruído em betão e aço, já não apresenta as mesmas características construtivas e logo, deixou de ter interesse patrimonial.

Todos os sobrados da Cidade de Luanda são elemento figurativo fundamental do Centro Histórico por serem representativos da época da escravatura pelas suas características irrepetíveis.

A Fig. 28 mostra o "Sobrado do Óculo" por causa dos vãos de janela circular no piso térreo, hoje já só existe do lado direito devido a uma má intervenção construtiva. Já foi estudado por vários arquitectos e é imagem corrente nas pinturas e cartões postais da cidade.

Fig. 15 - Sobrado do Óculo. Exterior

Este sobrado do século XVII, localizado no Largo Infante Dom Henrique, onde se localizava o primeiro Porto de Escravos de Luanda.,é dos mais característicos da cidade pela composição típica dos seus telhados.

Fig. 16. Sobrado do Óculo. Interior (Fotomontagem)

Fig. 17 – Sobradinho de São Miguel.. Exterior

A imagem mostra o chamado “Sobradinho” mais antigo da cidade de Luanda. Localizado no sopé do Morro de São Miguel, virado para a Avenida 4 de Fevereiro (Marginal) e contíguo ao Largo Infante D. Henrique, o antigo Porto de Escravos da cidade.

Fig. 18 – Sobradinho de São Miguel. Interior (Fotomontagem)

Património

A Arquitectura mais expressiva construída neste período e que resiste até hoje é a descriminada nas Tabelas abaixo designadas.

Tabela 16 – Construções Representativas do 3º Período classificadas como Monumentos

Tipologia	Nome	Ano/Séc.	Localização
Religiosa	Igreja da Misericórdia	1576	Cidade Alta
Religiosa	Torre da Igreja da N.ª Sr.ª da Conceição[44]	1583	Cidade Alta
Religiosa	Igreja dos Jesuítas	1593	Cidade Alta
Religiosa	Convento de S. José[45]	1604	Cidade Alta
Civil	Palácio dos Governadores	1607	Cidade Alta
Militar	Fortaleza de São Pedro da Barra	1618	Mucesse
Civil	Casa da Câmara[46]	1623	Cidade Alta
Militar	Fortaleza de São Miguel (1ª Fase)	1634	Cidade Alta
Religiosa	Sé Arquiepiscopado [47]	1655	Cidade Baixa
Religiosa	Igreja do Carmo	1661	Cidade Baixa
Religiosa	Igreja da Nazaré	1664	Cidade Baixa
Religiosa	Igreja da Nossa Sr.ª do Cabo	1669	Ilha de Luanda

1.4. A reforma pombalina (4º Período de 1750 a 1836)

1.4.1 Contexto Histórico-Social

(Abolição da escravatura. Urbanismo iluminista e a influência Barroca.)

O século XVIII foi visivelmente marcado pela visão iluminista[48] da Administração Pombalina[49] que através de uma clara intenção de modernização do reino implementou

[44] Primeira Sé Episcopal, Actualmente funciona o Observatório Metereológico João Capelo.

[45] Hospital Josina Machel

[46] Actualmente o Tribunal da Relação.

[47] Igreja da N.ª Sr.ª dos Remédios

[48] Iluminismo: movimento surgiu na França do século XVII e defendia o domínio da razão sobre a visão teocêntrica que dominava a Europa desde a Idade Média.

entre outras acções um fulgor arquitectónico e urbanístico com a reforma da Baixa de Lisboa após o Terramoto de 1755. Os ecos da Reforma Pombalina começam a tomar forma tímida em Luanda a partir de 1753 mas o período mais visível foi com o mandato do Governador Sousa Coutinho[50]. A acção deste Governador abriu portas a uma nova visão de desenvolvimento não só da cidade como do território e permitiu na continuidade ter a sua visão expandir-se com a mesma intenção iluminista da administração pombalina durante todo este período. "A própria vida social se modifica, estabelecendo-se um maior convívio entre a população" (BATALHA, 1989: 149).

O séc. XIX, mais especificamente a primeira metade foi profundamente marcado pelo declínio da escravatura devido à força emergente da Revolução Industrial[51]. Os acontecimentos vindos do Brasil (a independência em 1822, a abolição do tráfico negreiro em 1850) empurraram o Império Português para a única opção possível; a abolição da escravatura em 1836 (Decreto de 10/12/1836).

1.4.2 O Urbanismo Iluminista

A Planta Topográfica da Cidade de 1755 revela uma cidade prolixa com uma divisão administrativa "dividida em quatro bairros, correspondendo às áreas das companhias militares que a protegia: cidade Alta e Ingombota; o do Corpo Santo, desde a Igreja do Mesmo nome, no começo da baía, até à da Nossa Senhora dos Remédios; o da Nossa Senhora dos Remédios, da sua Igreja até ao Bungo; e o do Bungo à Nazaré". (PEPETELA, 1990: 48)

A partir de meados do século XVIII, com a Administração Pombalina surge uma nova consciência da cidade.

---

[49] A Administração Pombalina feita por **Sebastião José de Carvalho e** Melo também conhecido como **Marquês** de **Pombal** entre 1750 e 1777. Em fins do século XVIII, **Marquês** de **Pombal**, o todo-poderoso ministro do Rei de Portugal, fez uma tentativa de se explorar as riquezas do país no sentido de diversificar a economia local contudo a tentativa falhou por falta de apoio da metrópole que estava mais interessada no desenvolvimento do Brasil com base nos escravos angolanos. Implementou regras radicais e despóticas como a laicização do ensino (até então poder absoluto dos Jesuítas), a protecção a artistas e literatos.

[50] Francisco Inocêncio Sousa Coutinho (1728 – 1780). Governou Angola entre **1764 e 1772** e foi o que teve a obra mais extraordinária para além da empossado pelo Marquês de Pombal

[51] A Revolução Industrial consistiu em um conjunto de mudanças tecnológicas com profundo impacto no processo produtivo em nível económico e social. Iniciada na Inglaterra em meados do século XVIII, expandiu-se pelo mundo a partir do século XIX.

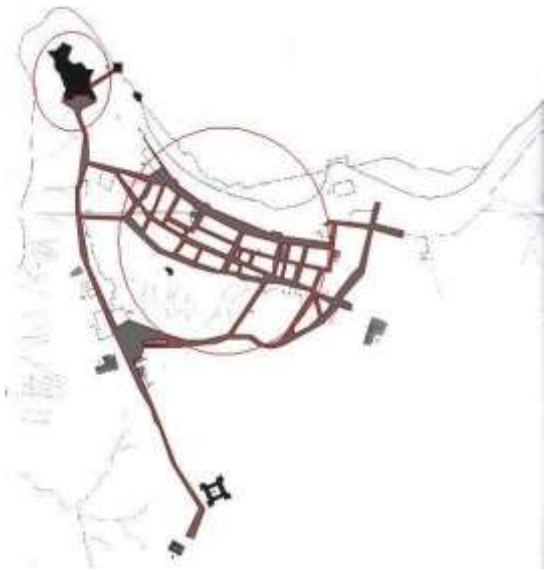


Fig. 19 - Diagrama elaborado com base na Cartografia Histórica de 1755, in Luandando com o desenvolvimento da Cidade Baixa e alteração da fortaleza de São Miguel

O Urbanismo Iluminista (que acontece a partir da Governação de Sousa Coutinho) traz para a cidade de Luanda dois conceitos urbanos até então perfeitamente marginalizados; o de Zonamento e o de Saneamento Básico. Isto obriga a um processo de requalificação urbana que visava fundamentalmente a melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos.

A nível do Zonamento, a organização da cidade ganha incomensuravelmente: define-se e/ou organiza-se e classifica-se o sistema viário (incluindo o calcetamento das ruas de ligação entre as cidades altas e baixas em 1779). Diferencia-se o espaço público do privado, criam-se novas praças e introduz-se o conceito de Passeio Público[52]. A arborização das ruas da cidade e a iluminação pública são consequência inevitável deste processo de renovação urbana.

A nível do Saneamento Básico o aterro dos pântanos e o abastecimento de água[53] fizeram melhorar bastante as condições de habitabilidade locais.

[52] O mesmo que parque público, foi introduzido como equipamento urbano contribuindo para o ordenamento do espaço público, para a estética da cidade e para o saneamento da mesma. Como espaço vocacionado para o lazer promovia o encontro da população em ambiente arborizado. O Passeio Público em Lisboa dá-se em por alturas do plano de reedificação da Baixa, entre 1764 e 1771. Esse conceito é levado a todas as cidades do Império. Nota: Duas fontes apontam para dois Passeios Públicos em Luanda; o primeiro, descrito pelo historiador brasileiro Elias Alexandre da Silva Correia citado por Fernando Batalha in Angola – Arquitectura e História "A rua, (...) mandou abrir da Nazareth, à Fortaleza de São Francisco, conhecida pelo Passeio do Penedo, a fez ornar de frondosas árvores, (...) deleitavam pela vista, & pela sombra..." e o segundo, "(...) uma nova artéria, o Passeio Público, que mais tarde originaria a avenida Marginal (...)", descrita por Pepetela, in Luandando.

[53] Acções como colecta e tratamento de esgoto, limpeza urbana não fazem parte dos relatos estudados mas deveriam estar relacionados se bem que bastante deficientes.

Esta transformação da cidade vai prosseguindo, sendo importante registar a definição da comarca[54] de Luanda em 1837 com os seus 10 bairros definidos já desde 1796. (PEPETELA. 1990 : 50)

1.4.3 Arquitectura Chã. A Influência Barroca.

Influência Barroca

Pelo facto das colónias portuguesas em África terem sido sempre relegadas para segundo plano, expressões estilísticas mundiais como o Barroco, sempre estiveram condicionadas, principalmente no campo da arquitectura. Estão registadas em Angola a existência de alguns edifícios com características de Barroco Tardio[55], sendo que na cidade de Luanda, os únicos edifícios com fachadas marcadamente barrocas são as Igrejas dos Remédios e a Igreja dos Jesuítas. No entanto, essa característica assim o é devido a intervenções posteriores à sua data de construção visto que aquando desse facto, o barroco sequer era uma realidade estilística consolidada.

O que se observa é que a influência Barroca nestes edifícios é uma questão mais decorativa do que estruturante o que se vai perceber em toda a arquitectura desse período. O edifício ainda mantém a austeridade formal do Estilo Chão, mas começa a introduzir elementos decorativos barrocos. Importa ressalvar que a Igreja dos Remédios perdeu a sua expressão barroca após a reabilitação no século XIX mais especificamente em 1897, adquirindo então características de forte influência bizantina com as suas cúpulas nas torres sineiras, que se pode confirmar até aos dias de hoje.

[54] Em Portugal, até ao século XVII, era utilizado o termo Comarca para designar as grandes divisões militares e administrativas do país, que passariam, depois, a ser conhecidas por província. O termo Comarca passou, depois a ser utilizado para designar as subdivisões administrativas e judiciais em que se dividiam as províncias. Regra geral, os territórios das Comarcas correspondem, aproximadamente, aos dos municípios.

[55] Igreja da N.ª Sr.ª do Pópulo na Cidade de Benguela

Fig. 20 – Igreja dos Jesuítas (Actual Igreja de Jesus e Sé Catedral de Luanda)

A arquitectura da Cidade Baixa é o elemento essencial da renovação estética local. A par das iniciativas urbanas, o objecto arquitectónico ganha grandeza. O "sobrado" passa a ser uma tipologia corrente com os seus pisos térreos vocacionados para o comércio e o superior para habitação ganhando sumptuosidade e adquirindo dimensão monumental associada principalmente aos grandes edifícios de equipamento, criando nitidamente uma ruptura com o período anterior, profundamente marcado pela Arquitectura Religiosa. Por outro lado, no campo da Habitação, nos bairros periféricos da cidade como o da Ingombota começa-se a desenhar a arquitectura tradicional de Luanda. (BATALHA. 2006 : 45 a 72)

Património

A Arquitectura mais expressiva construída neste período e que resiste até hoje é a descriminada nas Tabelas abaixo designadas.

Tabela 17 – Construções Representativas do 4º Período classificadas como Monumentos

Tipologia	Nome	Ano/Séc.	Localização
Civil	A Alfândega	1770	Carmo

Civil	Banco Nacional Ultramarino	1865	Carmo
Civil	Casas Nobres – 3 Edifícios	XVIII	Coqueiros/Carmo
Civil	Sobrados – 13 Edifícios	XVIII	Coqueiros/Carmo

1.5. A colónia de Angola (5º Período – 1836 a 1974)

1.5.1 Contexto Histórico-Social

(Marcado pela Conferência de Berlim e a afirmação do território de Angola, o Estado Novo e o Movimento Independentista)

Este período, embora pareça bastante longo nos seus 138 anos e esteja dividido em três fases profundamente dispares na sua génese social e na arquitectura que surge como consequência, no campo do ordenamento do espaço urbano elas são o acentuar progressivo de um formato estratificador do espaço, resultante de uma estratégia política assente na migração populacional de europeus e no crescimento económico do território como nova fonte de recursos após a independência e constituição do Império do Brasil. Com intervalos cada vez mais curtos entre eles, pode-se fazer uma leitura clara do seguinte facto; a sedimentação de uma população europeia em Angola com intenções claramente diferentes do período esclavagista, faz rapidamente crescer uma consciência anti-colonialista apoiada pelo momento histórico internacional que infelizmente atentatória aos interesses de Portugal faz deflagrar uma guerra que só termina com a independência.

1ª Fase – Afirmação Territorial (1886 a 1933)

A Abolição da Escravatura embora decretada em 1836, cria tamanho alvoroço na sociedade esclavagista da época, que a sua oficialização só acontece em 1869[56]. Acontece uma baixa demográfica brutal na população branca da cidade que deixa de ter interesse comercial e este facto empurrou inevitavelmente a sociedade angolana para um processo de diversificação da economia já por vezes intentado por outros e que se reflectiu no primeiro processo de requalificação e desenvolvimento da cidade em 1862. A cidade deixava adivinhar uma clara demonstração de que a política governativa de então era a de sedimentar a população europeia no território e não a de manter a fama funesta de "Cidade de Degredados" cujo comércio para além da escravaria era fundamentalmente o de bebidas e bordéis já que mais de metade do edificado para fins comerciais eram tabernas, facto que fortalecia a sua fama de cidade de moral duvidosa. A diversificação da economia e a afirmação territorial foram factores responsáveis pela crescente migração de europeus para Angola e com isso, marcar profundamente a morfologia das cidades, nomeadamente Luanda. Portugal começa as suas intenções de expandir o seu território para o interior e o

[56] Mesmo após ter sido abolida, a figura do escravo é tristemente substituída pela do "contratado" que só desaparece nos anos 60 do séc. XX d.C. com a luta armada pela independência nacional, ou seja cerca de 100 anos depois.

sonho vai tão alto que chegam a considerar a hipótese de unir Angola a Moçambique[57]. Esse sonho foi chamado de Mapa Cor-de-Rosa. As decisões da tristemente famosa Conferência de Berlim definiram a ocupação efectiva dos territórios coloniais. Era o fim do chamado direito histórico de ocupação defendido pelos portugueses desde o século XV e apresentado sobre a forma do Mapa Cor-de-Rosa afrontado pelos Ingleses[58]. A colónia recém desenhada pela Conferência de Berlim estava longe de ser um facto. O território de Angola ocupado pelos portugueses era fundamentalmente litorâneo e com fronteiras bastante confusas em 1870. (FERNANDES, José Manuel, FREUDENTHAL, Aida, JANEIRO, Maria de Lurdes. 2006 : 26)

No entanto era necessário afirma-lo e a chamada ocupação efectiva (entenda-se, por população branca) "permite a emigração para as colónias principalmente para Angola, (...). Por altura de 1898, havia já cerca de 6 mil indivíduos de raça branca a viver em Luanda e no interior leste, até Malange, comparados com apenas 1000 brancos em 1850", e que constituía menos de 1 % da população total da colónia. (BRITO. 2008)

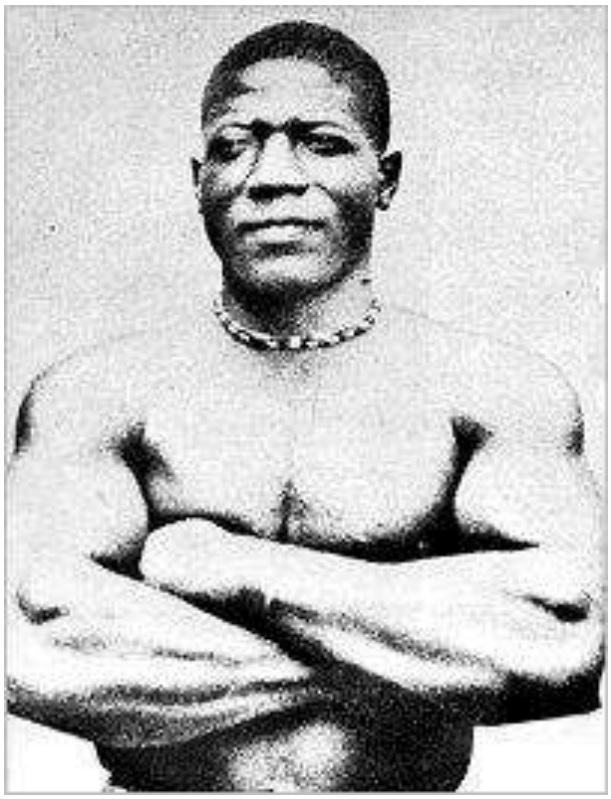


Fig. 21 - Mandume Ya Ndemufayo

[57] O famoso Mapa cor-de-rosa, apresentado na Conferência de Berlim de 1885, que consistia em ligar a Angola e Moçambique para haver uma comunicação entre as duas colónias, facilitando o comércio e o transporte de mercadorias.

[58] Inglaterra negou o projecto e ameaçou guerra a Portugal se não acabasse com o projecto (Ultimato Britânico de 1890) . Portugal, com medo de uma crise, não criou guerra com Inglaterra e todo o projecto foi-se abaixo (...)

As crises políticas e económicas vividas na época em Portugal eram sempre catalizadores da imigração para as colónias, e assim podemos caracterizar três momentos bem diferentes: intelectuais e fidalgos republicanos (Crise que antecedeu o Regicício de 1910), contingentes militares (1ª Guerra Mundial para proteger as fronteiras com a colónia Alemã 1914-1919) e condenados (a Ditadura Nacional transformou o país numa colónia penal 1926-1933). Durante a 1ª Grande Guerra, em 1917, morre o grande Rei Mandume Ya Ndemufayo[59], considerado na historiografia angolana o último bastião de resistência à invasão portuguesa.

2ª Fase – Estado Novo (1933 – 1961)

O período que se segue é de alguma estabilidade e consequentemente, desenvolvimento. Durante este período estabelece-se a Ditadura Nacional e com ela é aprovada a lei constitucional "Acto Colonial" pelo decreto n.º 18 570 em 1930. Esta lei, para além da designação oficial de Império Colonial Português, centralizava em Portugal a gestão financeira e administrativa das colónias. O famigerado Estado Novo[60] reitera a lei e aplica-a com tamanho rigor que nos anos 50 começam a surgir problemas e necessidades nas colónias que fizeram o regime reconsiderar a sua política.

3ª Fase – Movimento Independentista (1961 – 1974)

Como as colónias eram fonte de orgulho nacional, começa um forte investimento na sua modernização. Infelizmente tais acções são extemporâneas pois é exactamente nesse período que surge a condenação do colonialismo por parte da comunidade internacional fomentando os movimentos nacionalistas. Acontece então a Guerra pela Libertação[61] que iria ser elemento fundamental para a queda do regime fascista em Portugal em 1974 e todo o sistema colonial em 1975.

1.5.2 O Urbanismo Colonial

O Urbanismo Colonial é caracterizado pela alteração na morfologia contruída da cidade.

A estratificaçao entre a "Cidade Branca" e a "Cidade Negra" com todas as características formais que cada uma delas apresenta é um factor inquestionável.

[59] Mandume Ya Ndemufayo (1891 - 1917) - Último rei Cuanhama do Sul de Angola e Norte da Namíbia. Mandume chegou ao poder em 1911 e seu reinado durou até 1917.

[60] Regime político autoritário e corporativista de Estado que vigorou em Portugal durante 41 anos sem interrupção, desde 1933, com a aprovação de uma nova Constituição, até 1974, quando foi derrubado pela Revolução do 25 de Abril.

[61] Período de guerra (1061 – 1975) pela autodeterminação nacional e libertação do povo angolano do colonialismo português. Durou treze anos,

Os Musseques[62]

A partir do momento em que a escravaria deixa de ser um factor de importância económica e o contratado surge como elemento de produção agrícola fundamental, o negro é empurrado para a periferia da cidade, surgindo então uma entidade urbana nova: o musseque/muceque.

O musseque, reconhecida entidade da periferia urbana, surge neste período com o prineiro acto conhecido de gentrificação na história das cidades em Angola. Em 1864, "quando uma epidemia de varíola e a necessidade de urbanizar uma parte da cidade baixa marcaram o fim do bairro indígena dos Coqueiros, o mais populoso, com as suas 227 *kubatas* espalhadas em volta de sobrados e palácios (...). A maior parte dessa gente foi transferida para o Maculusso, a outra foi engrossar o bairro das Ingombotas, na vertente suave do planalto.". (AMARAL, 1962 : 59)

"Foi nesta altura, pela primeira vez, que uma parte da população foi empurrada para a periferia, onde até existiam animais ferozes como leões.". (PEPETELA. 2009)

Os Musseques originais eram aglomerados vedados, autênticos depósitos dos escravos a serem transportados para as Américas. Existiam para além da linha de circunvalação (fronteira da cidade) e eram referenciados pelos nomes dos seus donos como se pode verificar na Planta de 1862 os Musseques Massi, Flores, Torres e Vandúnen.

As três formas urbanas nitidamente distintas da "ordem colonial" interiores à linha da circunvalação seriam os bairros dos "Coqueiros", "Sangangombe" e "Ingombota", integrados na mancha activa da cidade.

Com o desaparecimento destes bairros, tranformava-se para sempre a característica populacional de lugar de cariz tradicional e autóctone. Este processo de gentrificação dominou desde então a forma urbana da cidade de Luanda e ficou de tal maneira enraizado na forma de pensar urbanidade em Angola que até aos dias de hoje, ainda não se consgeuiu encontrar um formato de integração destas duas realidades. A única resposta que se professa sempre com algum temor é o progressivo afastamento destes núcleos ao invés da sua integração através de processos de requalificação urbana.

Cidade Metropolitana

Todo o processo de evolução da cidade de Luanda tem dois fundamentos principais: a extinção do tráfico de escravos e a consolidação territorial.

Urbanisticamente falando, poder-se-ão identificar duas etapas sendo a primeira a de consolidação da cidade e a expansão da mesma.

Interpretando a Cartografia Histórica é claro que as Plantas de 1862, 1900 e 1926 reflectem o primeiro processo, ao passo que a Planta Implantação do Plano de Urbanização de 1956 reflecte o segundo.

[62] Musseque. Do Kimbundo; *Museke*. Nome dado à areia vermelha característica de Luanda. A designação passou a ser referência dos bairros periféricos à cidade por não terem as ruas calcetadas e os pavimentos das casas serem de terra batida.

Reflectindo sobre a primeira etapa:

Pode-se dizer que o urbanismo de cariz colonial começa ainda neste período de afirmação territorial já que pela primeira vez a cidade de Luanda precisa de se conectar com o mundo. O ponto de partida desse movimento foi dado com várias acções que visavam a ligação da cidade com o exterior, tais como: Construção do 1º Caminho de Ferro de Angola, a linha Luanda-Malanje (1886/1909), Lançamento do Cabo Submarino para Instalação de Telefone e Telégrafos (1886), Inaugurado o primeiro troço do Caminho de Ferro de Luanda à Funda (1888). A cidade melhorou bastante duas questões fundamentais como o fornecimento de água à cidade com o sistema de captação de águas superficiais do Rio Bengo (1889) e a projecção da Iluminação Eléctrica para a cidade (1890). No entanto a cidade manteve a mesma estrutura tradicional herdada da época iluminista até à virada do século com palácios e sobrados, os musseques com as suas casas tradicionais, praças ajardinadas e praias entorno da baía.

Fig. 22 - Cartografia Histórica de 1862. (ANEXO 3)

Fig. 23 - Cartografia Histórica de 1900. Vide, (ANEXO 3)

O processo de limpeza urbana é notório quando se comparam a planta de 1862 com a de 1900 percebendo-se todas as alterações feitas sendo notória os vazios, espaços obsoletos e outros que descaracterizam o espaço urbano.

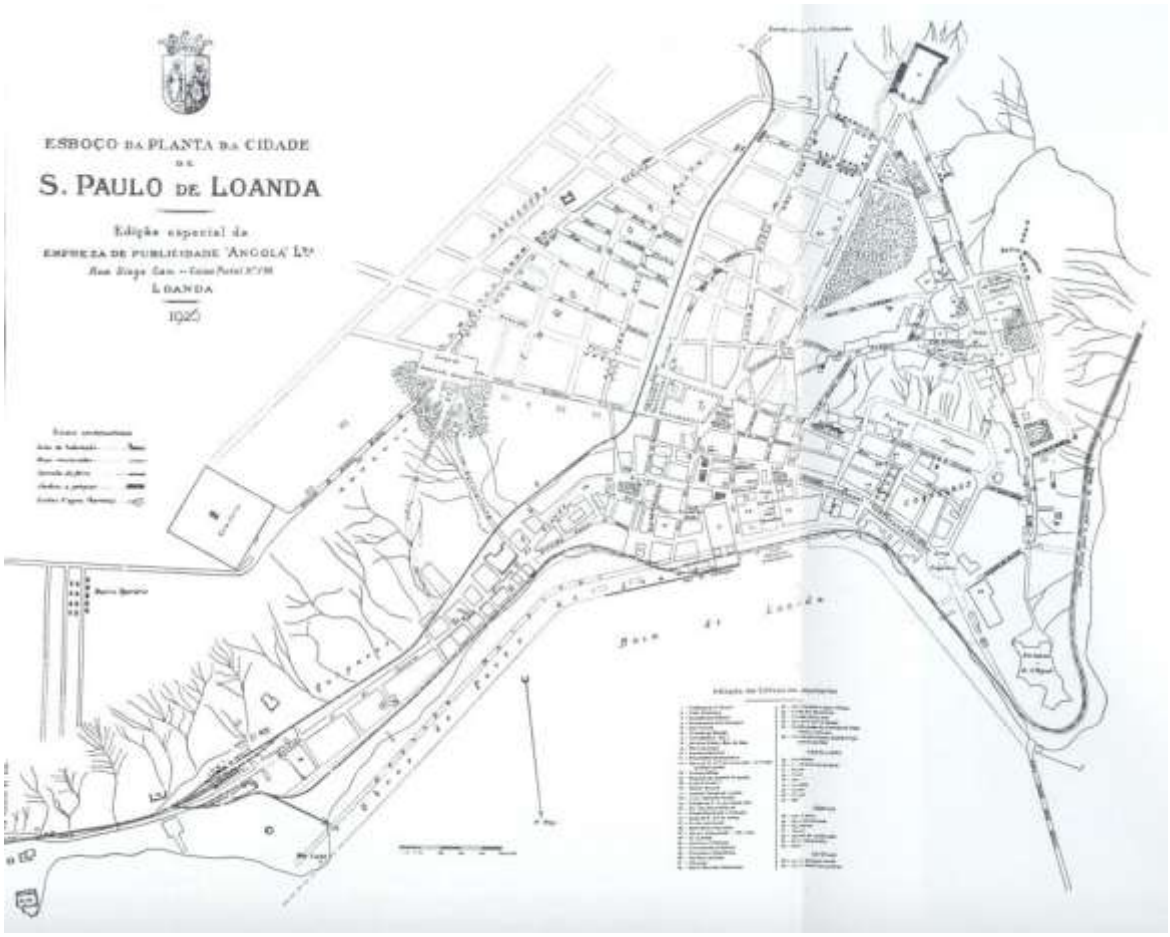


Fig. 24 - Cartografia Histórica de 1926. (ANEXO 3)

A planta de 1926 denuncia um Plano de Urbanização[63] que propõe alterações que a cidade iria sofrer nomeadamente: regularização do traçado da cidade integrando na mancha da cidade o bairro da Ingombota e Maculusso, o aterro de regularização da baía e a ligação da cidade à ilha, estas últimas só começam a acontecer a partir de 1938.

O Plano de Urbanização supostamente de 1922 consolida um espaço urbano que 70 anos mais tarde viria a ser classificado como o CHL.

A cidade passa a ser um pólo de atracção para a imigração. A população da cidade nesta década aumenta para mais do dobro, muito devido à política ditatorial da época[64].

[63] Embora não seja explícito, Ilídio do Amaral no seu livro "Ensaio de um Estudo Geográfico da Rede Urbana de Angola", sugere o ano de 1922 como um ano de expansão da cidade fruto de uma "fase de urbanização", pág. 59.

[64] A partir de 1928, com o regime de excepção em Portugal, Luanda passa a ser mais utilizada como colónia penal. Nos primeiros anos do salazarismo, a população europeia da cidade era composta de condenados de delito comum e outros, utilizando uniformes de sarja azul escura com a inscrição D.D.A. em branco no peito e nas costas (Depósitos dos Degredados de Angola era como se chamavam as prisões e fortalezas de São Miguel e da Barra, onde permaneciam depositados os deportados e presos políticos em Luanda).

Mas os fenómenos de imigração tiveram outros picos de crescimento ao longo deste período principalmente nos anos 40, após o fim da II Grande Guerra.

A explosão demográfica foi tão expressiva que em 1956 ou 1957 a Câmara Municipal de Luanda publica o Plano de Urbanização de Luanda, definindo pela primeira vez as fronteiras da cidade, e um zonamento com funcionalidades atribuídas denunciando um princípio regulador com forte influência do pensamento modernista cuja filosofia assentava na ideia de Cidade Jardim de Ebenezer Howard.

A evolução radial da cidade de Luanda a partir do seu núcleo central, (Município da Ingombota) desenhou três anéis[65] com características diferenciadas na sua forma urbana.

0 1º Anel: Urbanos - Municípios da Maianga, Rangel e Sambizanga

0 2º Anel: Urbanizáveis de Transição - Municípios da Samba, Cazenga e Kilamba Kiaxi

0 3º Anel: Rurais - Municípios de Viana e Kakuako

Esta leitura de descentralização alivia a leitura da cidade massiva e permite a introdução dos espaços de transição (cinturas-verdes), visíveis na estrutura que identificava "A Cidade de Luanda" (Centro e o 1º Anel), a Cintura-Verde (2º Anel) e as Vilas (3º Anel).

Com esta estrutura, o Centro de Luanda sedimenta as suas características divididas em três componentes definitivas:

A Cidade Alta, com o Palácio do Governo, o Paço Episcopal, o Quartel-General das Forças Armadas, o Hospital Central, os Serviços de Saúde, de Instrução e muitas outras repartições do Estado, formam o Centro Administrativo mais importante. (AMARAL, 1962 : 79)
A Cidade Baixa, a grande zona de negócios e de serviços, com bancos, armazéns, escritórios, lojas de luxo, hotéis cafés, correio central, serviços alfandegários e policiais, etc., principalmente entre a Mutamba e a Avenida de Paulo dias de Novais (Avenida Marginal), a Largo do Infante D.Fernando (Largo da Sé) e a Nazaré;

O Porto, historicamente transitiva, a zona do porto[66] e do caminho-de-ferro, com os seus cais, armazéns e serviços próprios;

Assim, em síntese, a cidade de Luanda neste período pode ser lida na cartografia de 1862, 1900 e 1926 como a consolidação do território da cidade de Luanda (hoje Município da Ingombota) e numa fase posterior já em 1957 (ANEXO 3), com a expansão da cidade deixando como herança no traçado da cidade uma estrutura metropolitana claramente marcada pela ideia de cidade – jardim, tendo como pólo centralizador a Cidade Histórica e a expansão em estrutura anelar até a transição com novas urbanidades como Vila de Cacuaco e Vila de Viana.

[65] Os anéis estão identificados segundo a divisão administrativa actual.

[66] Inaugurado em 1945, foi um passo decisivo no desenvolvimento da cidade

1.5.3 Arquitectura Colonial

Neoclassicismo e Modernismo

No último quartel do século XIX, a arquitectura Chã encerra a sua longa história na linguagem estilística da arquitectura da cidade de Luanda. As influências marcadamente decorativas do neoclassicismo imprime às novas construções em Luanda novos símbolos denunciando assim o fim de uma era.

No entanto, os princípios formais aplicados aos edifícios mantêm-se os mesmos, mas a carga decorativa liberta-se da clausura interior e apossa-se destemida do elemento exterior. Fachadas, terraços e varandas deixam de ser meros invólucros e passam a estabelecer diálogo com o exterior através da cor, escultura (em casos de excepção) e pintura, criando uma imagem clara de transição.

Fig. 25 – Liceu "Mutu ya Kevela" ou Liceu Salvador Correia

Embora não aplicado com rigor, a linguagem neoclassicista foi a marca registada da Arquitectura do Estado Novo submetendo a sua composição à funcionalidade.

Esta Arquitectura era fundamentalmente produzida em Gabinetes Técnicos em Portugal, obedecendo a normativas específicas para a construção nos países africanos pertencentes ao Império Português. (MILHEIRO. 2011)

Fig. 26 – Banco Nacional de Angola.

Enquanto o Neoclassicismo se expandia pela cidade de Luanda sob a forma dos grandes edifícios de Equipamento Público evidenciando uma estratégia de desenvolvimento para o espaço africano, por outro lado o Modernismo afirmava-se cada vez mais no campo da habitação com exemplos perfeitamente magistrais na definição da paisagem do Centro Histórico e não só.

O movimento modernista na arquitectura que é sem dúvidas o grande cartão postal da cidade de Luanda, foi interpretado como forma de reacção à arquitectura austera e dogmática do Estado Novo introduzindo um campo experimentalista para esta nova linguagem simbólica do século XX.

O Mercado do Kinaxixi[67] (1948-1952) foi o pontapé de saída da arquitectura modernista no país.

[67] "Arquitecto - Vasco Vieira da Costa. Data do projecto 1948. Data de construção 1952.

Fig. 27 – Mercado do Kinaxixi.

O mercado do Kinaxixe é considerado internacionalmente uma das obras arquitectónicas mais importantes do Movimento Moderno. Angola e Luanda são normalmente citadas e referenciadas nos congressos internacionais de Arquitectura pela referência ao Kinaxixe, como uma obra maior da Arquitectura Mundial. (TELES GRILO. 2006)

Nenhuma obra do Modernismo em Luanda está classificada como Património. Embora edifícios existem desse período que são verdadeiras obras-primas da arquitectura do século XX em Luanda. No caso específico do CHL, a obra de Vasco Vieira da Costa que não se limita ao mundialmente famoso Mercado do Kinaxixi é incontornável.

Fig. 28 – Obras de Vasco Vieira da Costa no CHL.

Património

A requalificação urbana consequente do Plano de Urbanização de 1956/1957 foi a primeira fase de destruição da "Zona Histórica da Cidade". A palavra de ordem foi a completa transformação da paisagem urbana da cidade fazendo das Cidades "Alta e Baixa" os principais centros alvos. É importante referenciar que a noção contemporânea de

Património só passou a existir em 1964 com a publicação da Carta de Veneza pelo que se entende que a preocupação na época fosse a de preservação somente do objecto arquitectónico e não da paisagem circundante. Os edifícios considerados Património Cultural na época Colonial, representam no painel actual cerca de 12% dos Monumentos de Luanda. Por terem sido classificadas até ao final desse período fundamentalmente as Igrejas maiores (ermida de N.ª Sr.ª da Nazaré , igreja de Nª Sr.ª dos Remédios, igreja de Nª Sr.ª do Cabo, igreja dos Jesuítas, igreja de Nª Sr.ª do Carmo, igreja de Nª Sr.ª da Misericórdia) e alguns edifícios de equipamento (edifício da antiga alfândega de Luanda, Fortaleza de S. Miguel, Palácio de Ferro). Estes edifícios foram protegidos sem que no entanto a sua envolvente fosse considerada.

Tabela 18 – Construções Representativas do 5º Período classificadas como Monumentos

Tipologia	Nome	Ano/Séc.	Localização
Civil	CFL – Estação do Bungo	XIX	Bungo
Civil	Cemitério do Alto das Cruzes	XIX	Cruzeiro
Civil	CFL – Estação da Cidade Alta	XIX	Carmo
Civil	Challet de Luanda	XIX	Carmo
Civil	Palácio das Telecomunicações	XIX	Carmo
Civil	Instituto Nacional do Património Cultural	XIX	Nazaré
Civil	Edifício da Lello	XX	Carmo
Civil	Edifício Mabílio de Albuquerque	XX	Carmo
Civil	Governo Provincial de Luanda	XX	Carmo
Civil	Banco Nacional de Angola	XX	Carmo
Civil	Grande Hotel de Luanda	XX	Coqueiros
Civil	Palácio de Ferro	XX	Nazaré
Civil	Atlantic Palace Hotel	XX	Nazaré

1.6. A república de Angola (6º Período – 1974 a 1992)

1.6.1 Contexto histórico-social

(Marcado pela Independência Nacional, as 1ª e 2ª Repúblicas.)

A queda do regime fascista em Portugal acelerou os processos de independência na África Colonial. Durante os meses que decorreram entre o 25 de Abril de 1974 até Novembro de 1975, aconteceu um êxodo fundamentalmente da população de origem europeia do país como até então não havia memória. Em 1975 Angola conquista sua independência, às 23:00 horas do dia 11 de Novembro de 1975, pela voz de Agostinho Neto dizendo, "diante

de África e do mundo proclamo a Independência de Angola", culminando assim o périplo independentista, iniciado no dia 4 de Fevereiro de 1961, com a luta de libertação nacional. Luanda passa a ser a *capital de um país independente* e sede do governo. Pelas características do regime político implementado (socialismo) o país passa a ter a sua estrutura comercial centralizada no estado, deixa de existir a propriedade privada, o comércio é todo nacionalizado e tal facto provocou a perda da característica que a cidade baixa sempre teve; a de ser o centro mercantil da cidade. A maior parte dos estabelecimentos comerciais são encerrados e com isso a essência e vocação principal da cidade. Logo após a independência um período de estagnação ao crescimento da cidade contrário à explosão da área suburbana da capital que cresceu para mais do triplo da dimensão da cidade desde 1975 (ano da independência) até aos dias de hoje fazendo passar a população da cidade de Luanda de 880.000 habitantes (último censo de 1974, Estudos para o Plano Director da Cidade) para aproximadamente 2.000.000 habitantes no ano de 1990[68].

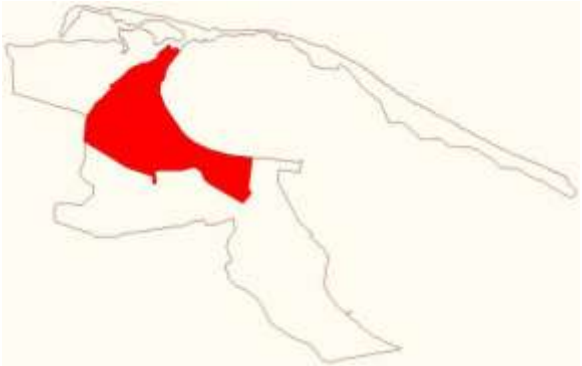
1.6.2 Urbanismo e Arquitectura

Infelizmente, durante este período não se registaram no território do CHL nenhuma intervenção cm relevância suficiente para constar neste trabalho. A malha urbana e o edificado, incluindo o património classificado mantiveram-se praticamente inalterados como se poderá verificar na Cartografia Histórica do 1989 (ANEXO 3).

[68] . Censo 1990. Censo Preliminar para as 1ªs Eleições Gerais na República de Angola.

CAPÍTULO II

CENTRO HISTÓRICO DE LUANDA



CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NO SÉC. XXI

2 Caracterização do Território no Século XXI

De acordo com a legislação vigente no país, Decreto-Lei n.º 2/07 de 3 de Janeiro de 2007[69] que estabelece o quadro das atribuições, competências e regime jurídico de organização e funcionamento dos Governos Provinciais, das administrações municipais e comunais, serão utilizados como referências para definição dos territórios de trabalho as divisões administrativas legalmente utilizadas na República de Angola.

2.1 Caracterização da província de Luanda

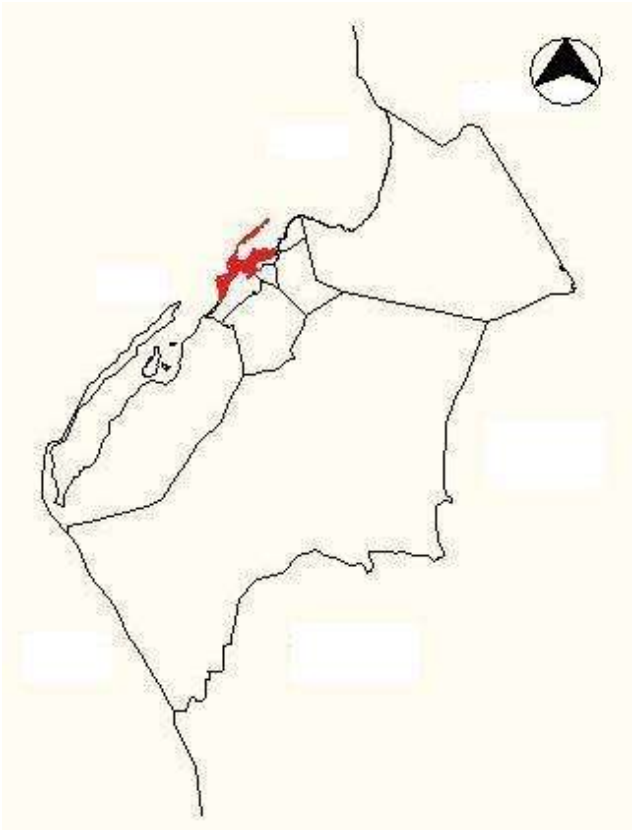


Fig.29 - Mapa da província de Luanda. O Município da Ingombota e vermelho.

Após a independência, a classificação administrativa é alterada; a província passa à condição de país e os seus distritos passam à condição de províncias. No entanto, a

[69] TÍTULO I - Organização e Funcionamento, CAPÍTULO III - Administração Local do Estado, ARTIGO 7º - (Divisão Administrativa) - Para efeitos de Administração Local do Estado, o território da República de Angola divide-se em províncias, municípios, comunas, bairros ou povoações. Os bairros ou povoações agrupam-se em comunas, as comunas em municípios e os municípios em províncias.

província de Luanda foi desagregada por razões políticas a 26 de Abril de 1980, criando assim a província do Bengo e Luanda.

Integrada na região etnolinguística dos Ambundo/Kimbundo, com uma área de 2.417,78 Km², a província localiza-se na faixa litoral no Norte do país e está dividida administrativamente em nove (9) municípios que são; Cacuaco, Cazenga, **Ingombota** (onde está integrado o objecto de estudo), Kilamba Kiaxi, Maianga, Rangel, Samba, Sambizanga e Viana.

A província de Luanda integra a cidade capital do país, também Luanda que representa a maior área urbanizada do território nacional com uma população estimada de 4,5 milhões de habitantes (RIBEIRO. 2007) numa percentagem preocupante de aproximadamente 1/3 da população nacional. É também, a maior cidade africana dos países de língua oficial portuguesa e é onde se concentram as principais estruturas económicas, administrativas e políticas do país.

Com duas fronteiras pluviais significativas, o rio Dande (Norte) e o rio Kwanza (Sul), a província tem ainda um grande rio, o Bengo (município do Cacuaco), que é sem dúvida fonte de um dos maiores traços identitários da região.

A província integra-se quase totalmente na região semi-árida do litoral, de clima tropical quente e seco, com uma estação chuvosa de cinco a seis meses e de escassos quantitativos de precipitação (compreendidos entre 350 a 400 mm), agravada por uma distribuição muito irregular e oscilações acentuadas de ano para ano. A estação seca ou do cacimbo é bastante curta, (Maio a Setembro) a época mais fria. A temperatura média anual está compreendida entre os 25 e os 26 ºC com um máximo no quadro (27ºC), e um mínimo (23,3ºC). Os "ventos dominantes mantêm uma constância muito regular entre as direcções oeste e sudoeste, com uma velocidade média de 10 a 15 Km/h". " A escassez de chuvas e as temperaturas elevadas, juntamente com a pobreza dos solos, reflectem-se na vegetação rala onde predominam as espécies de ambientes de tendência árida". (AMARAL, 1968. Páginas 20 a 23.)

2.2 Caracterização do município da Ingombota[70]

Criado ao abrigo do Decreto Executivo n.º 38/81 do GPL, possui uma extensão de 9.60 Km2 e as suas fronteiras são: Município do Sambizanga (Norte Municípios da Samba e Maianga (Sul), Município do Rangel (Este) e Oceano Atlântico (Oeste). População de 309.078 habitantes. Forte representatividade no contexto da província e do país. Sede dos mais importante edifícios de equipamento colectivo do país do maior conjunto de património imóvel representativo da evolução da cidade de Luanda.

2.2.1 Divisão Administrativa

[70] Os dados deste capítulo são fundamentados na sua maioria na publicação do GPL conteúdo da Administração do Município da Ingombota, em Luanda aos 29 de Dezembro de 2005 assinado pelo Administrador do Município, Exmo. Sr. Dr. Júlio Sebastião F. de Carvalho. (GPL 2010).

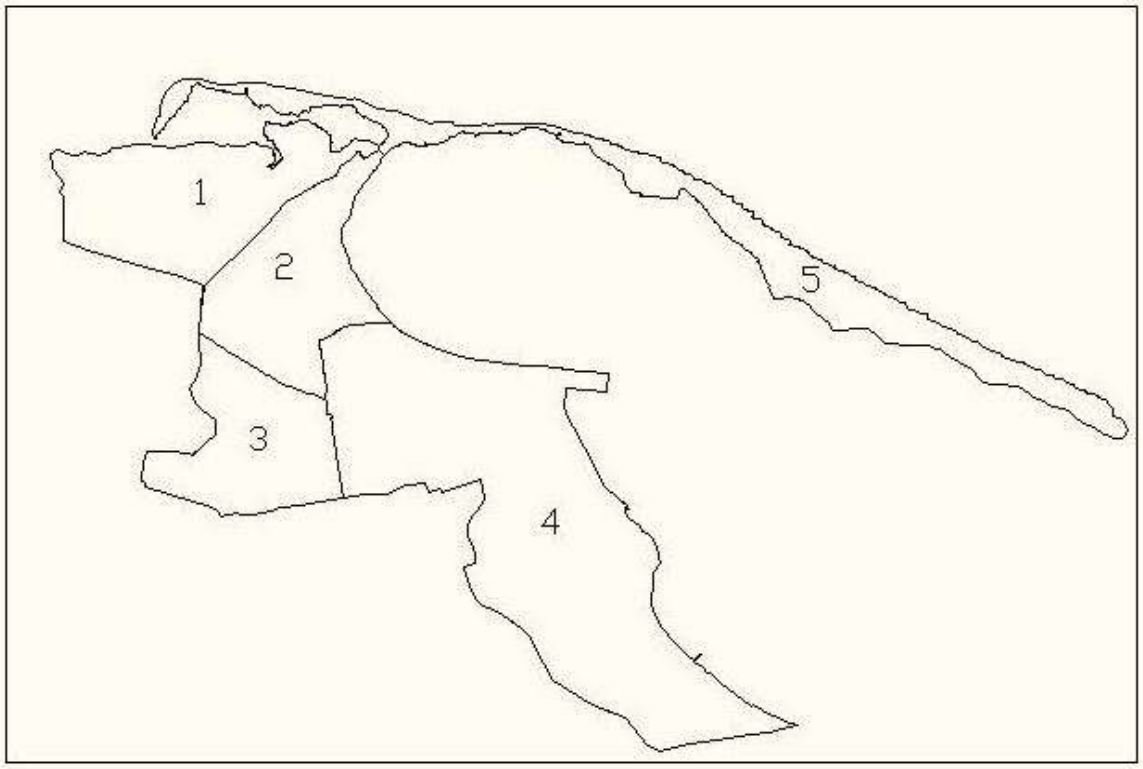


Fig. 30- Município da Ingombota com as comunas. 1)Kinanga, 2)Ingombota, 3) Maculusso, 4) Patrice Lumumba, 5) Ilha do Cabo.

A sua divisão administrativa actual divide o município em 5 comunas, sendo;

Comuna da Ilha do Cabo

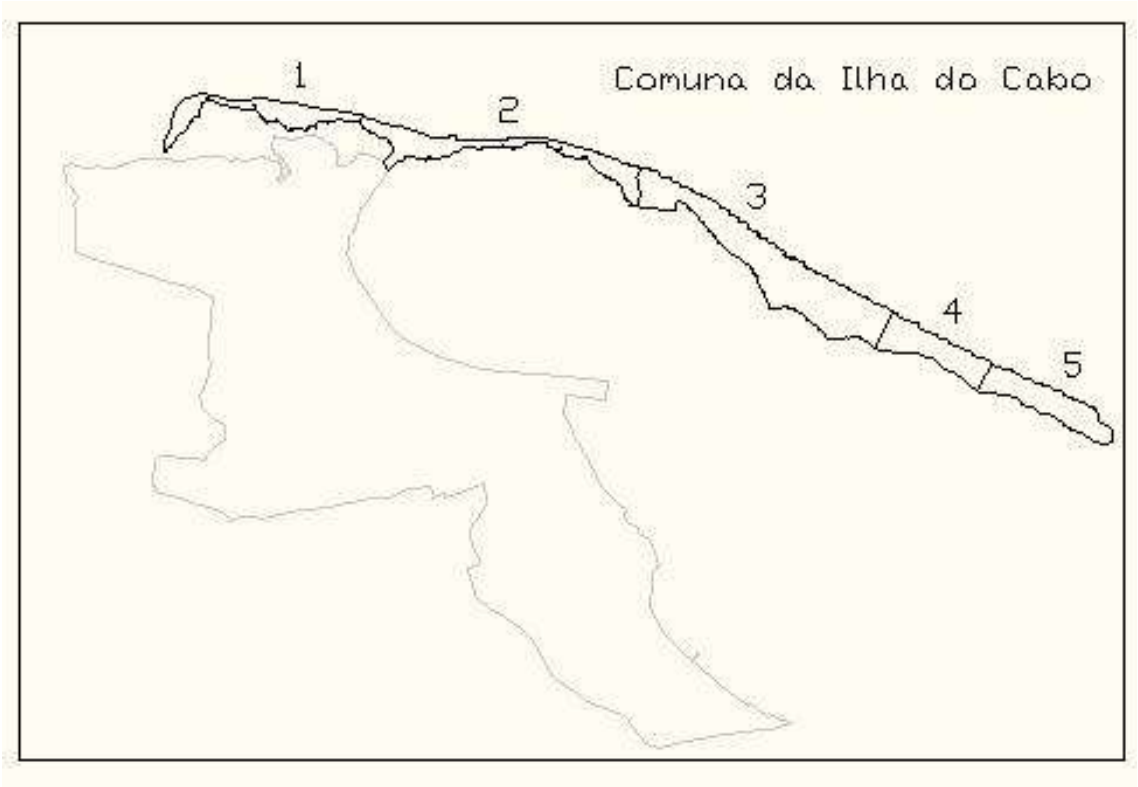


Fig.31 - Comuna da Ilha do Cabo com os Bairros. 1) Chicala I; 2) Benfica; 3) Lelo; 4) Salga; 5) Ponta

Limites Geográficos:

Norte: Oceano Atlântico; Sul: Comuna da Kinanga; Este: Oceano Atlântico; Oeste: Oceano Atlântico;

Superfície:

1.90 km2 | População: 83.936 habitantes | Densidade: 44177 hab/km2

Possui Cinco (5) Bairros: Chicala I, Benfica, Lelo, Ponta e Salga[71].

Comuna da Ingombota

[71] Segundo o Decreto-lei n.º 2/07 do Ministério da Administração do Território, não existe a designação sector como entidade administrativa. Essa designação restringe-se aos territórios de acção das empresas públicas distribuidoras de luz e electricidade ou segurança pública. Logo, consideramos como bairros os sectores assim designados no ANEXO 3, nomeadamente; Lelo, Ponta e Salga.

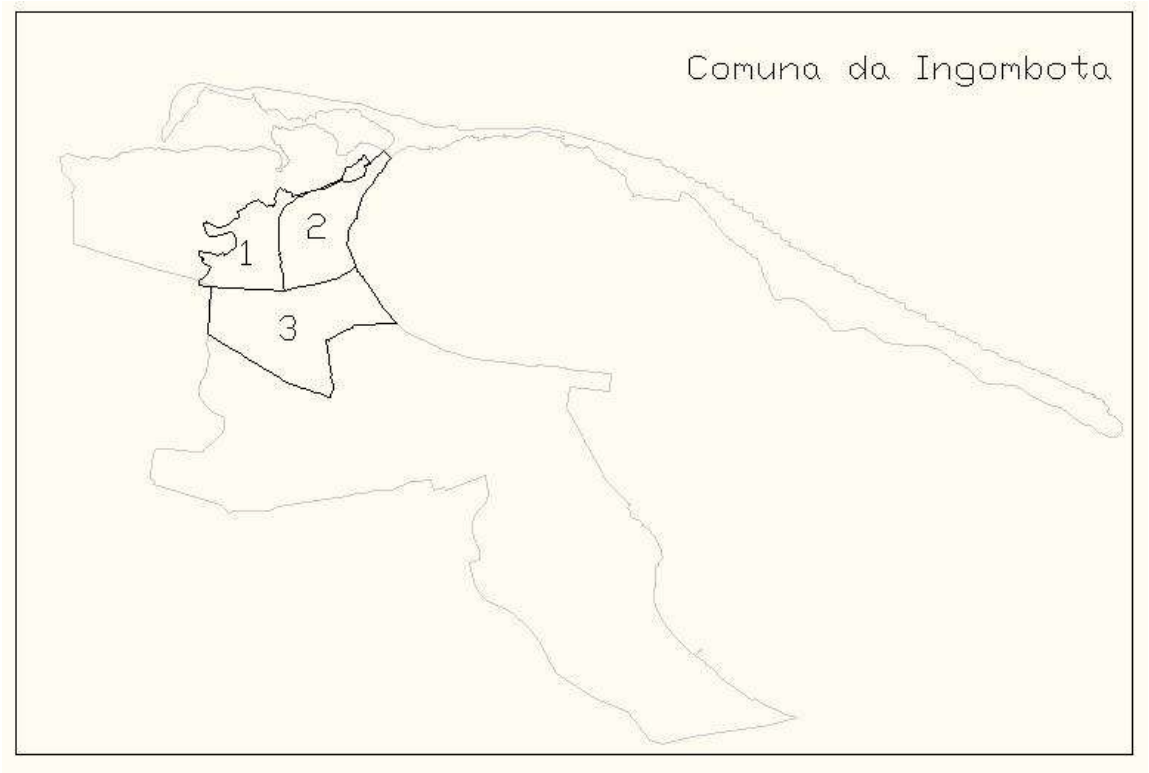


Fig. 32 - Comuna da Ingombota com os Bairros. 1) Cidade Alta; 2) Coqueiros; 3) Ingombota

Limites: Geográficos:

Norte: Rua Círio da Conceição e Silva e Rua da Missão; Sul: Rua Kwamme Nkrumah e Rua 17 de Setembro, Museu Nacional da Historia Militar ou seja Museu Nacional das Forças Armadas, linha imaginária até a entrada da Ilha.; Este: Avenida Lenine; Oeste: Baia de Luanda.

Superfície:

1.60 Km2, | População: 60.296 habitantes. Densidade: 37682,5 hab/km2

Possui três (3) bairros: Coqueiros, Cidade Alta e Carmo.

Comuna da Kinanga

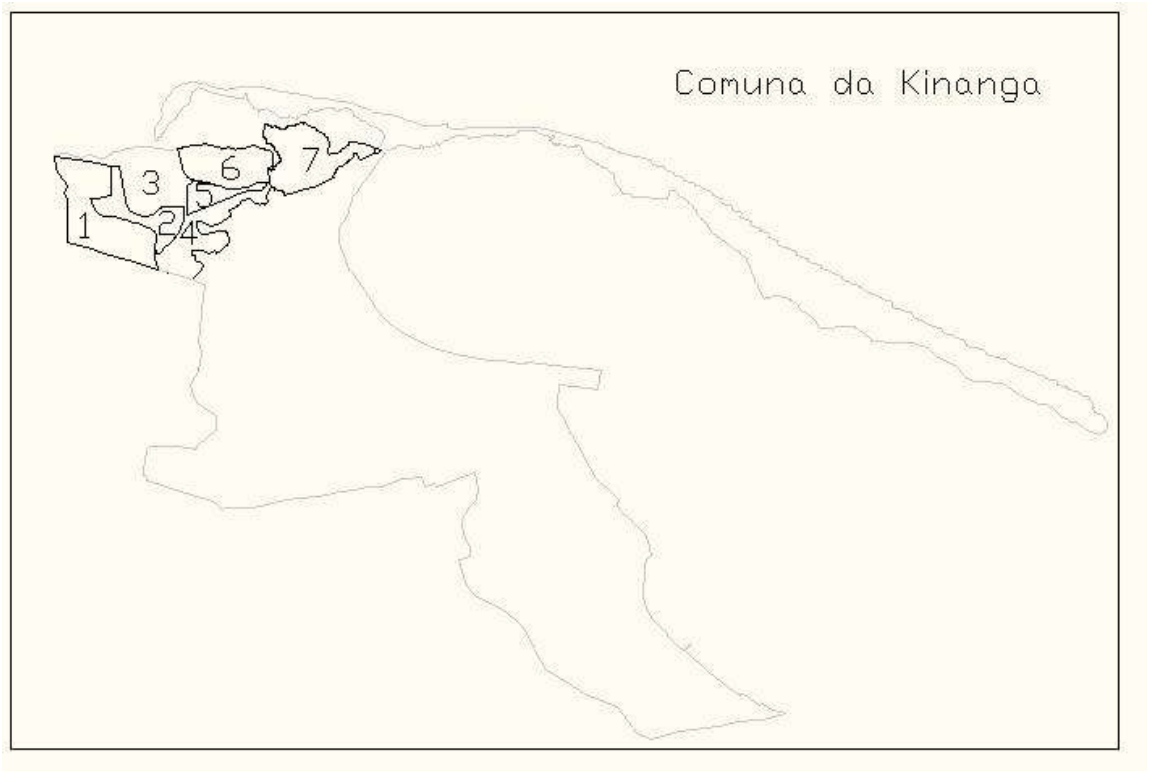


Fig. 33 - Comuna da Kinanga com os Bairros. 1) Bairro Azul; 2) Encosta do Bairro Azul; 3) Coreia; 4) Encosta da Praia do Bispo; 5) Praia do Bispo; 6) Chicala III; 7) Chicala II

Limites: Geográficos:

Norte: Rua 17 de Setembro; Sul: Rua Comandante Arguelles; Este: Rua da Samba; Oeste: Oceano Atlântico

Superfície:

1,90km2 | População: 58.486 habitantes. Densidade: 30785 hab/Km2

Possui sete (7) bairros: Chicala II, Coreia, Saneamento, Praia do Bispo, Bairro Azul, Encosta à praia do Bispo e Encosta ao Bairro Azul.

Comuna do Maculusso

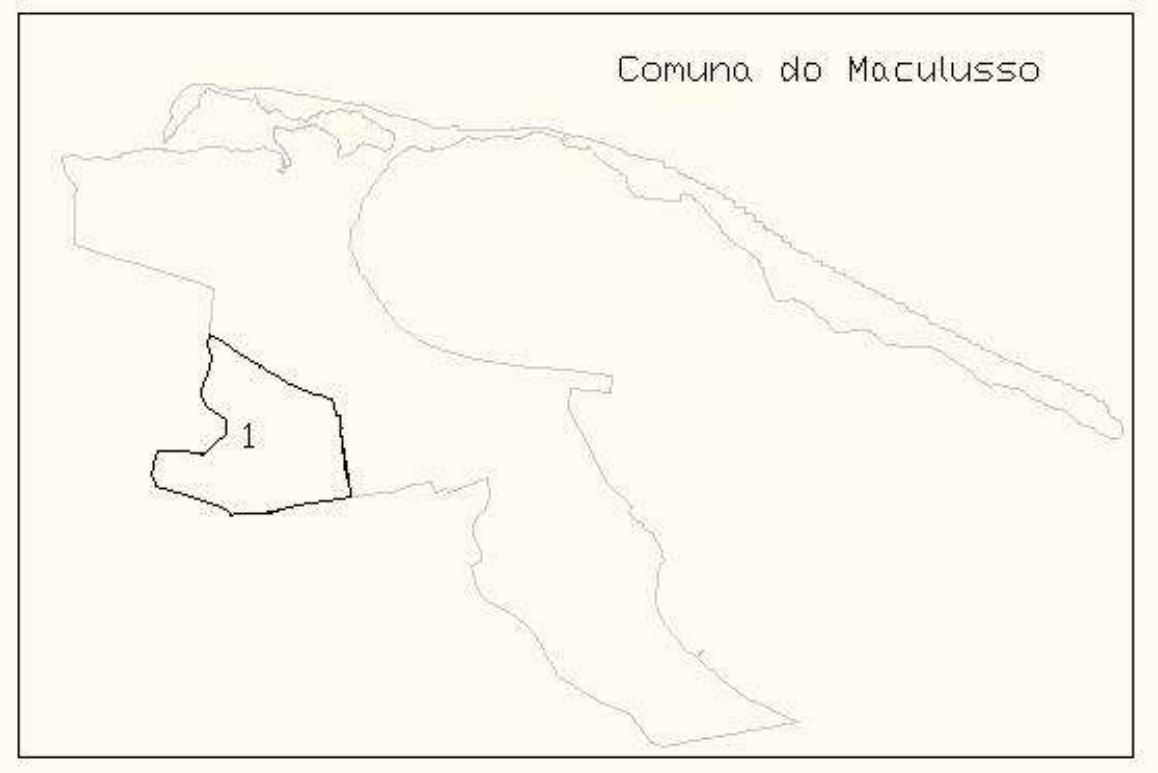


Fig. 34 - Comuna do Maculusso com os Bairros. 1) Maculusso

Limites geográficos:

Norte: Rua Rei Katiavala; Sul: Rua Kwamme Nkrumah; Este: Alameda Ho-Chi-Mim, do Zé Pirão ao Largo das Heroínas ; Oeste. Avenida Lenine

Superfície:

l,40 km2 | População: 60,000 habitantes. Densidade: 42857 hab/km2

Possui um (1) bairro (provavelmente três)[72]: Maculusso.

[72] Embora conste na fonte (GPL 2010) que a Comuna do Maculusso só tem um Bairro homónimo, foi constatado pelo Projecto de Pesquisa CHL-CHL que a mesma congrega três bairros: Maculusso, Vila Clotilde e Sagrada Família, cuja designação se confunde com Caridade (referência ao Hospital da Caridade, hoje interior ao Hospital Militar de Luanda). Estas referências são consequências dos inquéritos à população bem como de algumas fontes históricas. (ANEXO 3)

Comuna do Patrice Lumumba

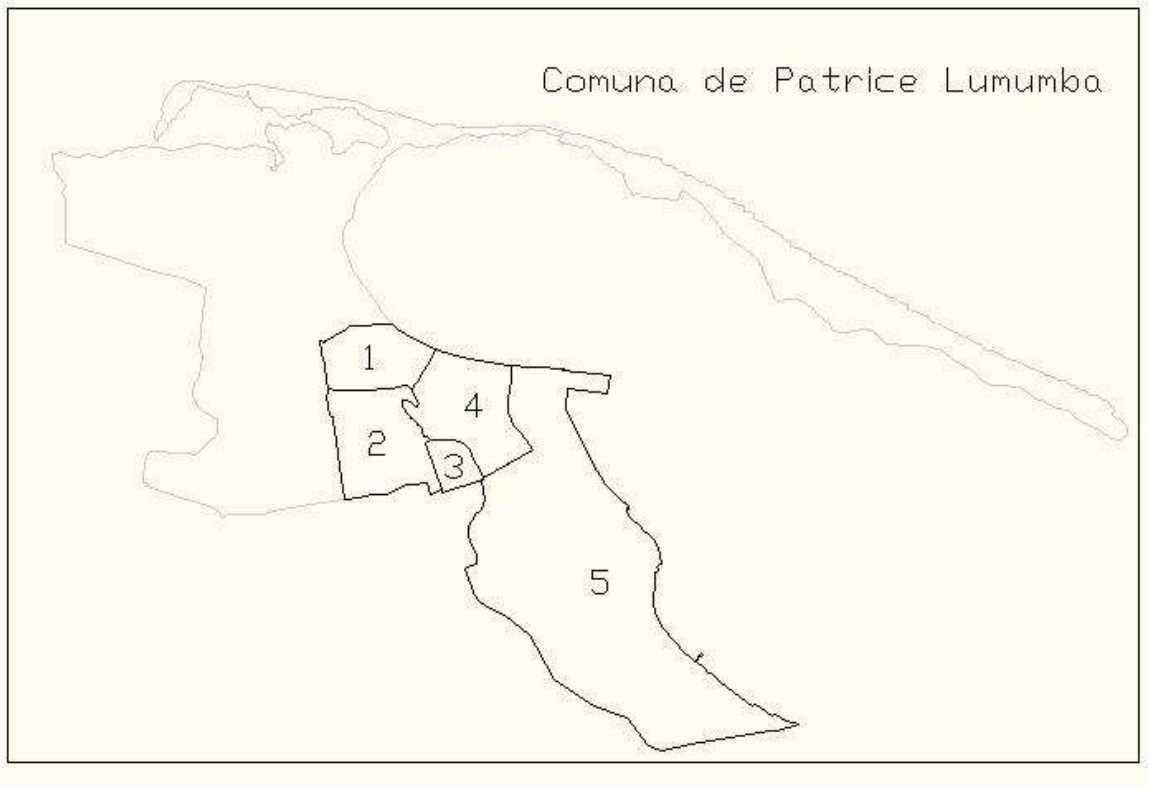


Fig. 35 - Comuna Patrice Lumumba com os Bairros. 1) Nazaré; 2) Cruzeiro; 3) Miramar; 4) Bungo; 5) Boavista/Mucesse

Limites Geográficos:

Norte: Município do Sambizanga;; Sul: Comuna da Ingombota;; Este: Município do Sambizanga; Oeste: Comuna da Ingombota e Oceano Atlântico.

Superfície:

3, 20km2 | População: 166.952 habitantes. | Densidade: 52172,5 hab/km2

Possui 5 Bairros: Miramar, Cruzeiro, Nazaré, Bungo e Mucesse[73].

2.2.2 Uso de Solos

[73] Bairro do Mucesse ou também designado como Boavista, pertenceu à comuna Patrice Lumumba, Município da Ingombota. Hoje, integra a Comuna do Sambizanga, Município do Sambizanga. (ANEXO 3)

Com base em múltiplas fontes, o processo de qualificação dos solos urbanos pressupõe quatro grandes categorias: Habitação, Equipamento, Sistema Viário[74] e Estrutura Verde.

Cada uma delas distingue-se em múltiplas sub-categorias (dependendo da escala e especificidade) compondo assim leituras diferenciadas de zonamento como os Centros Históricos, Turísticos, Industriais entre outros.

A análise feita aos dados do GPL comparados com os Levantamentos do Projecto de Pesquisa CHL-CHL permite-nos apresentar dados que hoje se colocam bastante próximos da realidade.

Equipamento

Segundo ao Governo Provincial de Luanda, as principais actividades desenvolvidas no Município são: Pesca, Turismo, Hotelaria, Comércio, Indústria (Pequena e Média), Restauração, Hotelaria e Serviços.

Tabela 2 - Distribuição das Actividades Predominantes (Comunas)

Designações	Ilha do Cabo	Ingombota	Kinanga	Maculusso	P.Lumumba	**Totais**
Pesca	x		x			**2/5**
Turismo	x		x		x	**3/5**
Hotelaria	x	x			x	**3/5**
Comércio	x	x	x	x	x	**5/5**
Indústria		x		x	x	**3/5**
Restauração	y	x		x	x	**4/5**
Hotelaria	x	x	x	x	x	**5/5**
Serviços		x		x	x	**3/5**

A predominância é bastante equitativa considerando que as diferenças recaem sobre factos incontornáveis como a Pesca que só poderá ser desenvolvida na Ilha do Cabo ou Kinanga considerando que somente as mesmas têm uma Orla Costeira disponível para além de ser uma actividade histórica dos Axilwanda.

Percebe-se no entanto que na escala das actividades comuns a todas as Comunas a pesca é a menos representativa e o comércio e hotelaria a mais representativa.

[74] Segundo António Zárate Martin no seu livro, "El Espacio Interior de la Ciudad", as vias urbanas que sustentam a mobilidade e acessibilidade constituem não só uma forma especial de uso dos solos como representam cerca de 1/3 da superfície da maioria das cidades

Para além das principais actividades, ainda temos a predominância por unidades de uso de solos por categorias

Tabela 3 - Uso dos Solos Por Categorias. (Município)

Designações	**Social**	**Económica**	**Cultural**
Administração Pública (Unidades)	28		
Saúde (Unidades)	70		
Educação (Unidades)	76		
Hotelaria/Turismo (Unidades)		373	
Comércio/Serviços (Unidades)		1424	
Locais de Culto (Unidades)			7
Clubes Nocturnos (Unidades)			30
Centros Culturais Recreativos (Unidades)			2
Cinemas (Unidades)			7
Cine-Teatros (Unidades)			2
Clubes Desportivos (Unidades)			3
Totais	174	1797	51
Percentagem	7%	89%	3%

No entanto, os dados de que dispomos, até ao presente momento, permite-nos avançar com o seguinte argumento: As quantificações das unidades por categorias apresentam uma margem de erro de seguramente 15% segundo o levantamento feito para a categoria social. Daí, a correcção dos dados nos dê os valores seguintes:

Tabela 4 - Uso dos Solos Por Categorias com Correcções. (Município)

Designações	**Social**	**Económica**	**Cultural**
Totais_Segundo GPL	174	1797	51
Correcção_15%	200,1	2066,5	58,65
Percentagem	8,6%	88,9%	2,5%

Sobre esta tabela é importante considerar algumas questões sobre cada categoria, nomeadamente:

Categoria Social: Não estão quantificadas as unidades referentes à Assistência Social, Segurança, Protecção Civil, Militar, etc. Os dados referentes à Administração Pública (28 Entidades), dizem respeito à Sede do Governo Provincial de Luanda (1), Administração Municipal (1), Administrações Comunais (5) e Associações de Moradores (21). Outro factor importantíssimo é o facto de estar no Município da Ingombota, o território afecto ao Plano Territorial Especial que aprova o Centro Político e Administrativo da República de Angola (DR. 2009), desanexando assim o mesmo do Governo Provincial de Luanda, parcialmente afectando o Centro Histórico da Cidade de Luanda, especificamente o Bairro da Cidade Alta e parte do Bairro dos Coqueiros. Este facto eleva o uso de solos na categoria social, considerando o aumento de edifícios de equipamento vocacionados para o exercício político e administrativo.

Categoria – Económica: Não estando descriminadas os tipos de unidades, nomeadamente Mercados, Feiras, Centros Comerciais, Prestação de Serviços, etc., temos somente a realçar o facto do Comércio Informal não estar quantificado. Este dado seria fundamental, pois segundo diversos estudos, este representa cerca de 60% da actividade económica nacional.

Categoria – Cultura: A questão religiões e culto não está bem clara na fonte do Governo Provincial de Luanda, pois a mesma tem descrito "seis denominações religiosas". Esta expressão só pode estar relacionada às variações da religião cristã sendo que mesmo assim, os levantamentos identificaram para além das manifestações Cristãs, Locais de Culto associadas às religiões Africanas e Muçulmanas (menor expressão). De realçar o Cemitério como Local de Culto Multicultural.

Ainda sobre as Tabelas 3 e 4, de especial relevância a representatividade das unidades vocacionadas para a categoria económica deixando em claro deficit as outras categorias. Estamos perante uma clara assimetria no uso dos solos, considerando que qualquer valor diferencial acima de 15% entre estas categorias pressupõe a falência da gestão urbana e qualidade de vida local.

Habitação.

Sobre esta categoria, não havendo dados sobre o número de fogos existentes no município, resta-nos a aproximação de valores com base no único dado disponível: a população residente.

As oscilações demográficas em Angola tem variações no seu crescimento tanto negativas como positivas, tendo como argumento principal, a guerra civil. No entanto, nos últimos dez anos, especificamente dentro do período de 2005 a 2010 (período de estudo do CHL) a escala demográfica tem apresentado valores francamente positivos.

Partindo dos dados sobre a população apresentados pelo Governo Provincial de Luanda (GPL 2010) e com base num crescimento anual de 3.33% da população da República de Angola, segundo os estudos do Demógrafo José Teixeira Lopes Ribeiro as estimativas apontam para um aumento da população do Município em cerca de 76476 perfazendo um total de 506176 habitantes (RIBEIRO. 2007).

Claro que nestes cálculos não estão outros factores que interferem na dinâmica populacional como a Taxa de Imigração que nos últimos 10 anos tem crescido

sobremaneira, sem que tivesse sido possível aceder a dados precisos por parte do INE - Instituto Nacional de Estatísticas.

Outra fonte foram os estudos antropológicos e sociológicos sobre a constituição da família nuclear na população de Luanda que indicam que uma unidade habitacional (fogo) comportará uma média entre 6 a 8 indivíduos, assim, tais factos permitem-nos concluir que para o número de residentes no município de Luanda entre 2005 e 2010 se apresente o seguinte quadro evolutivo:

Tabela 5 - Crescimento Habitacional e Fogos (Município)

Designações	Habitantes	Fogos (6pax)	Fogos (8pax)
2005	429670	71612	53709
2010	506176	84363	63272

Tabela 6 – Distribuição Populacional e Fogos Correspondentes (Comunas)

Designações	Município	Ilha Cabo	Ingombota	Kinanga	Maculusso	P.Lumumba
2005	429670	83936	60296	58486	60000	166952
2010	506176	101235	70865	70865	70865	192346
Fogos (6pax)	84363	16872,5	11810,8	11810,8	11810,8	32057,6
Percentagens	100%	20%	14%	14%	14%	38%

As quantificações apresentadas, embora apresentem uma margem de erro significativa, servem somente o propósito de esclarecer sobre a distribuição do campo habitacional no Município da Ingombota.

Outros dados fundamentais como os coeficientes de ocupação e afectação dos solos trariam seguramente mais luz a esta questão, mas para tal, recomendamos a leitura do Plano Salvaguarda. (ANEXO 3)

Sistema Viário

Com excepção feita à Estrada Nacional 100 (EN100) do Sistema Fundamental de Estradas, todas as demais vias do território municipal pertencem ao Sistema Complementar divididas entre Vias Primárias, Secundárias e Terciárias.

Esta estrutura comporta 233 arruamentos nominalmente distribuídos entre Alamedas, Avenidas, Becos, Calçadas, Largos, Praças, Pracetas, Ruas e Travessas não estando estas designações obrigatoriamente relacionadas com a classificação viária.

No total, a quantificação compreende aproximadamente 1336296 m2 de ocupação representando cerca de 10% do território municipal.

Estrutura Verde

Das duas sub-categorias em que a estrutura verde se divide, Primária e Secundária, somente a segunda existe no município da Ingombota. Obedecendo a critérios diferentes de organização e distribuição, urbano e sub-urbano, privado e público, os dados de que dispomos levam-nos a que somente se considerasse o espaço verde urbano público, visto que o privado não tem expressão percentual para constar como dado relevante.

Tabela 7 – Distribuição e Quantificação das Encostas (m^2)

Designação	**I.Cabo**	**Ingombota**	**Kinanga**	**Maculusso**	**P.Lumumba**
Boavista					17366024
Miramar					83331
Nazaré					38380
Coqueiros		38902			
S.Miguel		92193			
P.Bispo			269192		
B.Azul			176359		
Totais					
Percentagens					

Ainda sobre o espaço verde urbano público, temos duas tipologias a considerar: as encostas (historicamente relacionadas com a morfologia e nominação da cidade) e as Praças, Parques e Jardins.

As encostas encontram-se em vias de extinção como espaços verdes urbanos públicos. O processo de requalificação da cidade aprovou projectos imobiliários ou como no caso das encostas da Praia do Bispo e Bairro Azul estar a ser desenvolvido o Plano Pormenor do Centro Político-Administrativo da República de Angola. (DR. 2009)

As únicas encostas a salvo são as de São Miguel, Coqueiros e Miramar.

Tabela 8 – Distribuição e Quantificação de Praças, Parques e Jardins (m^2)

Designação	**I.Cabo**	**Ingombota**	**Kinanga**	**Maculusso**	**P.Lumumba**

B.Azul			14085		
C.Alta		30624			
Coqueiros		3460			
Carmo_01		3368			
Carmo_02		5716			
Nazaré					15177
Lelo	244270				

Ao todo, o espaço verde urbano público do município da Ingombota que até ao ano 2005 representava cerca de 20% do seu território a redução para um quinto dessa realidade faz com que neste momento represente 4%.

Se no campo do ordenamento do território os dados são alarmantes, no que toca ao conforto ambiental os valores são-no mais ainda. De acordo com os indicadores internacionalmente aprovados, com base na população residente e flutuante do município, os dados actuais representam 10% do estabelecido para apropriada oxigenação ambiental[75]. Se compararmos o decréscimo que isso representou em relação ao ano de 2005 cujos dados assentavam em cerca de 64%, verificamos que a requalificação ambiental do município da Ingombota está longe de obedecer ao equilíbrio ambiental desejado em qualquer processo de ordenamento do território e urbanismo.

2.2.3 Património

Segundo a Lei do Património Cultural em Angola, consideram-se a componente Patrimonial Imóvel nas seguintes categorias: Monumentos, Sítios e Conjuntos[76].

Partindo da noção básica de património este factor é fundamental para a compreensão do objecto de estudo. A concentração elevadíssima de Monumentos e Conjuntos no território do CHL, obriga-nos a apresentar uma síntese que esclareça esse facto.

No entanto, importa esclarecer que os dados apresentados são provenientes do Relatório do PP PCL[77] pelo que alguma incongruência poderá ser esclarecida com a leitura do referido documento.

[75] Partiu-se do padrão recomendado para a estrutura verde urbana, que consiste num valor global considerado desejável para a estrutura verde urbana de 40 m2/habitante. Esta estrutura deverá ser constituída por duas subestruturas, para as quais se apontam as seguintes dimensões: estrutura verde principal – 30 m2/habitante e estrutura verde secundária – 10 m2/habitante.

[76] Lei n.º 14/05 – Lei do Património Cultural. Artigo 6º, Subsecção I, Secção I, Capítulo II. In, DIÁRIO DA REPÚBLICA – Órgão oficial da República de Angola. I Série – N.º 120. Sexta-feira, 07 de Outubro de 2005.

Pelo Relatório, foram estudados 106 Monumentos e Conjuntos conforme tabelas. (ANEXO 2)

Tabela 9 - Monumentos e Conjuntos de Luanda

Designações	**Luanda**	**Ingombota**	**Outros Municípios**
Totais	106	99	7
Percentagens	100%	93%	7%

Tabela 10 - Monumentos e Conjuntos Classificados

Designações	**Luanda**	**Ingombota**	**Outros Municípios**
Totais	80	73	7
Percentagens	100%	91%	9%

Tabela 11 - Monumentos e Conjuntos Desclassificados

Designações	**Luanda**	**Ingombota**	**Outros Municípios**
Totais	26	26	0
Percentagens	100%	100%	0%

É clara a predominância de Monumentos e Conjuntos no Município da Ingombota em relação ao restante território da província de Luanda, quer seja nos edifícios classificados como desclassificados. Aliás, é grave que 100% dos edifícios desclassificados nos últimos 10 anos tenham acontecido somente no Município da Ingombota. No entanto, para uma aferição ainda mais precisa acreditamos importante continuar com a observação mais adiante, por comunas.

Tabela 12 - Monumentos Classificados por Comunas

Designações	**Município Ingombota**	**Comuna I.Cabo**	**Comuna Ingombota**	**Comuna Kinanga**	**Comuna Maculusso**	**Comuna P.Lumumba**
Totais	73	1	52	3	2	15
Percentagens	100	1%	71%	4%	3%	21%

[77] Projecto associado ao Projecto de Pesquisa sobre o CHL e integrado na Linha Temática "Património Cultural Imóvel de Angola da Área de Património do NEAAUD-ULA.

Tabela 13 - Monumentos Desclassificados por Comunas

Designações	Município Ingombota	Comuna I.Cabo	Comuna Ingombota	Comuna Kinanga	Comuna Maculusso	Comuna P.Lumumba
Totais	26	0	20	0	0	6
Percentagens	100%	0%	77%	0%	0%	23%

Neste campo, a Comuna da Ingombota apresenta os índices mais elevados, seguida da Comuna Patrice Lumumba.

No processo de aferição mais precisa, faze-lo por bairros considerando que o objecto de estudo é um conjunto de bairros de duas comunas, nomeadamente; Ingombota e Patrice Lumumba.

Tabela 14 - Monumentos Classificados por Bairros do CHL.

Designações	CHL	Cidade Alta	Coqueiros	Carmo	Nazaré	Bungo	Mucesse
Totais	66	7	23	29	6	0	1
Percentagens	100%	11%	35%	44%	9%	0%	1%

Tabela 15 - Monumentos Desclassificados por Bairros do CHL.

Designações	CHL	Cidade Alta	Coqueiros	Carmo	Nazaré	Bungo	Mucesse
Totais	26	4	4	10	7	1	0
Percentagens	100%	15%	15%	38%	27%	5%	0%

A ressalvar o caso do Bairro do Bungo que no processo de desclassificação perde o único monumento do seu território, sendo o mesmo um ícone do início do século XX, nomeadamente o edifício dos Caminhos de Ferro - Estação do Bungo. No mais, é sobre o Bairro do Carmo que incidem os índices mais altos. No caso dos edifícios classificados, bastante próximo do Bairro dos Coqueiros sendo que no caso dos edifícios desclassificados, o bairro mais próximo seja o da Nazaré.

Como encerramento desta secção do trabalho, importa referir os Monumentos localizados na fronteira do Centro Histórico, a saber: Hospital Josina Machel (Convento de São José), Igreja dos Jesuítas, Edifício do Instituto de Metereologia (Torre da Igreja da Conceição), Escola Mutu Ya Kevela (Liceu Salvador Correia), Cemitério do Alto das Cruzes e o Palácio Presidencial (Palácio dos Governadores).

2.2.4 Toponímia

A toponímia como consequência da vivência humana num determinado local é fundamental para a compreensão real do espaço, da sua história e das suas gentes principalmente quando o gentílico é diferente do toponímico. A cidade de Luanda passa por fases diversas na sua história e enquanto alguns lugares mantêm os nomes associados a referências fortíssimas e indissociáveis, outros nomes há que por serem fruto da vox populi (que atribui nomes associados à memória de uma comunidade restrita) ou como força de momentos políticos (que na tentativa de educar a população, impõe nomes que não têm relação nenhuma com os lugares) os nomes não são nada esclarecedores. Por razões diversas, a toponímia no município da Ingombota é o caso mais *sui generis* de transformações ao longo do tempo, desde a imposição de nomes portugueses aos autóctones até aos nomes políticos em sobreposição aos nomes portugueses e finalmente ao nome coloquial de identificação imediata do local (como chamar o "Largo da Casa Americana", ou a "Rua do Bingo"). Importa tecer alguns comentários resultantes da convergência das fontes consultadas para o efeito no que diz respeito aos dados apresentados pelo Governo Provincial de Luanda

Luanda: Rede (DUARTE CARVALHO. 1989). De acordo com os estudos Amélia Mingas (2000) o nome em Bantu deverá ser escrito "Lwanda".

Axilwanda e Kalwanda: Estes dois gentílicos têm significados diferentes: enquanto o primeiro é referente ao ilhéu o segundo é referente ao citadino. (MINGAS : 2011)

Ilha do Cabo: É importante fazer menção a todos os nomes que esta Ilha já teve; Ilha das Cabras, como foi dada a conhecer a Paulo Dias de Novais aquando da sua chegada[78].

Maculusso: Onde se localizava o primeiro cemitério católico e obviamente a imagem das cruzes deu origem à dinâmica linguística que resultou na palavra Maculusso. Cruz (português) para Culuje (fonética kimbundo). Cruzes (português) Maculuje (plural de culuje). Maculusso (corruptela de Maculuje). (PEPETELA. 1990)

Sobre o CHL, o estudo da Toponímia seria exaustivo, pois compreenderia a análise de demasiadas designações atribuídas. Para efeito de esclarecimento, apresentamos em síntese as variações possíveis:

a) Territórios Administrativos:

Municípios – 2 designações[79]; Comunas: 5 designações; Bairros: 21 designações

b) Sistema Viário (ANEXO 3).

[78] Vide Capítulo II "Génese e Evolução da Cidade"

[79] Integrado o Município do Sambizanga.

Alamedas: 1 designação; Avenidas: 11 designações; Becos: 5 designações; Calçadas: 5 designações; Largos: 36 designações; Praças: 3 designações; Pracetas: 5 designações; Ruas: 144 designações; Travessas: 23 designações.

c) Nominações Históricas

O fenómeno do "ex": Ruas, Bairros e ainda, Edifícios, tão especiais e fundamentais no Centro Histórico da Cidade em comparação aos outros municípios da província

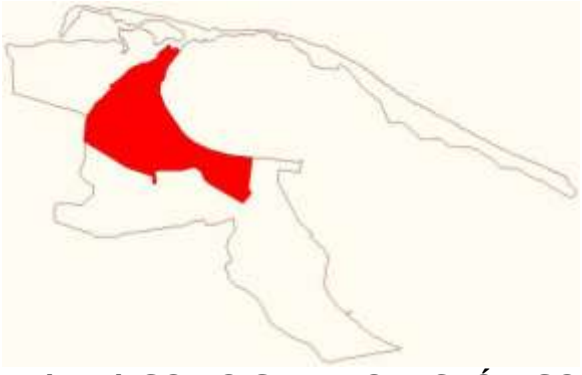
d) Nominações Coloquiais

Comprovadamente mais relevantes que as designações oficiais

Ao todo, o estudo da Toponímia implicaria a análise de um mínimo de 263 nominações. É importante afirmar que um estudo exaustivo da toponímia deste local traria à luz muitas respostas sobre a história da cidade e sua caracterização, mas não interessa ao presente trabalho debruçarmo-nos sobre tal matéria.

CAPÍTULO III

CENTRO HISTÓRICO DE LUANDA



LUANDA COMO CENTRO HISTÓRICO

3. Luanda como Centro Histórico

3.1 Centro Histórico de Luanda no Contexto Africano

3.1.1 Cidades Fundação

A história da fundação e evolução da cidade de Luanda é composta por elementos híbridos, fruto do encontro de culturas transoceânicas tanto da Europa como da América. O facto de o seu surgimento estar intimamente ligado ao estabelecimento dos colonizadores portugueses no território angolano conecta-a a outras cidades-fundação[80] dos continentes atlânticos.

As cidades-fundação do império português tanto em África como na América e Ásia apresentam predominantemente as mesmas características formais, a Cidade Alta e a Cidade Baixa[81] e predominando a mesma vocação comercial.

Interessam particularmente as cidades africanas de Luanda (Angola), Ribeira Grande (Cabo Verde), Bissau (Guiné Bissau) e São Tomé (São Tomé e Príncipe) que partilham não só a sua semelhança formal mas também um património imóvel que de entre várias tipologias de carácter religioso e temporal, tem nas suas fortalezas o elemento mais representativo das intenções, abordagens e princípios arquitectónicos que regeram a invasão portuguesa e prevaleceram durante os séculos de ocupação colonial, transformando-se em edifícios referenciais e fundamentais para o conhecimento da cidade.

Serão somente abordados os casos de Angola, Cabo verde, Guiné-Bissau e São Tomé. Moçambique não integrará esta secção pelo facto da Cidade da Ilha de Moçambique[82] não ter paralelo com as demais. No entanto, a nossa referência por ser de todas as cidades fundação, devido à sua rica história, manifestada por um interessantíssimo património arquitectónico, a Ilha de Moçambique foi considerada pela UNESCO, em 1991 Património Mundial da Humanidade.

3.1.2 Semelhanças Identitárias nos Centros Históricos PALOP

[80] Considerou-se para efeito deste trabalho que cidades-fundação seriam todas as que foram fundadas com a intenção de serem a sede administrativa dos territórios portugueses e o elemento centralizador da expansão e consolidação territorial

[81] *Vide* Capítulo II – "Génese e Evolução de Luanda".

[82] Cidade da Ilha de Moçambique: Esta cidade insular é um município situado na província de Nampula, na região norte da República de Moçambique. O nome Moçambique é uma corruptela do nome de Mussa Al Mbique, personagem histórico da região. Arquitectonicamente, a cidade está dividida em duas partes, a "cidade de pedra" e a "cidade de macuti", a primeira com cerca de 400 edifícios, incluindo os principais monumentos, e a segunda, na metade sul da ilha, com cerca de 1200 casas de construção precária.

Cidade de Luanda

Localiza-se em Angola, no litoral norte do país, na Província de Luanda, região Ambundo. Tem uma Zona Histórica[83] que é Património Classificado pelo Despacho n.º 51/92 da Secretaria de Estado da Cultura desde 2 de Setembro de 1992, *(*ANEXO 1).

Monumento *ex-libris*: Fortaleza de São Miguel[84]

Localização: A Fortaleza de São Miguel de Luanda localiza-se no monte de São Paulo, nas proximidades da ponte da Ilha de Luanda, na cidade de Luanda, província de Luanda, em Angola.

História: Onde hoje se ergue a casamata de Fortaleza de São Miguel, Paulo Dias de Novais funda a Vila de *São Paolo de Loanda* em 1576 e manda erguer um forte de taipa do qual não existem vestígios nem registos da sua configuração. A Fortaleza conforme conhecemos nos dias de hoje é resultado de várias fases de construção. Durante o período de ocupação Neerlandesa de 24 de Agosto de 1641 a 15 de Agosto de 1648, foi denominado como *Fort Aardenburgh*. A Fortaleza de São Miguel foi classificada como Monumento Nacional por Decreto Provincial de 2 de Dezembro de 1938 (ANEXO 2), vindo a instalar-se nele, no ano seguinte, o Museu de História. Como propriedade do Estado, está afecta ao Ministério da Defesa e ao MINCULT. Em suas dependências funciona o Museu Central do Exército desde 1978.

No dia 22 de Novembro de 1996, o INPC do MINCULT, submeteu a candidatura da Fortaleza de São Miguel como herança cultural ao abrigo da *World Heritage Convention* na UNESCO.

Características Formais: Divide-se em duas fases.

1ª Fase: Concluída a 1634 a sua configuração conforme cartografia histórica apresenta planta no formato quadrangular com a extensão de 50 metros pelos lados maiores, com quatro baluartes nos vértices de formato triangular.

[83] *Vide*, Capítulo II – "Génese e Evolução de Luanda".

[84] São Miguel: Arcanjo de Deus na batalha contra Lúcifer e os anjos rebeldes, é o primeiro Anjo honrado pelos fiéis, honrado como "o príncipe da milícia celeste". Estão-lhe atribuídas três funções: a primeira de guiar e conduzir as almas ao céu, depois de tê-las pesado na balança da justiça divina; a segunda de defender a Igreja e o povo cristão; a terceira de presidir no céu o culto de adoração à SSma. Trindade e oferecer a Deus as orações dos Santos e dos fiéis. Sua festa votiva celebra-se a 29 de Setembro.

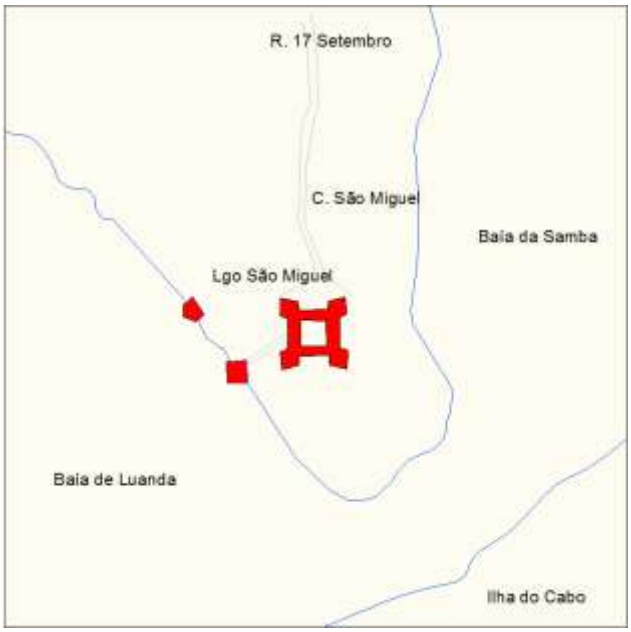


Fig.36 - Planta Diagramática – Fortaleza de São Miguel (1ª Fase - 1698). Vide, ANEXO 3 - Cartografia Histórica.

2ª Fase: A traça original foi consideravelmente alterada. A fortaleza passou a apresentar planta no formato poligonal com dois baluartes nos vértices. Em seu interior erguem-se as edificações de serviço, nomeadamente a casamata, a edificação mais antiga do conjunto.

Fig.37 - Planta Diagramática – Fortaleza de São Miguel (2ª Fase - 1862). Vide, ANEXO 3 - Cartografia Histórica

Fig.38 - Fortaleza de São Miguel. Angola.

Considerada o principal monumento da capital, já passou por várias intervenções sendo que no presente momento está a passar por um processo de requalificação, a cujo projecto não foi possível aceder até ao encerramento deste trabalho.

Cidade Ribeira Grande

Localiza-se em Cabo Verde na Ilha de Santiago, que era até à chegada dos portugueses, uma ilha deserta. Também conhecida como Cidade Velha, foi a primeira construída pelos europeus nos trópicos, é por isso o berço da nação cabo-verdiana. Tornou-se num sítio essencial na história do tráfico de escravos e da escravatura e foi o cruzamento das principais viagens marítimas atlânticas que ligavam a Europa, a América e a África entre o século XV e o século XVII. A Cidade da Ribeira Grande foi declarada Património Mundial da Humanidade pela UNESCO[85].

[85] *Cidade Velha has been inscribed on UNESCO's World Heritage List, marking Cape Verde's entry to the international community's inventory of properties of outstanding universal value. The World Heritage Committee, chaired by María Jesús San Segundo, Ambassador and Permanent Delegate of Spain to UNESCO, inscribed the historic centre, which dates back to the late 15th century and bears testimony to the history of Europe's colonial presence in Africa and to the history of slavery. The town of Ribeira Grande, renamed Cidade Velha in the late 18th century, was the first European colonial outpost in the tropics. Located in the south of the island of Santiago, the town features some of the original street layout impressive*

Monumento *ex-libris*: Fortaleza Real de São Filipe[86].

Localização: Ilha de Santiago, sobranceira à Cidade da Ribeira Grande ou Cidade Velha, no extremo da Achada[87] de São Filipe. Dela se tem excelente capacidade de observação do mar, dos acessos à cidade que se desenvolve no vale e das achadas do Salineiro e de São Lourenço.

História: A construção iniciou-se em 1587, na sequência do ataque de Francis Drake à cidade, dois anos antes, e foi terminada em 1593; o forte foi reconstruído na segunda metade do século XVIII. Escavações arqueológicas recentes puseram a descoberto os muros dos antigos quartéis e da casa do capitão-geral.

Fig.39 - Fortaleza Real de São Filipe. Cabo Verde.

---

*remains including two churches, a royal fortress and Pillory Square with its ornate 16th century marble pillar. (*UNESCO. 2010)

[86] São Flipe: Um dos 12 apóstolos. Perdeu o pai exactamente na ocasião em que conheceu o Divino Mestre e tornou-se o quinto apóstolo na hierarquia de Cristo. Esteve presente na multiplicação dos pães e na última ceia. Depois da morte de Cristo rumou para a Grécia onde viveu em Hierápolis com suas quatro filhas, que eram profetizas. Sua festa votiva celebra-se no dia 1 de Maio.

[87] Achada (do latim *ad planata*) é um termo que designa um planalto de origem vulcânica. As achadas são geralmente formadas quando a lava escorrida de um vulcão entra em contacto com a água do mar, formando assim um planalto numa zona costeira. O nome achada também é dado a zonas planas situadas entre elevações de origem vulcânica.

Cidade de Bissau

Localiza-se na Guiné-Bissau, África Ocidental, integrada no antigo Reino de Gabu[88] que existiu até ao século XVIII. Esta cidade, fundada em 1697 como Vila de Bissau, foi o primeiro núcleo urbano europeu no país. Era uma fortificação militar e entreposto de tráfico negreiro.

Monumento *ex-libris*: Fortaleza de São Jorge da Amura[89],

Localização: A Fortaleza de São José da Amura localiza-se na cidade de Bissau, capital da Guiné-Bissau.

História: A sua estrutura primitiva foi erguida por forças portuguesas a partir de 1696, sob o comando do Capitão-mor José Pinheiro. Foi reconstruída em 1753, conforme planta do Frei Manuel de Vinhais Sarmento. A partir de 1766 foram-lhe introduzidas alterações no traçado, de autoria do Coronel Manoel Germano da Mota. Sofreu reparos de 1858 a 1860, dirigidos pelo Capitão Januário Corrêa de Almeida, engenheiro civil e militar da então província. No século XX, foi restaurada a partir da década de 1970, sob orientação do Arquitecto Luís Benavente. Aberta à visitação pública, actualmente abriga o mausoléu de Amílcar Cabral.

Cidade de São Tomé[90]

A cidade localiza-se na Ilha de São Tomé, é capital do país São Tomé e Príncipe na África Ocidental. Chegada dos portugueses ao arquipélago acontece em 1470 e a cidade é fundada. É o principal porto do país e domina a exportação de cacau e bananas. É um ambiente húmido e quente. A população da cidade é de cerca de 51.000 habitantes.

Monumento *ex-libris*: Fortaleza de São Sebastião[91] (séc. XVI-XVII)

[88] Império Mali

[89] São José é um personagem célebre do Novo Testamento bíblico, marido da mãe de Jesus Cristo. Segundo a tradição cristã, nasceu em Belém da Judeia, no século I a.C., era pertencente à tribo de Judá e descendente do rei Davi de Israel. São José é um dos santos mais populares da Igreja Católica, tendo sido proclamado "protector da Igreja católica romana"; por seu ofício, "padroeiro dos trabalhadores" e, pela fidelidade a sua esposa, como "padroeiro das famílias", sendo também padroeiro de muitas igrejas e lugares do mundo. A sua festa votiva celebra-se a 19 de Março.

[90] São Tomé também chamado Tomás, Judas Tomé (Tomás), Judas Tomé (Tomás) Dídimo, Dídimo ou Santomé, foi um dos doze apóstolos originalmente escolhidos por Jesus, segundo os Evangelhos sinópticos e os Actos dos apóstolos havendo pouco registro além. Morre perto do ano 72 d.C., na índia, no estado de Tamil Nadu na cidade de São Tomé de Meliapor. Os restos mortais do Apóstolo São Tomé estão aí sepultados numa catedral construída pelos portugueses. A sua festa votiva celebra-se no dia 3 de Julho.

Localização: A Fortaleza de São Sebastião localiza-se na cidade de São Tomé.

História: A Fortaleza de São Sebastião foi o primeiro edifício com carácter defensivo erguido em S. Tomé. A sua construção foi concluída em 1575 (outras fontes dão como data da sua construção o séc. XVII), tendo sido decidido fazê-la numa altura em que, dada a sua prosperidade económica, sustentada pelo comércio, a cidade foi alvo de contínuos ataques. Após a independência a Fortaleza foi transformada em Museu Nacional. No local se podem encontrar um conjunto muito interessante de fotografias, documentos e peças da época da escravatura, a reconstituição de diversos cenários referentes àquela época, estatuária civil e religiosa, armamento.

Fig.40 – Fortaleza de São Sebastião. São Tomé e Príncipe

3.2 Centro Histórico de Luanda no contexto Angolano.

3.2.1 Identificação e Caracterização

[91] São Sebastião (França, 256 — 286) originário de Narbonne e cidadão de Milão, foi um mártir e santo cristão, morto durante a perseguição levada a cabo pelo imperador romano Diocleciano. O seu nome deriva do grego *sebastós*, que significa *divino*. A sua festa votiva celebra-se no dia 20 de Janeiro.

Segundo o INPC, existem na República de Angola 212 sítios e monumentos classificados. Os Centros Históricos[92] são somente nove (9) perfazendo assim cerca de 4% de todo o Património Classificado no País.

Todos os Centros Históricos do país, fazem parte da herança colonial portuguesa. Localizam-se predominantemente no litoral do país, ou marginais aos rios navegáveis, tal era a sua vocação não só comercial como também de navegação tão conhecida como referencia histórica portuguesa. A única excepção é o Centro Histórico do Lubango, cuja cidade já foi fundada no séc. XX embora as primeiras povoações remontem ao séc. XIX.

Fig.41 - Localização dos Centros Históricos em Angola (Luanda está marcada a vermelho)

Tabela 1 – Zonas Históricas Classificadas em Angola (ANEXO 2)

N.º	Cidade / Vila	Província	Data	Obs.
1	Massangano	Kwanza Norte	1923	Classificada a 28 de Abril de 1923, Boletim Oficial da Província de Angola, N.º 20 – I série – 28 de Abril de 1923 portaria provincial n.º 81
2	Benguela	Benguela	1952	Classificada e Definida pelo Plano de Urbanização de 1952
3	Muxima	Bengo	1956	Classificada pela Portaria n.º 9354 – Boletim Oficial n.º 9 de 8 de Fevereiro de 1956

[92] O mesmo que Zonas Históricas dos Centros Urbanos (Cidades ou Vilas).

4	Namibe	Namibe	1974	Definida e Classificada pelo Plano de Urbanização da Cidade de 1974
5	**Luanda**	**Luanda**	**1992**	**Classificada pelo Despacho n.º 51 de 2 de Setembro de 1992**
6	Katumbela	Benguela	1995	Classificada pelo Despacho n.º61 de 11 de Novembro de 1995
7	Ambriz	Bengo	1997	Classificada Pelo Despacho n.14 de 18 de Abril de 1997
8	Lubango	Huíla	1999	Classificado pelo Despacho n.º 94 de 18 de Abril de 1999
9	M'Banza Kongo	Zaire	(sd)	Classificada pelo Plano de Urbanização da Cidade.

3.2.2 Património Mundial da Humanidade

Segundo o INPC e o *ICOMOS*[93] em Angola o CHL foi proposto como objecto de estudo ao Comité Científico da "Rota dos Escravos" da UNESCO devido à sua importância comprovada no circuito atlântico ao longo de três séculos[94].

Como caso único na República de Angola, a Cidade de M'Banza Kongo, antiga capital do Império do Kongo, tem sido alvo da atenção do INPC do MINCULT desde o ano de 2007 (ANGOP. 2007). Os campos de trabalho têm sido fundamentalmente do foro das ciências humanas, nomeadamente, história, antropologia, arqueologia e sociologia não existindo até ao momento estudos urbanísticos e arquitectónicos sobre o local.

3.3. O Centro Histórico de Luanda

Desde o último milénio, mais especificamente a partir do séc. XIII que a cultura do homem no hoje território angolano vem tendencialmente sendo mais urbana, com franco aceleramento desde o século XXI.

No caso do presente trabalho, começando com as capitais dos Estados Bantu, M'Banza Kongo e Kabassa com formas proto-urbanas africanas passando pela cidade de Luanda, de

[93] ICOMOS – International Council os Monuments and Sites. UNESCO. Angola aderiu ao ICOMOS no ano de 1978 tendo-se extinguido em 1992. Foi seu 2º presidente eleito até à altura da extinção da representação em Angola, o Dr. Eleutério Freire, hoje consultor da Área de Património do NEAAUD-ULA.

[94] Este facto foi apresentado pelo Dr. Emanuel Caboco, Chefe da Secção dos Sítios e Monumentos do INPC na Mesa Redonda do MINCULT – "A importância do Arquitecto na Defesa do Património". Posteriormente comprovado pelo Dr. Eleutério Freire, autor do Projecto de Pesquisa Multidisciplinar sobre o CHL, apresentado pela então representante da Comissão de Angola no Comité da "Rota dos Escravos", Dr.ª Gabriela Antunes. Infelizmente, a proposta nunca foi levada adiante.

fundação e forte influência europeia, os epicentros da cultura do homem na região ambundo-bakongo estão fortemente ligados à cidade como estrutura contentora dos seus significados. Por razões históricas anteriormente fundamentadas, não sendo Kabassa uma realidade formal real e enquanto a importância vivencial de M'Banza Kongo se desvaneceu no último século, a sobrevivência de Luanda como centro urbano absorvedor de múltiplas influências, testemunha de contínuas transformações sobre si mesma, faz dela um representante de continuidade na evolução urbanística em Angola.

A criação e continuidade da cultura urbana de Luanda deram origem a uma síntese pessoa-lugar, onde o mesmo espaço físico é identitário para várias origens com o mesmo peso específico de importância material e imaterial.

Os códigos de Luanda, expressos na sua expressão urbanística e arquitectónica reflectem uma cultura complexa, consequência das suas múltiplas origens mas aberta com forte traço transoceânico e cosmopolita

A sua estrutura biofísica, a sua malha urbana, os seus monumentos, desde os edifícios singulares até ao casario mais modesto, têm sobrevivido ao longo dos séculos adaptando a sua funcionalidade aos diversos estágios da sua história, transformando-os em autênticos símbolos da sua identidade como é traço comum em todas as cidades do mundo.

A importância de conseguir um equilíbrio entre a preservação e a transformação, leva a que se compreenda o espaço da cidade como tal, os seus elementos sígnicos e com esse conhecimento integra-lo de forma satisfatória na dinâmica urbana. Embora Luanda, ao longo da sua história tenha passado por momentos distintos de crise e de auge, facto é que nada se assemelha à devastação que se tem testemunhado, com vários pensamentos críticos sobre valorização urbana desde os modelos modernistas de novas cidades na última metade do século XX com breve intervalo durante o período da 1ª República, com retorno desmesurado desde o início do século XXI.

Ainda não se conseguiu um movimento cultural abrangente que sustente a valorização da herança patrimonial que as cidades representam, o discurso teórico sobre a conservação, recuperação, rehabilitação e restauração de património ainda é um esforço brutal e todavia, a recuperação do CHL, que representa a memória colectiva e a identidade do Luandense ainda não se afigura um objectivo real e claro na sua cultura urbanística.

No entanto é preciso valorizar o estado das coisas, falando especificamente da criação do CHL em 1992.

3.3.1 O Sítio

O Ano de 1992 está marcado na história do país como o ano da transição com valores tão positivos como negativos. Por um lado a instauração da segunda república e com isso do sistema democrático e por outro lado pelo feroz e letal regresso à guerra pós-eleitoral, abrindo um dos períodos mais fratricidas da nossa história contemporânea.

No entanto, foi também para efeito deste trabalho um ano de conquista extraordinária já que foi em Setembro que a SECULT, após um longo período de reflexão sobre a matéria

da preservação das centralidades históricas decide em despacho oficializar a "Zona Histórica de Luanda".(ANEXO 1)

Assim, no dia 2 de Setembro de 1992, o Gabinete do Secretário de Estado da Cultura em Luanda publica o Despacho n.º 51/92 assinado por sua excelência o Secretário da Cultura, Sr. Dr. José Mateus Peixoto. Do seu conteúdo depreendem-se duas questões fundamentais:

1ª – A importância do SÍTIO[95] como factor identitário, definindo para tal o território urbano consolidado até ao Plano de Urbanização de 1926 com importância não só nacional mas continental;

2ª – Preservação dos MONUMENTOS com base em três valores: histórico, arquitectónico e antiguidade, abrangendo o período da sua fundação até ao primeiro quartel do século XX.

Com este Despacho, a então SECULT estabeleceu uma acção política de protecção cautelar que permitiu definir um território. No entanto, esta medida não se apresenta suficiente, pois a sua intenção não foi reforçada por um Plano de Pormenor que determine estrategicamente os princípios básicos de intervenção na cidade. Resulta daí, estarmos a ser testemunhas de um adiantado processo de transformação e demolição que está a subverter irreversivelmente não só o elemento físico como também o social e o cultural com a expulsão de actividades bem como da população residente[96].

3.3.2 Centralidade Histórico-Metropolitana

Pata além de peça patrimonial, o CHL representa também o núcleo da cidade de Luanda. Por esse facto, é fundamental considerar não só a sobreposição destas duas noções de centralidade bem como a articulação dessa mesma centralidade com o conjunto-cidade[97].

Sobre a Articulação Centro-Conjunto, o crescimento da cidade deu origem a novas urbanidades com relações assentes em diversos formatos. Por um lado a Conurbação formal-informal que é consequência da relação de contiguidade histórica entre a cidade consolidada e o musseque e a metropolização que surge no século XXI que "consiste na transformação do Centro Histórico como Centro da Cidade de Luanda num contexto urbanístico-metropolitano. Considerando o crescimento da mancha urbana da província de

[95] Lei n.º 14/05 – Lei do Património Cultural. Artigo 6º, Subsecção I, Secção I, Capítulo II. In, DIÁRIO DA REPÚBLICA – Órgão oficial da República de Angola. I Série – N.º 120. Sexta-feira, 07 de Outubro de 2005.

[96] No caso da população residente, é importante referir que após a independência do país (11 de Novembro de 1975), a cidade de Luanda sofreu o maior êxodo da sua história. Mais de 50% da sua população (europeia de origem) abandonou a cidade. Durante o último quartel do século XX, a população da cidade foi se reestruturando com a população autóctone da periferia da cidade em tempos coloniais, ou com emigrantes em fuga da guerra civil.

[97] A cidade de Luanda não tem um território delimitado administrativamente. O conceito de cidade em Angola ainda é difusa sendo que a tendência é adoptar seja a do critério demográfico-quantitativo embora o critério regional-administrativo também seja uma valência de peso

Luanda, a ideia assenta na categorização de cidade de Luanda a mancha que integra os municípios da Ingombota, Maianga, Sambizanga e Rangel" (ANEXO 3)

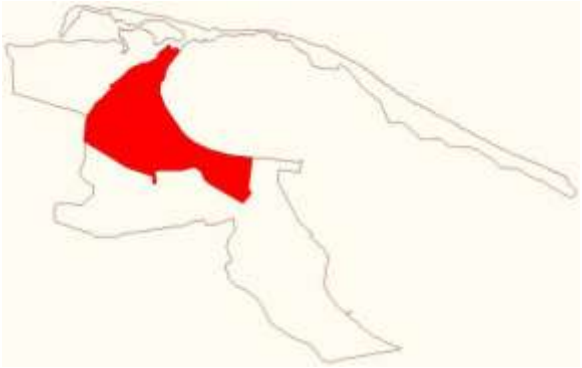
Neste contexto, o Centro Histórico da Cidade assume vários papéis sendo os mais expressivos os seguintes: Centro Metropolitano-Regional (Sede Municipal e Capital Províncial) | Centro Nacional-Internacional (Capital do País e Potência Continental). Esta sobreposição de papéis sobre o conjunto, e o facto de formar parte de um todo cuja escala transcende a barreira nacional, obriga-nos a analisar diferentes cenários no campo da organização urbana. O CHL integrado no sistema urbano luandense actual[98] desempenha um papel dual: o interno como território urbano originário e contentor da memória evolutiva dos últimos mais de quatro séculos e por essa razão deverá ter a sua gestão assente em princípios de planeamento estratégico com fins conservadores dessa sua característica, sendo que em oposição temos o externo como centro de um sistema urbano angolano e africano, cosmopolita, cuja estratégia de desenvolvimento lhe permita ser um ponto de confluência de linhas de acção de desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental na rede urbana nacional e continental.

Mesmo sendo muitas as alterações que o espaço vem sofrendo neste início do século XXI, desde a presunção da alteração das fronteiras administrativas até ao surgimento de novas urbanidades que trazem consigo um novo sistema de ocupação territorial, o CHL enquanto entidade patrimonial absoluta mantem o seu estatuto referencial.

[98] Segundo o Projecto de Pesquisa CHL, os dados referentes ao ano 2010, apresentam a proposta do MAT de reestruturação da divisão administrativa para a província de Luanda integrada na proposta do Orçamento Geral do Estado para 2011.

CAPÍTULO IV

CENTRO HISTÓRICO DE LUANDA



O ESPAÇO GEO-ANTROPOLÓGICO DO CENTRO HISTÓRICO DE LUANDA

4 O espaço geo-antropológico do Centro Histórico de Luanda

A partir da formulação do conceito de espaço geográfico que engloba tanto, conceitos objectivos como subjectivos, parece necessário em razão dos propósitos deste trabalho a restrição a quatro conceitos operacionais; território, paisagem, lugar e ambiente. *"...o espaço geográfico pode ser lido através do conceito de paisagem e ou território, e ou lugar, e ou ambiente; sem desconhecermos que cada uma dessas dimensões está contida em todas as demais. Paisagens contêm territórios que contêm lugares que contêm ambientes valendo, para cada um, todas as conexões possíveis."* (SUERTEGARAY. 2001)

Estes conceitos permitirão analisar o mesmo espaço sob pontos de vista diferente, integrando em permanente dialéctica a questão física à humana. Cada um deles será tratado individualmente.

4.1 O Território[99]

No contexto administrativo, o território do CHL distribui-se por dois municípios: Ingombota e Sambizanga[100].

No Município da Ingombota estão abrangidas as Comunas da Ingombota e Patrice Lumumba, constituindo os bairros seguintes: Cidade Alta, Coqueiros, Carmo, Nazaré e Bungo (excluindo as encostas)

No Município do Sambizanga, está abrangida a comuna do Sambizanga, constituindo o bairro Mucesse/Boavista a região administrativa contemplada. No entanto, do bairro somente a área protegida da Fortaleza do Penedo faz parte do território do CHL.

[99] Segundo a Lei do Urbanismo e Ordenamento do Território, terra ou território é "o espaço biofísico constituído pelo conjunto dos solos urbanos e rurais, do subsolo, das águas interiores, do mar territorial, da plataforma continental, bem como da zona económica exclusiva, enquanto elementos ou recursos naturais contidos no interior das fronteiras territoriais nacionais com relevo para a execução dos respectivos instrumentos;".

[100] Importa referenciar que os dados publicados pelo GPL no seu site oficial, não correspondem à prática pois, o Bairro Mucesse ou Boavista que aparece referenciado teoricamente como pertencente ao Município da Ingombota não consta do Mapa.

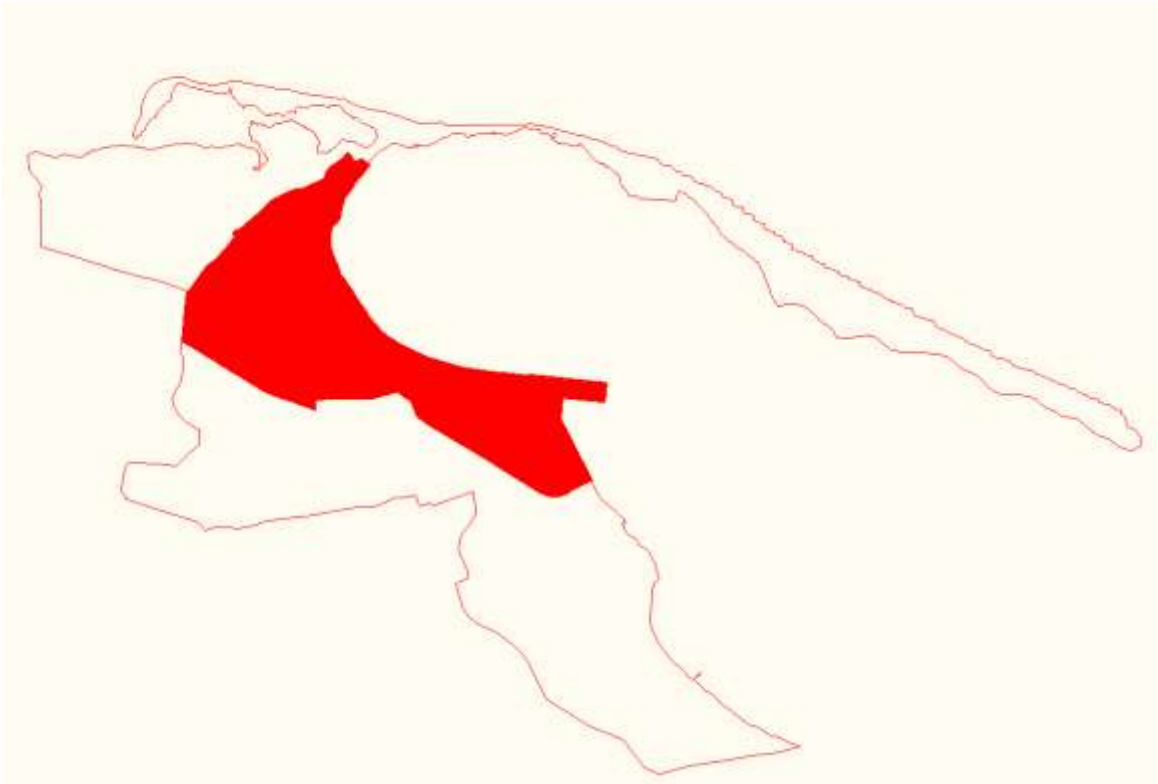


Fig. 42 – Território do Cento Histórico de Luanda.

A área do CHL é de aproximadamente 3Km^2.

Analisando o estabelecido no Despacho da SECULT, a definição do território do CHL levantou algumas questões que importa abordar:

a) Mapa Incompleto: o facto do mesmo estar incompleto (Fig. 43, indicação "seta"), bem como a identificação dos limites no caso da Fortaleza de São Miguel criou dificuldades em compreender os dados seguintes:

Largo do Ambiente – Estação do Bungo (incompleto)

Estação do Bungo - Fortaleza do Penedo (inexistente)

b) Dados Omissos: A Calçada de São Miguel, nem tampouco a Fortaleza de são Miguel não estão abrangidas pela definição dos limites somente a Rua 17 de Setembro (Fig. 45 – Inscrição Círculo Menor). No entanto a sua identificação no mapa permite-nos considera-lo como tal. O limite para além da Fortaleza, foi admitido como sendo o limite administrativo definido entre as comunas da Ingombota e Kinanga como uma "linha imaginária até a entrada da Ilha" (GPL. 2010).

c) Designações contraditórias com Mapa: "Cidade Alta" abrange formalmente um território cujo eixo limítrofe definido no artigo 2º (Rua 17 de Setembro (ex-Diogo Cão) – Praça do Povo) faz não corresponder à realidade. No Mapa, pode-se ver claramente a mancha de ocupação do Bairro da Cidade Alta marcado com o Círculo Maior.

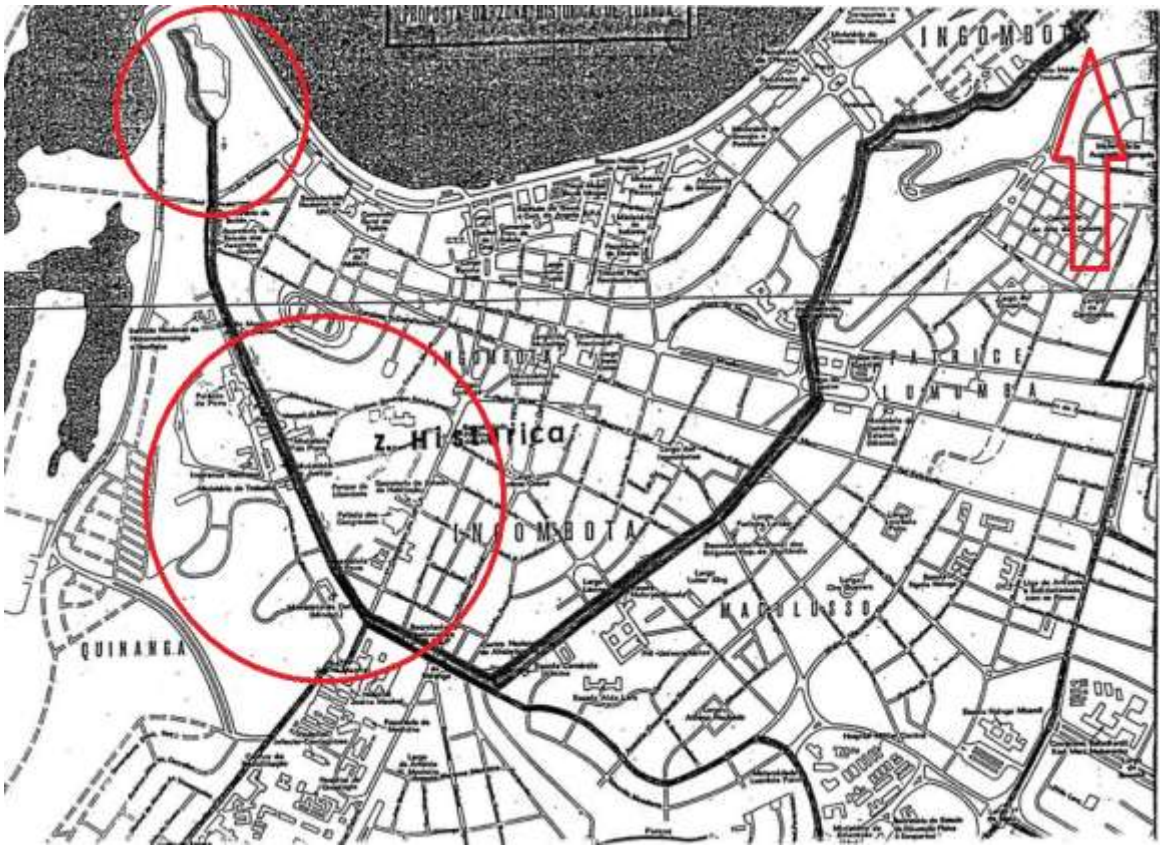


Fig. 43 – Inscrição "Proposta da Zona Histórica de Luanda". (ANEXO 1)

Este último caso levanta a questão das contradições entre territórios homónimos mas fisicamente heterogéneos. O caso da "Cidade Alta" é um deles pois a Rua 17 de Setembro é considerada limite entre as comunas da Ingombota e Kinanga bem como do Centro Histórico. Neste caso específico, é necessário redefinir fronteiras, pois segundo a lei, um bairro não pode pertencer a duas comunas.

4.2 A Paisagem

Partindo do facto de que as paisagens são consequência da interacção de elementos naturais e humanos que evoluem ao longo do tempo. Tratando-se de um centro urbano, a paisagem do CHL entra na classificação das paisagens artificiais, visto que a estrutura biofísica foi profundamente alterada para suportar o habitat humano. Este processo de artificialização da paisagem é um dos factores maiores de insustentabilidade que o desenvolvimento urbano pode provocar. Perceber a paisagem do CHL não é um mero exercício estético do território, é também, a interpretação de como essa relação dual, homem-natureza, vem progressivamente alterando uma estrutura natural e como o elemento humano tem sido tão profundamente invasivo provocando tendencialmente o desaparecimento das características morfológicas naturais sem hipótese de reversão possível.

"Num quadro físico quase simples, a cidade fica disposta em dois planos: a "Cidade Baixa", na estreita plataforma de abrasão que se estende na base de uma degrau sinuoso; o abrupto de cerca de 50 a 60 metros de altura, nem sempre uniforme e proeminente, mas

intensamente cortado os barrancos (as barrocas) desenvolvidos rapidamente pela erosão: a superfície do planalto entre 40 e 80m, onde ficam a velha "Cidade Alta", a cidade de expansão actual e os "muceques". A partir do morro da Fortaleza de São Miguel, o abrupto desenvolve-se em dois arcos; um para norte, dominando toda a cidade, até à Boa Vista, na estrada para o Cacuaco; o outro, mais curto, dirigido para o sul, e na base do qual estão os bairros da Praia do Bispo e da Samba (…). Na pequena esplanada do morro, onde branqueia a fortaleza setecentista, nasceu a cidade de Luanda". (AMARAL. 1968 : 17)

A evolução da paisagem do CHL ao longo dos seus séculos de existência foi sendo feita em função da irregularidade topográfica do local acompanhando os princípios do Urbanismo Medieval, previamente abordados neste trabalho. Este respeito pela estrutura biofísica de Luanda, cidade alta e baixa, encostas e abruptos, morros e litoral começou a deixar de ter significado a partir da segunda metade do século XX. A destruição do Morro de S. Amaro na Samba que fechava o "arco-curto" referenciado por Ilídio do Amaral ou a anulação das encostas para desenvolvimento de projectos habitacionais e/ou administrativos, claramente tem anulado a paisagem da cidade de forma irreversível. Resta por enquanto, a noção de cidade alta e baixa conforme se vê na Fig. 44. Em mancha toda a superfície acima da cota 40, segundo os dados de Ilídio do Amaral e pode-se identificar claramente três esplanadas; a menor onde está localizada a Fortaleza de São Miguel, seguida da mancha onde está a "Cidade Alta e a terceira, para onde se expandiu a cidade a partir do Plano de 1926.

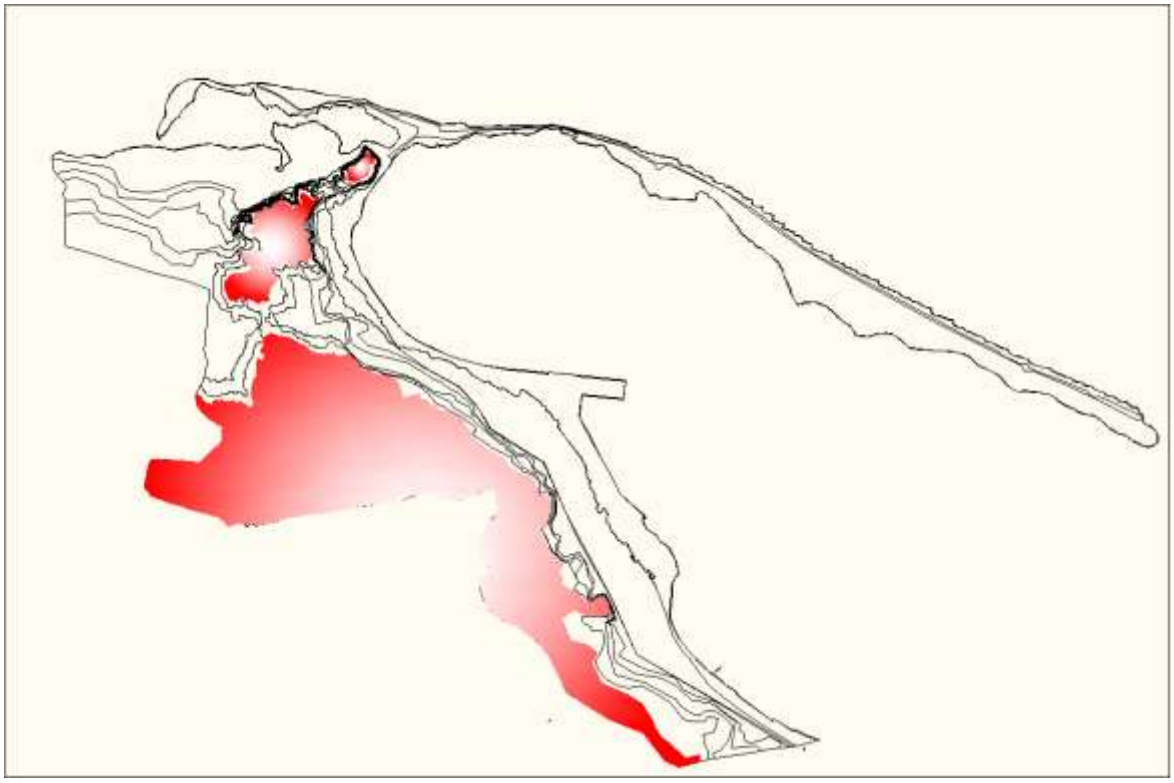


Fig. 44 – Topografia Município da Ingombota.

Outro factor morfológico importante na configuração da paisagem é a "skyline" e a densidade construtiva. Interpretando os indicadores urbanísticos apresentados pelo Plano

de Salvaguarda do CHL foram agrupados os indicadores referentes à Densidade Construtiva e Cérceas Dominantes, por bairro.

A Cidade Alta é o bairro com menor expressão nos dois indicadores, seguido pelo Bairro dos Coqueiros e Bungo em proporções assimétricas, ou seja, o Bairro dos Coqueiros tem um indicador maior em densidade construtiva e menor em cércea dominante, ao passo que o bairro do Bungo é o contrário. Os bairros com os indicadores maiores são os do Carmo e Nazaré. Por último, o bairro da Boavista, em estado profundo de degradação, representa um espaço descaracterizado, marcado pelo Porto de Luanda no Litoral e pelo abrupto ocupado por construção informal. Neste momento, está em vigor o Plano de Requalificação do Município do Sambizanga que irá transformar radicalmente a composição actual.

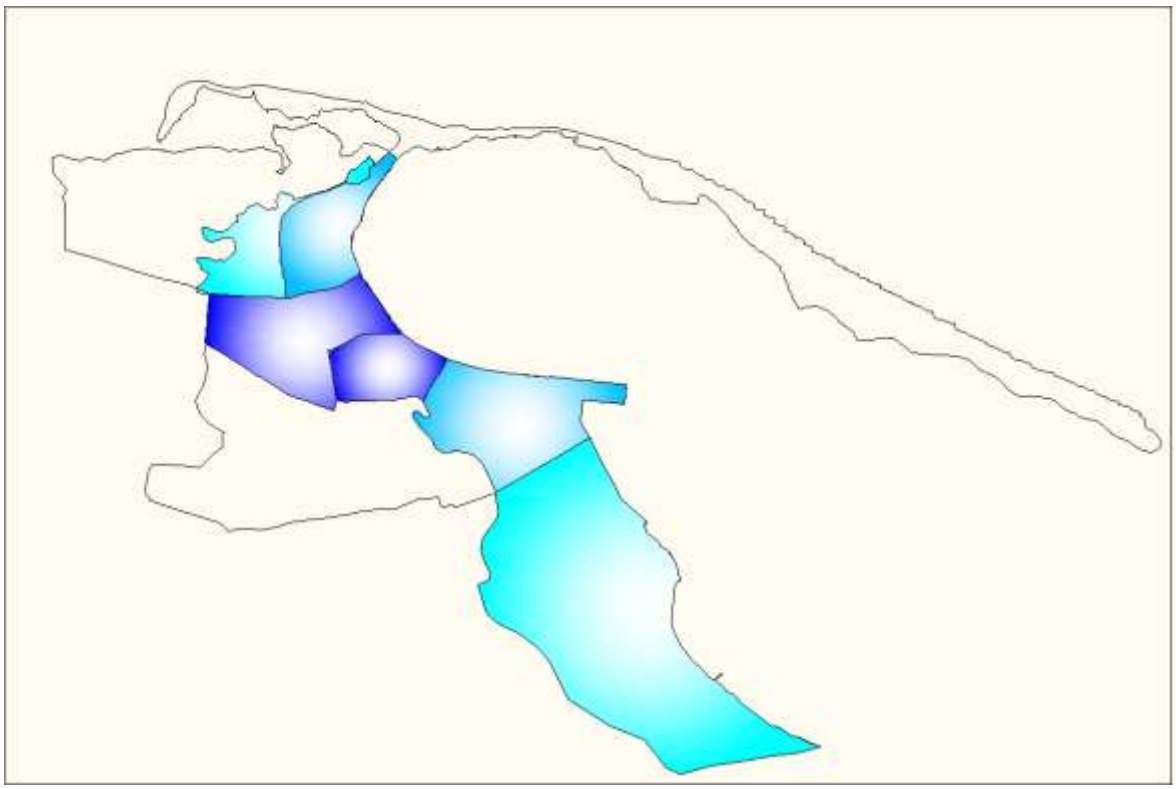


Fig. 45 – Densidade Construtiva e Cérceas Dominantes por Bairro.

Neste processo complexo e dinâmico que tem sido a evolução urbana de Luanda, a artificialização do seu espaço tem sido tão abrangente que o equilíbrio claramente se perdeu. Os factores culturais sobrepuseram-se aos ecológicos e a urbanidade subverteu a identidade natural do lugar e pôs em causa o equilíbrio necessário ao conforto ambiental do espaço urbano. Como consequência, virá a necessidade de reequilibrar o CHL, um outro processo que não está no âmbito deste trabalho.

Todos os factores mencionados fazem parte dos aspectos de composição da forma urbana da cidade que irá ser desenvolvido em sub-capítulo próprio.

4.3 O Lugar

Se o Lugar expressa relações de ordem objectiva em articulação com relações subjectivas, se é onde o indivíduo ou colectivo se encontram integrados pela emoção, representando sempre uma relação histórico-emocional indissociável, surgem então várias hipóteses para os "lugares" do CHL resultante da condensação de mundo vivido cujo fio cronológico remete para centenas de anos.

Para este trabalho, o lugar só tem significado se ele for centro de significância afectiva do colectivo. Para o efeito, este colectivo não está ancorado a um determinado tempo histórico, mas sim a todos os tempos que a história da cidade atravessou até ao momento em que se constitui um centro histórico como cristalizador dos momentos mais significativos da história da cidade, mais especificamente, da sua constituição com tal.

Daí, os lugares da cidade serão os lugares da história do homem, da sua memória colectiva.

Como escolher os lugares de Luanda, do seu Centro Histórico? Que critérios utilizar? Será válido transpor para hoje, lugares do imaginário histórico associados ao desconhecido do homem contemporâneo. Será válido o processo de rememoração como instrumento de criação de novos identificações comunitárias?

Estas questões levantam-se no momento presente de forma pertinente, pois essa reestruturação do pensamento contemporâneo na sociedade Luandense está dominada pelo vazio da memória e tal deve-se ao facto de se estar a perder o elemento principal de constituição da memória colectiva referindo-me ao "cidadão".

Não quero com tais afirmações passar uma noção de inexistência do Luandense. Ele existe e cada vez mais afirmativo do seu momento e territorialidade. Ao que me refiro é à falta do todo histórico-social para que a memória colectiva não seja um processo volátil, geracional e consequentemente, autofágico.

O comportamento topofílico ou topofóbico em relação aos lugares da memória sedimentados ao longo da história têm sido reveladores de processos de indução política mais do que quaisquer outros.

O processo de afirmação da Angolanidade em alguns dos seus mais difíceis momentos, fez surgir uma relação óbvia de rejeição à cultura portuguesa e a tudo que a ela dissesse respeito. A memória colectiva levantava o direito ao esquecimento como processo de sobrevivência e com ele a destruição da "portugalidade" na cidade de Luanda. A remoção das estátuas dos heróis coloniais, a mudança dos nomes das ruas entre outras acções, esteve entre as que se adoptaram como forma de imprimir novos símbolos e com isso novas identidades.

Este conflito é geracional e político. O "caos" que precede novas "ordens" independentemente das consequências poderem ser afirmadas como positivas ou negativas.

Assim, o espaço da cidade mais uma vez se transformou, permitindo atribuir novos significados ao lugar. No entanto, a acção mais expressiva foi a desertificação que permitiu um "congelamento" do espaço físico do CHL durante o período da 1ª República.

Hoje, transcorridas três décadas este espaço urbano não mais representa um "lugar português", como se suportado por uma qualquer teoria de relativismo cultural subvertendo os princípios mais básicos da urbanidade que assentam no equilíbrio da diversidade como ferramenta de funcionalidade.

A "Cidade Alta" e a "Cidade Baixa" não são somente espaços de profunda representatividade cultural, são símbolos da cultura urbana de Luanda e o mais precioso contentor da sua originalidade, construída ao longo de mais de quatro séculos e por isso os reais lugares do colectivo.

Estes lugares representam a união entre o passado e o futuro que sustentam a própria ideia de cidade. A Cidade Alta e Baixa, percorrem o imaginário da história, concretizam-se na vivência quotidiana, concretiza-se através dos seus espaços e concilia-se permanentemente às mutações da realidade. Dessa mutabilidade são testemunho o seu edificado e a sua forma urbana como cristalizadores culturais.

A Cidade Alta e a Cidade Baixa são mitos urbanos aos quais estão associados desde factos históricos até ao imaginário contemporâneo mais sensível da cidade de Luanda. Os seus personagens e os seus espaços adquirem um estatuto quase surreal, sustentando a noção do mito como fundamento da cidade. O *genius loci* de Luanda está implícito no talento destas duas "cidades", que em dialéctica permanente entre o poder (religioso, monárquico ou político) e a burguesia (esclavagista ou financeira) nas diversas formas de que a história os dotou, construíram ao longo dos séculos a sua alma e a vocação implícita em todos os seus aspectos, desde o traçado sinuoso da Rua Direita, o casario da Ingombota ou dos Coqueiros até ao Modernismo dos seus sumptuosos edifícios na avenida Marginal e à mestiçagem das suas gentes.

4.4 O Ambiente (Social)

Pretendemos com este conceito fazer uma abordagem ao ambiente do CHL com especial enfoque para a vertente social, visto que as demais (Ecológica ou Arquitectónica/Urbanística) estarão implícitas ao longo do desenvolvimento do tema.

As características físicas do espaço foram ao longo dos séculos contentores de variadíssimas expressões humanas cujo produto das suas relações intersociais produziram territórios com marcas que prevalecem até ao momento presente.

Este processo evolutivo directamente associado à componente humana construiu assim, três "entidades urbanas: A Cidade Alta, a Cidade Baixa e o Musseque.

As duas primeiras, surgem de princípios formais europeus enquanto a terceira criada de valores sociológicos autóctones, vide "Génese e Evolução de Luanda".

A Cidade Alta, Conservadora e Severa. Desde a sua constituição até aos dias de hoje, preservou sempre a sua paisagem de local associado ao poder, fosse ele eclesiástico, monárquico ou presidencialista. Intangível, associa a característica física à social, distinguindo o poder no sentido mais autocrático e absolutista que sempre caracterizou a sociedade luandense.

A Cidade Baixa: Liberal e Tolerante. A vocação comercial está intimamente ligada à sua condição transoceânica. As Baias de Luanda e da Samba, sempre Portos das mais diferenciadas mercadorias criaram uma população burguesa de fonte mercantil com relações sempre litigantes com o poder.

Musseque: Transcultural e Miscigenado. Surgido como resultado da estratificação social do século XIX, esta entidade é um verdadeiro divisor de águas entre a cultura europeia e a africana. É nestes territórios que surge a miscigenação etnolinguística e com ela as mais extraordinárias manifestações culturais que caracterizam o Luandense e o seu *modus vivendi* com o carnaval, a música, a gastronomia e com uma semiótica urbanística peculiar. O musseque é ainda a fonte do caluanda. "Se dissermos que caluanda é todo aquele que nasceu em Luanda, o problema fica formalmente resolvido. Mas há o critério da adequação psicológica à vida da cidade, a integração, e neste caos o lugar de nascimento não é condição básica. (PEPETELA. 1990 : 163)

Considerando a Cidade Alta e a Cidade Baixa como princípios formais semelhante no seu traçado, reduzimos a duas as expressões urbanísticas e arquitectónicas que constroem duas entidades diferentes como são até hoje conhecidas, com maior abrangência territorial: a cidade e o musseque.

As fronteiras da coexistência sempre constituíram lugares de conflito urbano sem solução a não ser no campo teórico. A reincidência de linhas de pensamento gentrificadoras como solução sempre coloca de lado a condição humana a ela inerente que é a fonte da cultura viva de Luanda

O que se verifica hoje no CHL é o esvaziamento progressivo da população residente, e o aumento da população flutuante. A migração pendular acontece com cada vez mais expressão devido à criação do centro político-administrativo na comuna da Kinanga e a actividade vocacional e tradicional do Centro Histórico que era o Comércio está a ser galopantemente substituído pelos Serviços.

4.5 População

É importante introduzir nesta secção do trabalho a caracterização da população de Luanda

Luanda como local de confluência de múltiplas culturas apresenta uma população com características diversas.

Sobre a dinâmica populacional humana da cidade de Luanda, os dados demográficos estudados apresentam algumas deficiências. Falar de dimensão, estrutura e distribuição das diversas populações humanas apresenta uma margem de erro difícil de contornar quando não for totalmente impossível fazê-lo.

As análises demográficas elaboradas sobre a sociedade de Luanda, centraram-se durante o período medievalista num grupo específico, o dos invasores portugueses.

O período iluminista já trás consigo novidades nesse campo, sendo que dos elementos disponíveis somente se começa a integrar outros elementos nas análises demográficas, fazendo-se uma quantificação da população pelo critério somático (negróides, caucasianos e crioulos/mestiços).

Era importante apresentar um estudo caracterizando a comunidade da cidade de Luanda ao longo da sua evolução, com base nos critérios da educação, a nacionalidade, religião e pertença étnica. No entanto, somente dispomos de dados sobre a pertença étnica.

Quanto à dinâmica populacional, considerando que à partida já não são indicadores estáticos[101], somente nos poderemos debruçar sobre o critério da migração, pela disponibilidade de elementos. Gostaria no entanto de ressalvar que mesmo dentro da questão da migração, não dispomos de quantificações reais sobre todas as comunidades.

4.5.1 Caracterização

É impossível contornar determinadas designações na análise demográfica de Luanda pois todas as fontes consultadas, remetem para critérios fortemente marcados pelo factor rácico. Em síntese, o que pretendemos é amplificar o panorama de dados e enquadra-lo num estatuto maior, o da etnicidade[102].

Assim, começando pelas características da população autóctone, "Os Quimbundos constituem a grande maioria da população negra de Luanda (cerca de 76%, seguidos dos Mbundos (cerca de 8%) e dos Kikongos (5%. Os restantes grupos étnicos são em número reduzido. Os não determinados e ignorados incluem sobretudo, naturais de outras províncias. Não se apuraram indivíduos pertencentes aos grupos Khoisan, Vatua e Kimbari, povos não bantos. São grupos pastoris que não se fixam na cidade. Todos os outros indivíduos incluídos neste quadro são bantos". (BETTENCOURT. 1965 : 34)

Sobre a população não originária "não há como negar que existe uma cultura caluanda[103], urbana, com base na cultura dos ambundo, e uma forte influência europeia, via Portugal e Brasil" (PEPETELA. 1990 : 163)

[101] Devido aos factores de variação demográfica; **natalidade**, **mortalidade**, **migrações** e **envelhecimento**.

[102] A *Etnicidade* é o termo usado para designar as características culturais que ligam um grupo particular de pessoas, ou grupos, internamente. Pressupõe a identificação entre indivíduos, ou quando são identificadas como grupo por terceiros, com base em semelhanças culturais ou biológicas, ou ambas, reais ou presumidas. Os factores de classificação da etnicidade são a língua, cultura e genética. Algumas vezes *etnicidade* é usada incorrectamente para referir-se a uma *minoria* ou a uma raça. Embora não possam ser considerados como iguais, o conceito de raça é associado ao de etnia. A diferença reside no facto de que etnia também compreende os factores culturais, como a nacionalidade, a afiliação tribal, a religião, a língua e as tradições, enquanto raça compreende apenas os factores morfológicos, como cor de pele, constituição física, estatura e traço facial.

[103] Caluanda ou Kaluanda como gentílico é diferente de Axiluanda. (MINGAS.2011)

Fig. 46 – Mankiko, típico Caluanda. Personagem BD de Sérgio Piçara..

No entanto, esta realidade registada no século XX já não representa o mosaico urbano da cidade de Luanda no século XXI.

Alguns factores fizeram alterar dramaticamente a dinâmica populacional da cidade. O mais inquietante refere-se ao facto de Luanda representar cerca de 1/3 da população nacional

É também um laboratório urbano considerando que a sua explosão demográfica ao longo de 35 anos com uma média exponencial de 125.000 hab/ano (uma das médias mais elevadas do mundo) a colocou no topo da tabela da densidade ocupacional no Pais com 2067,8 hab/Km2. Luanda, tem uma densidade ocupacional 175 vezes superior à do país (14hab/Km2) e representa no entanto 0,2% do seu território.

Segundo estudos, a Taxa de Crescimento da população de Angola no quinquénio 2000-2005 estava no valor de 3,33% (RIBEIRO. 2007). No entanto, esse estudo exclui um factor de variação demográfica fundamental: a migração.

A migração, à semelhança dos séculos anteriores, tem sido o maior factor de variação demográfica da dinâmica populacional em Luanda[104]. No entanto, enquanto este processo migratório esteve restrito ao circuito do "Comércio Triangular" do Tráfico de Escravos durante o período do século XVI – XIX, ou bilateral entre Portugal e Angola no século XX, facto é que o século XXI amplia significativamente o leque migratório introduzindo outras realidades étnicas na estrutura populacional da cidade de Luanda.

Mesmo sendo um poderoso factor, no meio social da cidade, afectando o crescimento da sua população urbana e suburbana, esses novos elementos são pontuais na expressão étnica da cidade.

[104] A pressão das migrações humanas, afectaram todas as épocas da história da cidade; conquista, esclavagista, colonial, entre outras, independentemente da escala a que se analise. As suas causas têm sido diversas; religiosas (se utilizarmos os argumentos teóricos de PEPETELA (1990) em Luandando ou MOURÃO (2006), económica (com deslocações massivas de populações diversas entre continentes uma região para outra com a escravatura como pano de fundo), politicas (Pós- Conferência de Belim e Sistema do Estado Novo), e por segurança (Guerra Civil pós independência)

A língua permanece sendo o português com o seu forte traço de influência kimbundo como a mais representativa, as expressões mais fortes da cultura da cidade apresentam timidamente outras influências e a genética afirma-se cada vez mais miscigenada.

Embora não tenha sido possível aceder a dados sobre as Taxas de Imigração no país, é possível com segurança afirmar a origem de alguns grupos a introduzir no painel de imigrantes[105] em Angola.

Continente Africano: Região Centro Africana (Mali, Senegal, Guiné)

Continente Europeu: Região Mediterrânica (Portugal, Espanha, Emigrantes[106])

Continente Americano: Central e Sul (Brasil, Cuba)

Continente Asiático: Médio Oriente (Líbano) e China

Não temos dados acerca de como esta população se distribui pelo território nacional, mais ainda sobre a província de Luanda.

A requalificação do CHL tem tendencialmente desertificado o território o que está na origem de um outro fenómeno do comportamento da população: a migração pendular. Por último, identificamos um tipo de migração que ousaremos classificar como transumante, pelas suas características periódicas e sazonais. Normalmente ligada ao Europeu ou Americano, essa população cria picos de densidade ocupacional notórios na dinâmica da cidade, especificamente no CHL.

4.5.2 Densidade Populacional

A densidade populacional do CHL, é um dado estatístico que não apresenta variações significativas ao longo dos primeiros períodos da sua estruturação como centro urbano, facto que condiz com a sua história.

Tabela 19 – Dados de Referência para a análise da Densidade Populacional

Designações	Data (Ref.)	Cidade Luanda (m^2)	População (hab)	Obs. (População)
Séc. XVII	1621	1 018 258	2000	BETTENCOURT. 1965 : 19
Séc. XIX	1827	2 429 083	6813	PEPETELA. 1990 : 187
Séc. XX	1930	3 330 630[107]	11 565[108]	PEPETELA. 1990 : 187

[105] Imigrante é um estatuto não reconhecido em Angola. O formalmente existe são os "Estrangeiros Residentes", sendo que é do conhecimento público que os dados oficiais representam um indicador abaixo da realidade de estrangeiros a residir no país na ilegalidade.

[106] Desde o final da Guerra Civil Angolana (2002) que se regista o regresso ao país de angolanos a residirem na Europa, com maior expressão para Portugal.

[107] Foi considerada a área do CHL considerando que segundo a Cartografia Histórica de 1926, os limites da cidade correspondem exactamente ao mesmo território.

[108] Este valor refere-se à população Branca e Mestiça segundo o "QUADRO 1 – População segundo o tipo somático e o sexo – Luanda 1607 – 1970" (PEPETELA. 1990 : 187). Considerando que socialmente a

Séc. XXI	2005	3 330 630	227248	GPL. 2005

A maior variação acontece no último século com uma explosão superior a 60% dos seus indicadores facto que também acompanha o desenvolver da história do local.

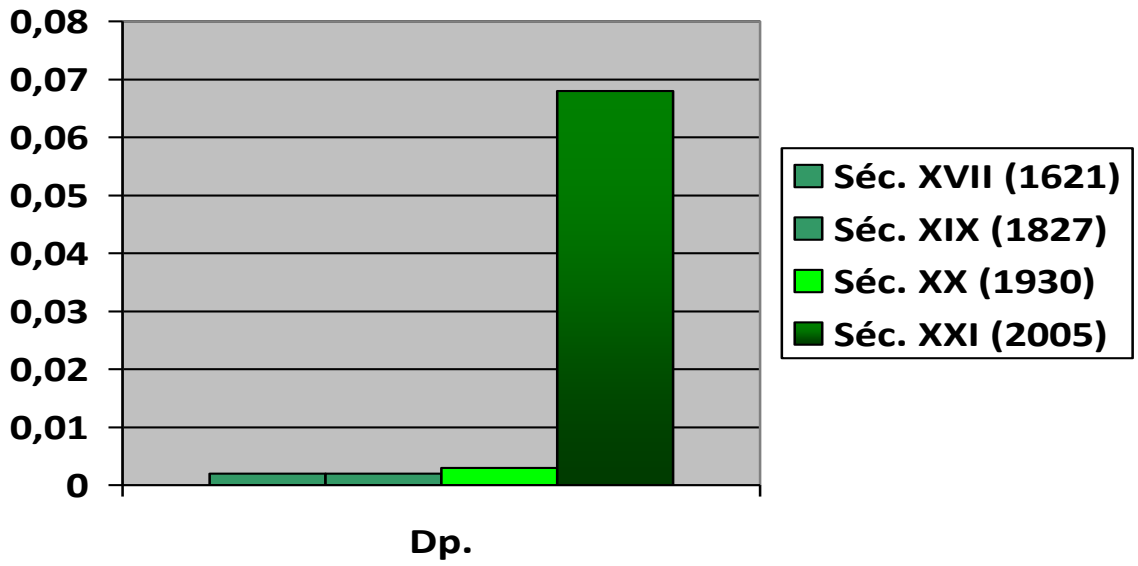
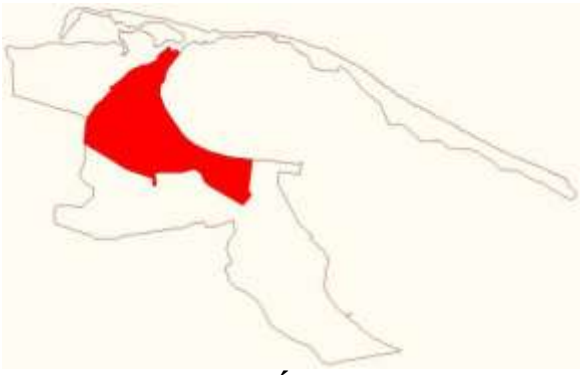


Fig. 47 – Densidade Populacional. Território CHL

população negra estava confinada na sua esmagadora maioria ao musseques, nesta fase da história de Angola os mesmos já estavam todos localizados fora do território do CHL. A população no total seria de 50 588 habitantes.

CAPÍTULO V

CENTRO HISTÓRICO DE LUANDA



ESTRATÉGIAS PARA PRESERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRCIO DE LUANDA

5 Estratégias para a Preservação do Centro Histórico de Luanda

5.1 A preservação da integridade territorial.

Durante a primeira década do séc. XXI, algumas intervenções atingiram particularmente a integridade do CHL. Desde Projectos de Intervenção com objectivos diversos como a Requalificação ou a Definição de Territórios especiais.

Até ao momento presente, a única acção política pública para a elaboração de programas e/ou planos de pormenor para a protecção ao espaço do CHL é nula. No entanto, importa referenciar o Memorando de Entendimento entre o MINCULT e o GPL referente ao ano 2009 sobre a "Protecção do Património Cultural relativo à Zona Histórica da Cidade de Luanda" [109]. (GPL. 2009) O conteúdo deste memorando de entendimento reduz em aproximadamente 90% a zona de protecção (Fig. 48)

Enquanto o memorando levanta a questão administrativa da acção política sobre o património, outros projectos de intervenção à escala colossal como a execução do Plano Pormenor do Centro Político-Administrativo que afecta o Bairro da Cidade Alta o Plano Pormenor de Requalificação do Porto de Luanda que afecta o Bairro do Bungo ou o Plano Pormenor de Requalificação designado de Projecto Baia que afecta toda a Orla Costeira do Bairro dos Coqueiros ao Bairro do Bungo, passando pelo Bairro da Nazaré, anulando para sempre a relação mais identitária do Centro Histórico da Cidade de Luanda que é a sua relação com o Mar.

[109] Não foi possível até ao encerramento da pesquisa do ano 2010 aceder ao conteúdo do Memorando de Entendimento, no entanto, a interpretação do referido documento uma vez feita a análise comparativa dos territórios de protecção definidos no Comunicado de Imprensa levam-nos a confirmar a redução drástica das condicionantes segundo a abordagem de salvaguarda feita pelo Projecto de Pesquisa do NEAAUD-ULA "CHL". Mais se acrescenta o facto do Memorando ter como objectivo a protecção de alguns Monumentos ficando patente a secundarização da protecção ao Centro Histórico como *Sítio* classificado.

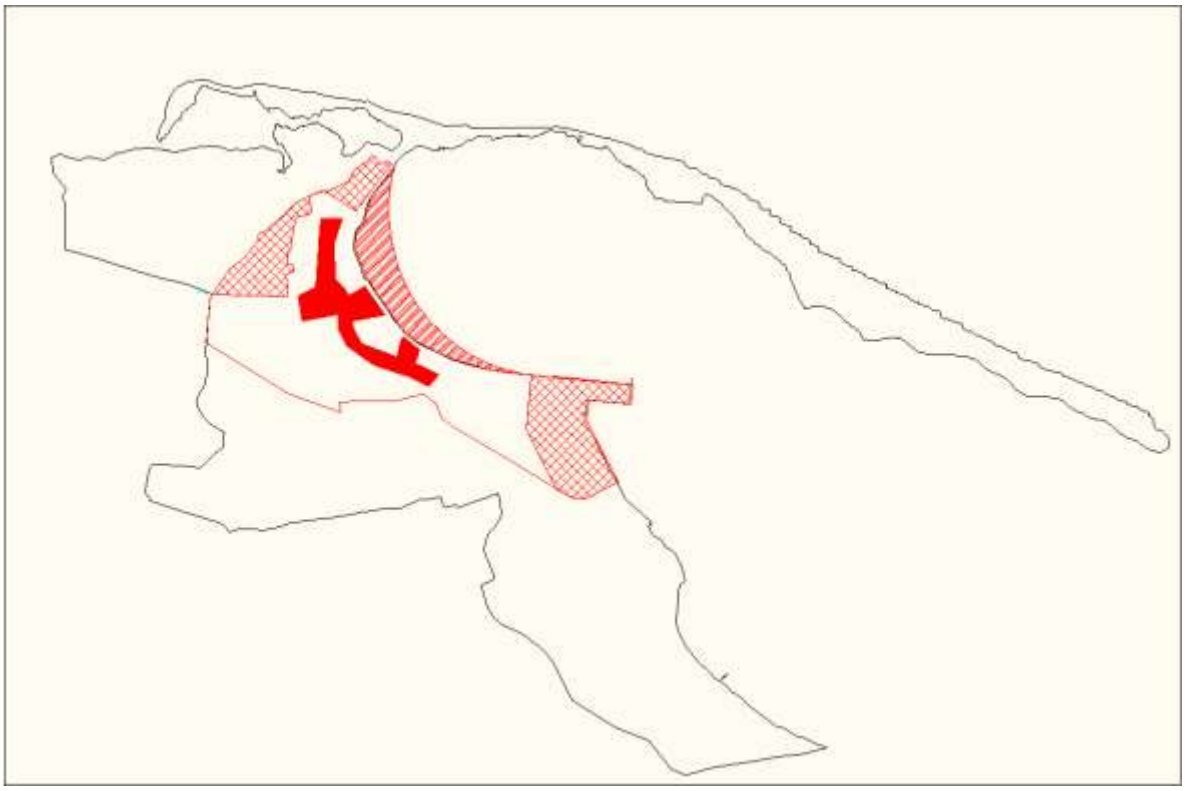


Fig. 48 – Territórios de Intervenção no CHL.

A continuidade do CHL como entidade do patrimonial é uma questão real, sobre a qual dependerá a importância da sua existência relativamente à vontade política no presente momento.

5.2 A Salvaguarda

Conforme a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas que atende a cinco valores fundamentais a preservar nas cidades históricas' a proposta indica fundamentalmente dois campos: as características morfológicas naturais e construídas e o património classificado e significante. (ANEXO 3.)

Com suporte nos dados da pesquisa feita pelo NEAAUD-ULA integrado na Linha Temática afecta aos Centros Históricos de Angola, o Projecto de pesquisa "CHL" deixa inequívoca a profunda alteração que a forma do espaço tem sofrido.

Sendo Luanda uma cidade referência no sistema nacional é importante que a mesma seja um símbolo positivo de urbanidade. Um dos denominadores comuns a todas as intervenções urbanísticas é a qualidade, inclusive um direito fundamental conforme estabelecido na nossa constituição. Este valor, que não se mede somente em cifras ligadas aos factores económicos passa naturalmente pela leitura equilibrada de outros factores igualmente importantes como o social, cultural e ambiental (ambiente do ponto de vista do conforto urbano). A relação de equidade relativa que deverá existir entre estes factores uma vez estabilizada é o garante do sedutor *modus vivendi* do caluanda enraizados nos valores

mais profundos da cidade. A simbiose construída entre o homem e a malha urbana é um factor importante em qualquer cidade mais ainda se afirma quando se fala de centros históricos.

Detectar os códigos dessa relação, alguns tangíveis outros nem tanto, do nosso centro histórico pressupõe o conhecimento de forma absoluta, ser impermeável à leitura relativa do objecto urbano ou arquitectónico, conferindo ao espaço patrimonial o direito à existência como tal e à continuidade através da sua preservação. O conhecimento absoluto levará também à identificação dos estrangulamentos que o espaço muitas vezes sofre ao longo dos tempos e com acções focalizadas permitir que a"limpeza" devolva à cidade lugares perdidos e com eles a vivência humana.

5.3 Malha Urbana

O estudo da malha urbana do CHL foi além da análise das suas parcelas na actualidade. Embora ao longo dos cinco anos de estudo da forma e sua evolução nesse período, as rápidas transformações que o espaço tem sofrido tenham aumentado significativamente a complexidade das relações que estes elementos apresentam entre si, foi feito em paralelo o estudo da forma e da sua evolução desde o seu núcleo originário na Cidade Alta do séc. XVI até ao Bungo do séc. XX.

O resultado, embora de todo conclusivo, permitiu-nos identificar os territórios da cidade (bairros e musseques), as vias (ladeiras e eixos reguladores), Praças e Largos registados na história da cidade ao longo dos tempos.

Alguns desses elementos chegam aos nossos dias com a mesma leitura urbana como aquando da sua criação, como é o caso dos bairros dos coqueiros enquanto entidade administrativa ou da Rua Direita de Luanda como organizador do espaço da Cidade Baixa.

As intervenções que a cidade tem sofrido ao longo da sua existência, por mais audazes nunca conseguiram anular estes elementos que são geradores da própria noção do espaço urbano. No entanto no processo de expansão da cidade algumas intervenções alteraram drasticamente a sua morfologia como a eliminação do Morro de S. Amaro conforme previamente referido ou as diversas intervenções de requalificação da orla da Baia de Luanda que não representam novidade na história da evolução da cidade[110].

5.3.1 Características Identitárias

[110] A Orla da Baía de Luanda já sofreu três assoreamentos; o primeiro no séc. XVIII para a criação do Parque Público, o segundo no séc. XX para a criação da Avenida Marginal e a terceira intervenção agora, no séc. XXI para o projecto Baia de Luanda.

A característica mais peculiar do desenho urbano está no espaço público que comporta historicamente múltiplos significados.

Os rossios, os adros, os parques públicos e as praças são entidades que suportam a socialização na cidade, embora cada uma delas, com propósitos de utilização diferentes não estão aleatoriamente dispostas pelo espaço. Com a evolução da cidade, estes lugares deixaram de desempenhar a sua função originária e foram-se transformando em vazios urbanos. A implosão urbana que tem sido um dos princípios da requalificação que afecta a cidade de Luanda tem convertido parte destes espaços públicos em espaços privados desequilibrando a relação proporcional entre estas duas entidades do conjunto urbano.

As vias, fundamentais para a mobilidade, nas suas diferentes tipologias definem um zonamento herdado do séc. XVIII. Estas desenham-se em quadrícula ao longo do eixo regulador que é a Rua Direita. Especial atenção para uma tipologia fundamental para a compreensão da malha é a ladeira. Também chamadas de calçadas (pelo tipo de pavimentação), estas vias faziam e ainda fazem a ligação entre as "Cidades" Alta e Baixa. O diagnóstico da rede viária actualmente é dramático. O sistema não cumpre a sua função de permitir mobilidade e o problema não está no sistema, mas sim no formato de utilização.

Na leitura integrada das parcelas que constituem a malha urbana do CHL, percebemos alguma homogeneidade nos princípios organizativos com excepção feita ao Bairro da Cidade Alta. Esta preserva a sua estrutura linear em função de um eixo que organiza o espaço enquanto o resto do território organiza-se em função de dois eixos reguladores: as duas ruas direitas[111] e a rua das portas do mar. Este cruzamento entre um eixo litorâneo que define a ocupação da cidade ao longo do seu arco morfológico e um eixo para o interior que define a expansão é similar à configuração existente na cidade de Lisboa com referência de cruzamento para a Praça do Comércio[112].

[111] Segundo a Cartografia Histórica e Pepetela, existiram duas ruas Direitas, a primeira, cujo troço compreende a actual Rua Friederich Engles e a segunda cujo troço compreende a actual Rua Major Kanyangulo.

[112] Se considerarmos no abstracto a sequência Portas da Cidade–Praça–Via, teremos por analogia em Lisboa Cais das Colunas - Praça do Comércio - Rua Áurea; por outro lado em Luanda temos Portas do Mar –Praça Largo Fernando Coelho da Cruz – Rua 1º Congresso do MPLA. A semelhança é incontornável principalmente se nos ativer-mos ao facto de que estas intervenções remetem para o mesmo período histórico que é o da Administração Pombalina. No caso de Luanda, ressalva-se a questão do Largo Fernando Coelho da Cruz, na época denominar-se como Largo do Esquadrão e a Rua do 1º Congresso do MPLA ser a Antiga Ladeira da Feira Grande ao Convento, na época a principal referência para o interior da cidade.

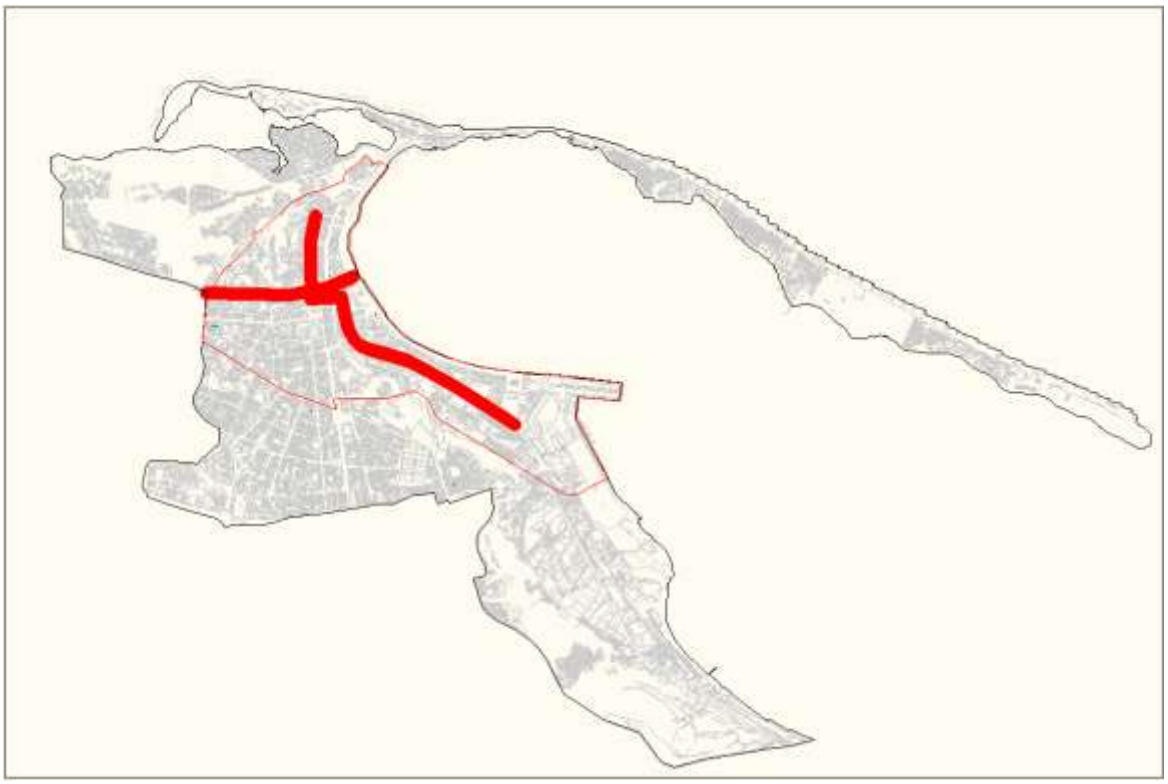


Fig. 49 – Malha Urbana Município da Ingombota.

5.4 O Património

No capítulo II deste trabalho foi feita uma relação preliminar e não discriminativa do património existente no CHL, uma aproximação específica às comunas do município da Ingombota e a sua proporção na distribuição pelos municípios da província. O que interessa nesta fase é fazer uma leitura crítica ao património classificado existente no Centro Histórico.

Suportado pelos dados da pesquisa feita pelo NEAAUD-ULA nesta área do Património Cultural Imóvel durante o período de 2005 a 2010, com foco maior para os últimos três anos, foram identificados questões pertinentes que importa abordar:

Embora a protecção do património urbano, esteja contemplado na legislação vigente no país, ela o é no formato genérico e como comprovado pelos últimos acontecimentos, não garante em medida suficiente a conservação do edificado monumental, pelo que, um número significativo destes monumentos esteja em perigo e alguns deles em vias de extinção.

O processo de estudo do Património afigura-se moroso por razões administrativas diversas e penoso pois em paralelo aos métodos de estudo das equipas associou-se um esforço de sensibilização necessária ao andamento dos trabalhos. A especificidade de alguns resultados podem ser confirmados nos Relatórios anexos a este trabalho, mas realçamos duas questões que nos parecem as mais pertinentes:

Primeira: a necessidade real de dados técnicos sobre os monumentos, construindo estudos monográficos que permitam não só a recuperação como a preservação das componentes físicas e históricas do edificado. Destacar a questão premente dos Monumentos classificados nas Sub-Tipologias[113] Construtivas de Sobrados e Casas Típicas que hoje se encontram em vias de extinção.

Segunda: a sensibilização urgente à população, como um dos princípios de construção da noção de património e pertença histórica, factor prioritário no processo de preservação. Desde as Instituições Publicas e Privadas ao Cidadão Nacional ou Estrangeiro, este domínio do conhecimento é assustadoramente diminuto no que toca à identificação do património, sua relação histórico-social com a cidade e como tal um elemento gerador de riqueza no campo do turismo cultural.

Fig. 50 - Município da Ingombota identificando: CHL, Conjuntos, Sítios e Monumentos classificados.

O Património do CHL não se esgota nos Monumentos e Conjuntos Classificados pelo INPC. Enquanto Património Arquitectónico não classificado, existe também um excelente acervo de Edifícios Modernistas que são parte fundamental da paisagem. Embora se percebam as mesmas preocupações relativas a este conjunto arquitectónico, e o número maior dos melhores exemplos esteja fora dos limites do objecto de estudo, importa realçar a importância para a leitura heterogénea do conjunto patrimonial do centro histórico, enquadrada ne período do século XX.

[113] Segundo o Relatório do Projecto de Pesquisa "Património Cultural de Luanda" (ANEXO 2), sub-tipologias refere-se à classificação dos diferentes tipos de arquitectura civil existente, nomeadamente; sobrados, casas típicas, palácios, casas-nobres, entre outras.

5.4.1 Protecção e Recuperação

En toda política de rehabilitación es preciso distinguir dos niveles de actuación pública: el primeiro, básicamente cautelar, comprende medidas de protección del patrimonio edificado, evitando su alteración o desaparición; el segundo, en cambio, es más dinámico y supone el impulso y la incentivación del conocimiento, rehabilitación y puesta en valor del citado patrimonio (Ayuntamiento de Sevilla - Gerencia Municipal de Urbanismo. 1996: 35)

Seguindo este princípio, o primeiro nível foi assegurado pelo MINCULT com a Lei do Património Cultural aprovada como Lei n.º 14/05 e publicada em Diário da República aos 7 de Outubro de 2005 embora a regulamentação da mesma até à presente data não tenha sido feita, impossibilitando a execução eficaz de medidas não só de prevenção como também de punição relativamente a actos atentatórios ao património. Parte das ferramentas de estudo utilizadas para os processos de pesquisa que suportam este trabalho têm origem na legislação vigente noutros países, nomeadamente Portugal e Brasil (pela proximidade sócio-cultural) e também UNESCO-ICOMOS pelo facto da República de Angola estar integrada como membro nestas instituições internacionais.

Relativo ao segundo nível, que se desdobra em três braços, o primeiro sobre o incentivo ao conhecimento foi iniciado pelo NEAAUD-ULA em parceria com a Associação Cívica KALU no ano de 2009 o Programa Reviver (ANEXO 4) do qual resultou uma Campanha de Sensibilização cujo tema era a protecção do Património da cidade de Luanda com objectivos que iam desde a Divulgação do Património da cidade com especial enfoque para o edificado em risco e/ou vias de extinção, até à promoção do Turismo Cultural como forma de realçar a questão económica que é um dos potenciais marginalizados afectos ao património, no nosso caso particular. Os outros dois braços, a reabilitação e a valorização patrimonial, embora questões ligadas a outros ramos da sociedade, nomeadamente económico, politico e jurídico, importa aborda-los com clareza do ponto de vista da pesquisa feita.

Sobre a reabilitação é notória a intervenção proposta pelas empresas públicas sedeadas nos monumentos de escala maior como o Banco Nacional de Angola ou o caso do Palácio das Comunicações (Fig. 51)[114]. A reabilitação destes monumentos, Edifícios Singulares não só na escala mas também na linguagem estilística, cujo valor individualizado se projecta na própria cidade é um argumento facilmente adoptado pela política pública e aceite pelo mercado promotor.

[114] Sede do Ministério da Comunicação Social. Projecto de Recuperação de Isabel Martins, Arquitecta Angolana, Professora da Universidade Agostinho Neto, Doutorada pela Universidade do Porto com o Tema *Luanda. A cidade e a arquitectura*.

Fig. 51 – Palácio das Comunicações

Relegado para segundo plano está a reabilitação do monumento de escala menor composto predominantemente por um edificado mais modesto como o casario, que por essa razão enfrenta uma batalha contra a extinção. As acções sobre Edifícios de escala menor, algumas vezes sem valor arquitectónico particular mas inequivocamente preciosos como unidades de conjunto para a configuração do espaço do centro histórico, recaem como responsabilidade sobre o cidadão comum que perante as circunstâncias actuais por não estar protegido por políticas que valorizem o seu património facilmente o aliena em processos ilegais e infelizmente sem consequências punitivas reais.

Consequentemente, o processo de reabilitação é tarefa lenta. Ainda dentro do contexto da reabilitação, na intervenção ao património nem sempre se respeitam dois princípios fundamentais; por um lado o da preservação tipo-morfológica voltada para o respeito da integridade do edificado naquelas que serão as suas características identitárias e por outro lado a designação de usos cujo objectivo pretende respeitar a vocação histórica do lugar bem como introduzir novas leituras que ajudem a potencializar o Sitio[115] como tal.

[115] Sítio: "Obras do homem ou obras conjuntas do homem e da natureza, espaços suficientemente característicos e homogéneos, de maneira a poderem ser delimitados geograficamente, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social". Alínea c), ponto 1, Artigo 6º (Disposições Gerais), subsecção I (Disposições Comuns), Secção I (Bens Materiais), Capítulo II (Regime Geral de Protecção do Património Cultural) da Lei do Património Cultural, Lei n.º 14/05 de 7 de Outubro. Vide DR. 2005. Lei n.º 14/05 – Lei do Património Cultural. Luanda : DR I Série – N.º 120.

Fig. 52 – Sobrado[116].

Sobre a valorização, o grande inimigo deste processo é sem dúvida o mercado imobiliário que na sua acção intervencionista, propõe o desenvolvimento do lugar utilizando como argumentos principais a densificação construtiva como resposta à alienação patrimonial bem como a implosão urbana, esta última mais ligada à leitura da estrutura do espaço público e privado no centro histórico. Mais uma vez se percebe a diferença entre o monumento de escala maior e menor com as mesmas razões apontadas anteriormente. Estes dois fenómenos (densificação e implosão) criaram na interpretação da valorização do património dois campos perigosos para a sobrevivência do parque patrimonial edificado.

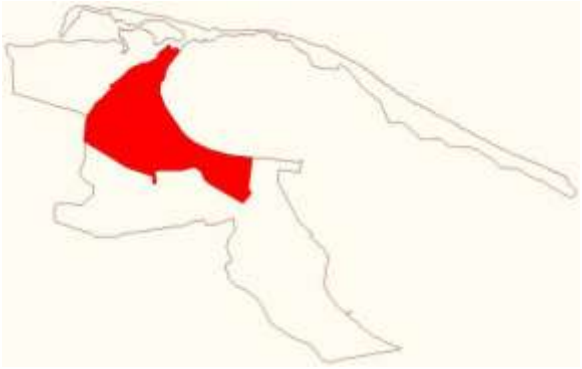
Por um lado a implosão urbana que é consequência clara da relação de conflito de centralidades entre a Histórica e a Politico-Administrativa. Enquanto a primeira compreende uma preservação das relações formais do espaço publico-privado consolidadas até ao século XX, a segunda propõe uma alteração radical ao espaço alterando drasticamente a tendência do uso de solos. A obsolescência do parque patrimonial é uma consequência óbvia da implosão urbana, baixando dramaticamente o seu valor, potencializando em contrapartida a explosão do valor do terreno urbano.

Consequentemente, a densificação construtiva é uma resposta não só à obsolescência patrimonial, como também ao espaço público muitas vezes interpretado como vazio urbano ou espaço obsoleto.

[116] Embora sob controvérsias, este sobrado classificado em 1981, está identificado na história como tendo sido a Casa de Alfredo Troni, figura proeminente da sociedade angolana do século XIX. Bacharel de Direito, foi anti-esclavagista, novelista, fundou e dirigiu os periódicos *Jornal de Loanda* (em 1878), *Mukuarimi* (em 1888?) e os *Conselhos do Leste* (em 1891).

CONCLUSÕES

CENTRO HISTÓRICO DE LUANDA



Conclusões

A necessidade de preservação dos Centros Histórico em Angola representa um passo na legitimação da diferença como um princípio para a coexistência. No caso do CHL, a memória colectiva que representa o Sítio, sempre visto de forma relativa pelas partes não poderá jamais por em causa a sua existência como entidade absoluta, material e imaterial pois esse é um princípio implícito na própria definição de património. Por essa razão, é necessário conhece-lo em todas as suas vertentes e assim reconhece-lo sempre como parte da identidade de todos nós.

Nessa busca pelo conhecimento absoluto, propomos algumas recomendações que sintetizam as preocupações levantadas pelos três campos de pesquisa de que foi alvo o CHL; Estudos urbano-arquitectónicos, Salvaguarda Patrimonial, Sensibilização e Divulgação.

1. Parcerias Publico-Privadas para desenvolvimento de projectos de Estudos monográficos histórico-arquitectónicos sobre os monumentos e conjuntos de Luanda;

2. Protecção Cautelar para sub-tipologias em vias de extinção, nomeadamente os Sobrados e Casas Típicas;

3. Programa Públicos de Benefícios e Valorização do Monumento. Forma de prevenção à alienação ilegal e consequente destruição de Património para benefícios privados.

4. Programas de formação escolar sobre o património da cidade.

5. Políticas Públicas de fomento a Programas de Turismo Cultural. É fundamental a interacção do cidadão em espaço público.

6. Plano Territorial Especial, Recuperação, Salvaguarda e Requalificação do CHL e Envolvente Protegida conforme define a Lei de Ordenamento do Território e Urbanismo[117].

7. Projectos de Sedimentação da população residente como forma de prevenção à desertificação, fazendo prevalecer a componente principal do local: a cultura viva.

É fundamental terminar esta dissertação realçando o facto de que este produto representa a síntese de um processo de trabalho de todo terminado. No entanto, caso o mesmo tenha servido para que se reconheçam os fundamentos urbanísticos e arquitectónicos que validam a sua importância como objecto patrimonial teremos já contribuído para a consolidação do propósito fundamental: a preservação da sua integridade e continuidade.

[117] Capítulo II – Instrumentos do Ordenamento do Território, Secção II – Planos Territoriais, Artigo 28º, ponto 3º, alínea a; *Planos Especiais: os que abrangem áreas determinadas em função de fins específicos de ordenamento do território, designadamente as áreas agrícolas, área de turismo, áreas de indústria, áreas ecológicas de reserva natural, de repovoamento, de defesa e segurança, recuperação, reconversão, requalificação, revitalização, reabilitação de centros históricos, remodelação de infra-estruturas especiais como portos e aeroportos.*

Bibliografia

Documentos Publicados

AMARAL, Ilídio. 1962. Ensaio de um Estudo Geográfico da Rede Urbana de Angola. Lisboa (sn)

AMARAL, Ilídio. 1968. Luanda : Estudo de Geografia Urbana. Lisboa : Memória da Junta de Investigações do Ultramar.

AMARAL, Ilídio. 2000. O Consulado de Paulo Dias de Novais. Angola no último quartel do século XVI e primeiro quartel do século XVII. Lisboa : Instituto de Investigação Científica Tropical.

AYUNTAMIENTO DE SEVILLA - GERENCIA MUNICIPAL DE URBANISMO. 1996**.** El conjunto histórico de Sevilla. Reabilitación Singular. Sevilla : AYUNTAMIENTO DE SEVILLA.

BATALHA, Fernando.2006, Angola, Arquitectura e História. Lisboa : Editora Vega

BETTENCOURT, José de Sousa. 1965. Subsídio para o estudo sociológico da população de Luanda. Luanda : Instituto de Investigação Científica de Angola

COELHO, Virgílio. 1997. Em busca de Kabasa uma tentative de explicaçao da estrutura politico-administrativa do reino do Ndongo in Actas do Seminário Encontro de Povos e Culturas em Angola: Luanda, 3 a 6 de Abril de 1995. Comissao Nacional para as Comemoraçoes dos Descobrimentos Portugueses, Arquivo Histórico Nacional (Angola), Ministério da Cultura 1997

CORREIA, José Eduardo Horta. 2002. Arquitectura Portuguesa. Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão. Editorial Presença

COUTO, Carlos. 1973. O Zimbo na Historiografia Angolana. Lisboa : Instituto de Investigação Científica de Angola.

DR. 2004. Lei n.º 3/04 - Lei de Ordenamento do Território e do Urbanismo. Luanda : DR, I Série – N.º 51.

DR. 2005. Lei n.º 14/05 – Lei do Património Cultural. Luanda : DR I Série – N.º 120.

DR. 2009. Decreto n.º 89/90 - Centro Político-Administrativo. Luanda : DR, I Série – N.º 234.

DUARTE CARVALHO, Ruy. 1989. Ana a Manda, Os filhos da Rede. Lisboa : IICT-Instituto de Investigação Científica Tropical

FERNANDES, José Manuel, **FREUDENTHAL**, Aida, **JANEIRO**, Maria de Lurdes. 2006. Angola no século XIX: Cidades, Território e Arquitectura. Lisboa: BFA - Fundaçao Portugal Àfrica.

FERREIRA Diniz, 1915. Etnografia dos Povos de Angola, Luanda : [s.n.]

FERREIRA Diniz, 1915. Etnografia dos Povos de Angola, Luanda : [s.n.]

HOWARD, Ebenezer. 1946. Garden Cities of To-Morrow. London : Faber and Faber.

MARTIN, António Zárate. 1991. El Espacio Interior de la Ciudad. Madrid: Editorial Sintesis

MARTINS, Isabel Maria Nunes da Silva. 2000. Luanda: a cidade e a arquitectura. Porto: FAUP

MINATER. 2007. Decreto-Lei n.º 2/07 – Decreto-Lei que estabelece o quadro das atribuições, competências e regime jurídico de organização e funcionamento dos Governos Provinciais, das administrações municipais e comunais. Luanda : MINATER

MINCULT-INPC. 2007. Monumentos e Sítios classificados. Luanda: MINCULT-INPC

MINGAS, Amélia. 2000.Interferencia do kimbundu no português falado em Lwanda. Luanda: Chá de Caxinde

MOURAO, Fernando Augusto Albuquerque. 2006. Continuidades e descontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda: uma interpretação do desenho urbano. São Paulo: Terceira Margem.

PEPETELA. 1990. Luandando. Porto : ELF Aquitaine

REDINHA, José. 1964. A Habitação Tradicional em Angola: aspectos da sua evolução. Luanda : Edição do Centro de Informação e Turismo de Angola.

ROSSI, Aldo. 2001. A Arquitectura da Cidade. Brasil: Martins Fontes

SECULT. 1992. Despacho n.º 51/92 - Zona Histórica de Luanda. Luanda : SECULT.

<u>Documentos Electrónicos</u>

AJAYI, J. F. A. (Ed.) 2010. História Geral de África, VI: África do século XIX à década de 1880. Brasília: Comité Cientifico Internacional da UNESCO para Redacção da Historia Geral da África.

ANGOP. Fórum da UNESCO. 2009. País apresenta candidaturas a património mundial da humanidade. Disponível na Internet em: <http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/lazer-e-cultura/Pais-apresenta-candidaturas-Patrimonio-Mundial-Humanidade,823dce14-f9b6-4733-b537-08de00f0704c.html>

ANGOP. Retrospectiva 2007. Mesa Redonda internacional sobre M'Banza Kongo domina agenda cultural. Disponível na Internet em: <http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/especiais/historico/retrospectiva-2007/2007/11/52/Retrospectiva-2007-Mesa-redonda-internacional-sobre-Mbanza-Kongo-dominaagenda-cultural,db64d8ba-716b-49da-a2bf-5fbe29d33822.html>

ARAÚJO, Manuel G. Mendes de. 2003. Os espaços urbanos em Moçambique. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 14, pp. 165- 182, 2003 ARAÚJO, M.G.M. Disponível: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:2xLzmnFfjmYJ:www.geografia.ffllch.usp.br/publicacoes/geousp/Geousp14/Geousp_14_intercambio1.htm+implos%C3%A3o+urbana+mo%C3%A7ambique&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt&source=www.google.pt

BOAHEN, A. A. (Ed.) 2010. História Geral de África, VII: África sob dominação colonial, 1880 - 1935. Brasília: Comité Cientifico Internacional da UNESCO para Redacção da Historia Geral da África.

BRAGA, Roberto e **CARVALHO**, Pompeu Figueiredo de. 2011. Cidade – O espaço da cidadania. Texto publicado originalmente em: GIOMETTI, Analúcia B. R e BRAGA, Roberto (orgs.). Pedagogia

Cidadã: Cadernos de Formação: Ensino de Geografia. São Paulo: UNESP -PROPP, 2004 (páginas 105 a 120). Disponível na Internet em: http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento/publicacoes/TextosPDF/rbraga11.pdf"

BRITO, António de. LUANDA CULTURAL, Subsídios Históricos, para o Estudo das Bibliotecas Públicas de Luanda. Causas remotas do surgimento da biblioteca municipal de Luanda (1). Disponível na Internet em: www.gpl.gv.ao/.../Cultura%20BIBLIOTECA%20MUNICIPAL%5B1%5D.%20WEB.doc

BRUYNEEL, M. 2007 Piet Heyn (1577-1629). Disponível na Internet em: http://www.constitution.org/mil/lmr/heyn.htm

CARDOSO, Carlos Manuel Neves. 1995. ANTROPOLOGIA E MULTICULTURALISMO, Multicultural n° 5, 1995. Lisboa : ESE. Disponível na Internet em: http://www.ese.ips.pt/cioe/multicultural/antropologia.html,

CARDOSO, Manuel da Costa Lobo.1954. Subsídios para a história de Luanda. Edição do Museu de Angola - Luanda Angola, 1954. Alguns aspectos da vida de Luanda antiga - Conferência proferida na Associação Comercial de Luanda em 12 de Setembro de 1952. Disponível na Internet em: http://rubelluspetrinus.com.sapo.pt/luandasub.htm

GODINHO, Guilherme. 2011. Implosão urbana, by hoffice on 19 19UTC January 19UTC 2011. Fonte OJE . Disponível na Internet: http://hoffice.wordpress.com/2011/01/19/implosao-urbana/

GPL. 2010. Município da Ingombota. Disponível na Internet em: http://www.gpl.gv.ao/Usuario/FormulariosMenu/Municipios.aspx?Page=2

ICOMOS. 1964. Carta de Veneza: carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. Veneza : ICOMOS.

ICOMOS. 1987. Carta internacional para a salvaguarda das cidades históricas. Washington : ICOMOS.

ICOMOS-CIAM. 1933. Carta de Atenas. Atenas : CIAM. Disponível na Internet em: http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Atenas_1933.pdf

IUS LUSITANIAE. 2010. Fontes Históricas do Direito Português. Disponível Na Internet em: http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=119&id_obra=76&pagina=249

JORNAL DE ANGOLA. 2010a. "Autonomia das finanças locais proposta por Bornito de Sousa" 24 de Novembro de 2010. Adelina Inácio. http://jornaldeangola.sapo.ao/20/0/autonomia_das_financas_locais_proposta_por_bornito_de_sousa

JORNAL DE ANGOLA. 2010b. "Ministra defende restauro do património". 11 de Maio de 2010. Edivaldo Cristóvão. Disponível na internet: http://jornaldeangola.sapo.ao/17/0/ministra_defende_restauro_do_patrimonio

MARQUES, Renato Neves. 2009 - As cartas de data de sesmarias em Parnaíba. Disponível na Internet em: http://www.portaldelta.com.br/v3/index.php?module=colunas&block=coluna&IdGeral=50.

MINCULT-INPC. 2009. Monumentos e Sítios classificados. Luanda: MINCULT-INPC. Disponível na Internet em: http://www.mincultura.gv.ao/monumentos_reg_angola.htm

NIANE, D.T. (Ed.) 2010. História Geral de África, IV: África do século XII ao XVI. Brasília: Comité Cientifico Internacional da UNESCO para Redacção da Historia Geral da África.

OGOT, B. A. (Ed.) 2010. História Geral de África, V: África do século XVI ao XVIII. Brasília: Comité Cientifico Internacional da UNESCO para Redacção da Historia Geral da África.

PRICE, Richard. 2003. The Slave reader. GAD &WALVIN. Disponível na Internet em: http://books.google.pt/books?id=fovuZXifAtQC&pg=PA616&lpg=PA616&dq=Cornelius+jol+Houtbeen+diego&source=bl&ots=QgNBRSOK3T&sig=uEXSFNKJN3nZN4asUENCfPhgDSY&hl=pt-PT&ei=EAAkTufoGMOEOvmLmfEO&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CBcQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false (Sobre Cornelius Jol e Diego Grilo)

RIBEIRO, José Teixeira Lopes. 1999. Características gerais da população angolana[1] . Contribuição do FNUAP-Angola para o Common Country Assessment (CCA), PNUD, 1999. Disponível na Internet: membres.multimania.fr/redeluso/ao/cadernos/vol07-1/Parte5.doc. Obs. Inicialmente consultado em 2007 no site do UNFPDA - Fundo das Nações Unidas para População.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. 2001. Espaço geográfico uno e múltiplo. Scripta Nova - Revista electrónica de geografía y ciencias sociales Universidad de Barcelona. Disponível na Internet em: http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm

UNESCO. 1931. Carta de Atenas. Atenas : UNESCO

UNESCO. 2009. World Heritage List. Cidade Velha becomes Cape Verde's first World Heritage site. Disponível na Internet em: <http://whc.unesco.org/en/news/527#>

UNESCO. 2010. World Heritage List. Cidade Velha becomes Cape Verde's first World Heritage site. Disponível na Internet em: <http://whc.unesco.org/en/news/527#>

Lei 03/80 – Criação da Província de Luanda. 26 Abril 1980. Disponível na Internet em: http://www.bengo.gov.ao/abrirDownload.aspx?tipo=2&bdCampo1=PBFILE&cod=519

Lei 17/11 - Criação do Município de Belas. Disponível na Internet em: http://www.apima.co.ao/doc/Lei17_11.pdf

Documentos Impressos

FERNANDES, José Manuel. Arquitectura e Urbanismo nas ilhas atlânticas. Um Património comum dos Açores, Cabo Verde, Canárias e Madeira. Acessível no Arquivo Documental do NEAAUD - Universidade Lusíada de Angola, Luanda, Angola

GPL. 2009. Comunicado de Imprensa . Jornal de Angola. (101.538). Acessível no Arquivo Documental do NEAAUD - Universidade Lusíada de Angola, Luanda, Angola

PEPETELA. 2009. Musseque de Luanda nasceu na Ingombota. Jornal de Angola, (Sem número), p. 5. Publicado aos 25 de Janeiro de 2009. Acessível no Arquivo Documental do NEAAUD - Universidade Lusíada de Angola, Luanda, Angola

Documentos Não Publicados

FREIRE, Eleutério. 2007. Carta. 19 de Outubro de 2007. "Ulan-AngMingOt07". Acessível no Arquivo Documental do NEAAUD - Universidade Lusíada de Angola, Luanda, Angola

MARTINS, Isabel. 2006. Arquitectura como Património Cultural. In I FÓRUM DE ARQUITECTURA, Luanda. Património : Comunicações. Acessível no Arquivo Documental do NEAAUD - Universidade Lusíada de Angola, Luanda Angola

MATOS, Palmira, **SANGO**, Nerika. 2008. Município do Sambizanga: Análise e Diagnóstico. Departamento de Arquitectura da Universidade Lusíada de Angola, 5º ANO. Projecto III.

MINGAS, Amélia. 2011. Email. Axiluanda e Kaluanda

TELES GRILO, Maria João. 2006. Homenagem a Vasco Vieira da Costa. Conferência. "Celebração ao Dia Mundial de Arquitectura. Acessível no Arquivo Documental do NEAAUD - Universidade Lusíada de Angola, Luanda, Angola

FÓRUM DE ARQUITECTURA - "Relatório de Actividades". 1. 2006. f. Acessível no Arquivo Documental do NEAAUD - Universidade Lusíada de Angola, Luanda Angola

FÓRUM DE ARQUITECTURA - "Relatório de Actividades". 2. 2007. f. Acessível no Arquivo Documental do NEAAUD - Universidade Lusíada de Angola, Luanda Angola

FÓRUM DE ARQUITECTURA - "Relatório de Actividades". 3. 2008. f. Acessível no Arquivo Documental do NEAAUD - Universidade Lusíada de Angola, Luanda Angola

FÓRUM DE ARQUITECTURA - "Relatório de Actividades". 4. 2009. f. Acessível no Arquivo Documental do NEAAUD - Universidade Lusíada de Angola, Luanda Angola

FÓRUM DE ARQUITECTURA - "Relatório de Actividades". 5. 2010. f. Acessível no Arquivo Documental do NEAAUD - Universidade Lusíada de Angola, Luanda Angola

Documentos Não Publicados (Em Anexo)

PROGRAMA REVIVER - "Relatório de Actividades". 2010. 125 f. Trabalho realizado pelos Participantes no âmbito da Sensibilização sobre o Património Cultural Imóvel de Luanda. Acessível no Arquivo Documental do NEAAUD-Universidade Lusíada de Angola e Associação KALU, Luanda, Angola

PROJECTO DE PESQUISA - CENTRO HISTÓRICO DE LUANDA: CARACTERIZAÇÃO DA ARQUITECTURA CIVIL, RELIGIOSA E MILITAR. "Relatório de Actividades". 2010. 120 f. Trabalho realizado pelos Participantes no âmbito da arquitectura e urbanismo. Acessível no Arquivo Documental do NEAAUD-Universidade Lusíada de Angola, Luanda, Angola.

PROJECTO DE PESQUISA: PATRIMÓNIO CULTURAL DE LUANDA - "Relatório de Actividades". 2010. 110 f. Trabalho realizado pelos Participantes no âmbito do património cultural imóvel. Acessível no Arquivo Documental do NEAAUD-Universidade Lusíada de Angola, Luanda, Angola.

ANEXOS

Nota de Esclarecimento

Os conteúdos em anexo representam parte dos Relatórios designados.

1ª Peça. 2 f

SECULT. 1992. Despacho n.º 51/92 - Zona Histórica de Luanda. Luanda : SECULT.

2ª Peça. 25 f

MINGAS, Ângela Branco Lima. 2010. Projecto de Pesquisa PCL – Património Cultural de Luanda: Caracterização da Arquitectura Civil, Religiosa e Militar. Relatório 2010. Luanda : NEAAUD-ULA

3ª Peça. 32 f

MINGAS, Ângela Branco Lima. 2010. Projecto de Pesquisa CHL: Centro Histórico de Luanda. Relatório 2010. Luanda : NEAAUD-ULA

4ª Peça. 14 Páginas

MINGAS, Ângela Branco Lima, et al. 2010. Programa Reviver: Protecção do Património da Cidade de Luanda. Relatório 2010. Luanda : NEAAUD-ULA

Ângela Cristina de Branco Lima Mingas